

A CASA, PEQUENO LABORATÓRIO DA IDENTIDADE

Marta Alpuim

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura

Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

Orientadora: Doutora Arquitecta Marta Cruz

Setembro 2013





Gostaria de agradecer a todos que, de algum modo e nos mais diversos momentos, me acompanharam e tornaram possível a concretização deste trabalho.

À Doutora Architecta Marta Cruz, pela exigência, o acompanhamento e o apoio, e por acreditar que podemos fazer sempre melhor.

Ao Architecto e Professor Manuel Botelho, que me fez perceber a essência da arquitectura e me transmitiu o gosto pela disciplina.

Aos meus amigos: aos de sempre, aos que estão longe, aos que estão perto, porque de uma forma ao de outra, todos estão presentes.

Ao Bruno, pelos momentos que guardo.

Aos meus tios, António e Lídia, com quem pude sempre contar durante estes anos de curso.

E por fim, à minha mãe, Amélia, pessoa que mais admiro e a quem devo tudo.

## RESUMO

A presente análise sobre o espaço doméstico, tem como suporte a habitação plurifamiliar corrente. O estudo desenvolve-se em torno da questão da identidade e do papel da arquitectura doméstica na formação identitária individual.

Através da interacção do indivíduo com a sua habitação e, reciprocamente, da astúcia desta no apoio dado ao habitante durante o seu processo identitário, processo contínuo, mas variável ao longo da vida, é possível estabelecer ou evidenciar correspondências entre identidade e espaço.

A interiorização da vida quotidiana atribuiu mais relevo ao espaço doméstico, e o protagonismo crescente da domesticidade leva a um questionamento sobre a sua influência efectiva na construção dos indivíduos.

O trabalho desenvolvido pretende indicar quais são os elementos presentes nas habitações que permitem tanto a adaptação dos diversos indivíduos e das famílias ao seu espaço, como uma vida doméstica familiar em que a identidade de cada um é respeitada e potenciada.

A assimilação prévia dos recentes fenómenos sociais, familiares e individuais do ponto de vista das ciências humanas, nomeadamente da sociologia, foi indispensável à construção desta problemática e assim, procurou-se no espaço da habitação os dispositivos capazes de criar ambientes próprios às necessidades emergentes dos novos indivíduos. Para o efeito, após a compreensão das bases teóricas, construiu-se uma análise prática com base na planta de várias habitações, cujas características serviram de “prova” para a demonstração da competência da arquitectura doméstica neste campo.

Dois aspectos positivos para os indivíduos foram salientados e defendidos: a complexidade e a ambiguidade espacial, vistas como um instrumento de resolução dos modos de habitar cada vez mais diversos e das necessidades crescentes dos indivíduos em termos identitários.

## ABSTRACT

The analysis of the domestic space is based on standard multifamily housing. This study addresses to the question of identity and to the role of the domestic architecture on the formation of individual identity.

Through the individual's interaction with his/her house and with the support of the latter to the inhabitant throughout his/her continuous identity process, it is possible to establish evidences or correspondences between identity and space.

The interiorizing of the daily life has given more relevance to the domestic space, the growing role of the domesticity leads to a questioning about its affective influence on the individuals.

This work aims to point out which elements inside of the houses allow for adaptation of the diverse individuals and families to their space, such as a family's domestic life where each individual identity is respected and potentiated. The prior assimilation of the recent social, familiar and individual phenomenon from the social sciences point of view, including sociology, was indispensable to the construction of this issue. Thus this study sought for the devices capable of creating suitable environments to the emerging necessities of the new individuals. After understanding the theoretical basis, it was built a practical analysis based on the plans of several dwellings, whose characteristics have served as a "proof" to the competency of the domestic architecture in this field.

Two positive aspects to the individual's were highlighted and defended: the spatial complexity and ambiguity, seen as an instrument of solving the increasingly diverse modes of dwelling, and of the growing needs in terms of identity of individuals.



## ÍNDICE

Agradecimentos

Resumo

Abstract

## INTRODUÇÃO

A HABITAÇÃO, UM ESPAÇO DE LIBERDADES? 10

A habitação no cruzamento das alterações sociais e individuais 10

A casa no quotidiano 13

O espaço doméstico, lugar do banal 13

O doméstico na modernidade 14

Casa como polo aglutinador: lugar do lúdico e do dinâmico 15

I. O ESPAÇO DA HABITAÇÃO E O SEU PAPEL NO QUOTIDIANO DO  
HOMEM 17

1. A COMPLEXIDADE ESPACIAL 18

1.1. Complexidade vs. Simplicidade 29

1.2. Vazio e indefinição 21

1.3. Interação habitante – espaço – habitante 24

2. O HABITAR. CORRESPONDÊNCIAS ENTRE O ESPAÇO E O  
INDIVÍDUO 28

2.1. A estabilidade 29

2.2. Construir o espaço, construir-se a si próprio 29

2.3. Habitar de forma activa. Apropriação pela prática 30

2.4. Habitante – Actor e controlo do espaço 31

## II. OS ESPAÇOS DA HABITAÇÃO: SUPORTE E INSTRUMENTO

|  |    |
|--|----|
| 1. METODOLOGIA   | 36 |
| 2. INTRODUÇÃO ÀS NOVAS CONSIDERAÇÕES SOCIAIS E FAMILIARES                  |    |
| 2.1. A identidade  | 43 |
| 2.2. Nova hierarquia da modernidade:                                       |    |
| do indivíduo para o grupo  | 44 |
| Primeira modernidade   | 45 |
| Segunda modernidade  | 46 |
| 2.3. O indivíduo plural  | 47 |
| 2.4. Diminuição do tamanho da família                                      | 49 |
| 2.5. Sucessão de privacidades. Privado do privado                          | 50 |
| 2.6. Revisão da função do quarto   | 51 |
| 2.7. Do estabelecimento da intimidade à dissociação funcional              | 52 |
| 3. DISPOSITIVOS E CONCEITOS ESPACIAIS NA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA QUOTIDIANA |    |
| Interpretação e modificações dos parâmetros da habitação                   | 54 |
| 3.1. MUTABILIDADE  | 57 |
| 3.1.1. Compartimentos com potencial de flexibilidade                       | 57 |
| 3.1.2. Isotropia   | 59 |
| 3.1.3. O vazio   | 61 |
| 3.1.4. Fixo – Móvel  | 63 |
| 3.1.5. Área de serviço   | 65 |
| 3.1.6. Extensão de uma zona sobre outra: Cedência                          | 67 |
| Aumento de área reservada à parte privada                                  | 67 |
| Aumento da área reservada à parte colectiva                                | 69 |
| 3.1.7. Reposicionamento e deslocações de compartimentos: Troca             | 69 |

|        |   |     |
|--------|---|-----|
| 3.2.   | HIERARQUIZAÇÃO E DISSOCIAÇÃO ESPACIAL         | 73  |
| 3.2.1. | Tripartição espacial                          | 75  |
| 3.2.2. | Separação Dia – Nwoite                        | 77  |
| 3.2.3. | Elementos autónomos                           | 79  |
| 3.2.4. | Quarto da empregada                           | 81  |
| 3.3    | DISTÂNCIA                                     | 85  |
| 3.3.1. | Novos núcleos                                 | 87  |
| 3.3.2. | Criação de distância                          | 89  |
|        | Caixa de ar entre zonas diferentes            | 89  |
|        | Caixa de ar dentro da mesma zona              | 91  |
| 3.3.3. | Zona autónoma                                 | 93  |
| 3.4.   | PERCURSOS – MOBILIDADE                        | 97  |
| 3.4.1. | Percursos abertos – Percursos fechados        | 99  |
| 3.4.2. | Dupla entrada                                 | 101 |
| 3.4.3. | Zona independente                             | 103 |
| 3.4.4. | Desmultiplicação de percursos                 | 107 |
|        | Alternativa vs. Sobreposição                  | 107 |
|        | Paralelismos                                  | 109 |
| 3.4.5. | Múltiplos acessos ao mesmo espaço             | 111 |
| 3.5.   | O QUARTO: COMPARTIMENTO ESPECIAL NA HABITAÇÃO | 115 |
| 3.5.1. | Sucessivas etapas de acesso ao quarto         | 117 |
| 3.5.2. | Posição do quarto relativamente à entrada     | 119 |
| 3.5.3. | Alteração das características originais       | 121 |
|        | CONCLUSÃO                                     | 125 |
|        | ANEXOS  | 132 |
|        | Corpus de fichas                              | 134 |
|        | Tabela  | 158 |
|        | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS                    | 162 |
|        | CRÉDITOS DE IMAGENS                           | 166 |

## **A HABITAÇÃO, UM ESPAÇO DE LIBERDADES?**

Para perceber de que forma a habitação alcançou o estatuto que possui hoje em dia e por que motivos é que o espaço desempenha um papel tão importante na vida dos indivíduos e dos grupos enquanto suporte e auxiliar de construção identitária, é necessário ter em conta as esferas nas quais a habitação se encontra inserida. Uma percepção mais abrangente e global permite a compreensão da posição fulcral recentemente ocupada pelo espaço doméstico. Esta resulta de um encadeamento de fenómenos (urbanos, arquitectónicos, sociais e políticos) que configuram as necessidades dos indivíduos contemporâneos.

### **A HABITAÇÃO NO CRUZAMENTO DAS ALTERAÇÕES SOCIAIS E INDIVIDUAIS**

O homem faz parte da sociedade, uma sociedade com uma cultura e uma história, que reciprocamente faz parte dele. Segundo G. Herbert Mead (Kaufmann, 2004 :32), filósofo norte-americano do século XX (considerado como o fundador da psicologia social), o indivíduo é o resultado de um sistema de interacções com o ambiente social no qual se insere e que decorre de um contexto histórico, logo, para o autor, “nenhum destes três elementos (indivíduo, sociedade, história) pode ser separado nesta análise”<sup>1</sup>. Por outro lado, Jean-Claude Kaufmann (2004:37), sociólogo francês e especialista da vida quotidiana, diz-nos que “a identidade é um conceito eficaz e estimulante, que permite compor uma visão mais dinâmica, ligando mais estreitamente indivíduo e sociedade”. Pois, para o sociólogo, é necessário fazer a distinção entre indivíduo e identidade e contestar as “ilusões subjectivas que deixam pensar que o indivíduo é livre de se inventar como o deseja, quando é apenas o produto da sua história, da interacção com os contextos nos quais se insere” (Kaufmann, 2004:91).

Assim, se estas três dimensões se completam e interagem, o indivíduo tende inevitavelmente a evoluir com estas, ao seu ritmo ou até mais rapidamente. Veremos ao longo deste desenvolvimento que o indivíduo, agora socialmente activo, antecipa e provoca as modificações gerais da sociedade, já que existe uma dinâmica maior entre este e a evolução do contexto no qual se encontra.

Segundo o filósofo norte-americano do século XX, John Dewey (Singly, 2005:10), “os indivíduos são (...) os factores decisivos (...) do movimento da vida social”, possibilitando uma sociedade mas também uma vida mais dinâmica onde (e já

<sup>1</sup> As citações das obras escritas em língua estrangeira foram traduzidas para o português pelo autor da prova.



que) cada um intervém.

Ao longo desta transformação recíproca do indivíduo e da sociedade, espera-se que o espaço doméstico acolha e responda às consequentes transformações. Está em causa o papel decisivo do espaço no acompanhamento contínuo desta interação e das influências respectivas entre os dois agentes, mas também a sua capacidade de mudança quando as alterações se tornam necessárias.

O indivíduo abriu-se para outros contextos, a sua emancipação (tema que iremos aprofundar durante este trabalho), tornou-se possível através da ampliação do seu campo de conhecimentos e de acção, cujas restrições se afastaram. Este campo consiste numa sociedade individualista que, embora o circunscreva, não o reprime.

Para Kaufmann (2004:323), “a individualização tem como consequência lógica romper com as referências colectivas; a sociedade torna-se mais aberta e cada um quer definir-se a si mesmo, à sua moral e à sua verdade”. Quando se refere à sua própria “verdade”, o autor expressa a ideia de subjectividade ou seja, a sensibilidade inerente a cada um, que dota o indivíduo de uma forma pessoal de ser e de apreender o mundo que o rodeia. Subjectividade que se hipertrofiou aquando da abertura da sociedade, onde uma maioria teve acesso a novas influências, nomeadamente as culturais.

Segundo o sociólogo contemporâneo francês François Dubet, “a invenção do consumo de massa pertence à categoria dos fenómenos tranquilos que mudaram a face do mundo (...) ao provocar uma medianização da sociedade pela extensão do acesso aos bens (...), propondo novos instrumentos de identificação” (Kaufmann, 2004:313).

Esta ideia de “instrumento”, refere-se a um conceito chave, o de processo através do qual o indivíduo vai poder afinar a sua subjectividade, destacar-se ou até mesmo distanciar-se dos demais. A ideia de distância associa-se à emancipação do indivíduo relativamente a quem o rodeia. Segundo o sociólogo francês François Ehrenberg (Kaufmann, 2004:81), nos anos sessenta, o homem de massa tomou o comando da sua vida, num período económico próspero, em que até os mais pobres podem aceder às condições materiais mínimas que permitem a sua emancipação.

A ideia de homem de massa é muito importante para a compreensão da evolução da sociedade. Este surgiu com o aparecimento da classe média na segunda metade do século passado, associaram-se a esta estilos, atitudes e modos de vida padronizados e repetidos, possibilitados pela difusão de todo o tipo de produtos e bens de consumo, assim como da informação e comunicação a nível global.

Desde então, no mundo dito “desenvolvido”, todos tiveram acesso, num primeiro tempo, aos mesmos mínimos indispensáveis e, numa segunda fase, a de consumo, levou a uma standardização relativa dos comportamentos.

Existe no entanto um paradoxo na emancipação e abertura possibilitadas pela liberdade implícita na nova sociedade, uma sociedade de massas e de consumo. Estas podem ser vistas de duas formas distintas: na sua vertente libertadora, permitindo a cada um o acesso a um mundo maior que o seu universo pessoal e atribuindo ao indivíduo mais ferramentas de autodefinição; e na sua vertente homogeneizadora, ou seja, estimuladora de estereótipos, provocada pelo consumo dos mesmos produtos (mobiliário, vestuário ou alimentação) e o contacto da classe média (esmagadora maioria da população) com os mesmos modelos, através da comunicação e da informação, levando à reprodução de estereótipos à escala global.

Dá-se então início a um período “caracterizado por uma dinâmica cujas faces são a libertação psíquica e a insegurança identitária, alargando-se à totalidade da população” (Dubet in Kaufmann, 2004:81), em que nos deparamos com uma problemática social na charneira entre libertação e confinamento.

Este paradoxo é muitas vezes resolvido na habitação. Hoje em dia, o espaço doméstico opõe-se ao mundo exterior onde as regras, os códigos de comportamento e as normas que determinam o que está correcto ou não, o que é “normal”, não param de crescer. A habitação é um espaço estável onde, ao contrário do que acontece no exterior, prima a liberdade de estar e de agir, numa sociedade que paradoxalmente se reivindica cada vez mais liberal. Como vimos, o indivíduo está definitivamente inserido num universo que o supera e tenta usufruir da sua autonomia com os instrumentos ao seu alcance - a vida no espaço doméstico pode assim ser vista como um destes instrumentos.

Será que, em reacção as restrições crescentes no domínio público, a domesticidade aparece como libertadora, propícia à formação identitária e respectiva emancipação individual?

Ao “parecer” do exterior vem contrapor-se a autenticidade do ambiente doméstico. No primeiro expressam-se as ideias de regras e normas impostas pela sociedade, enquanto que o segundo apela cada vez mais à liberdade, como veremos ao longo do desenvolvimento.

Se o espaço colectivo aparece por vezes como um lugar de confrontação de subjectividades e influências divergentes em que para se “fundir” nas massas, os indivíduos agem de uma forma padronizada, o espaço da habitação revela-se enquanto escapatória, um lugar onde prevalecem os valores pessoais, uma

maneira de ver e de ser própria a cada um, em que o indivíduo se sente confortável e pode assim, construir-se e afirmar-se.

## A CASA NO QUOTIDIANO

Durante muito tempo, a identidade foi o reflexo do nosso papel social, no nosso lugar público. No entanto, ao longo do século XX, a construção identitária dá-se essencialmente no círculo privado. Como afirma a psicóloga e socióloga Monique Eleb (1989:284), “quando no século XIX, a família se descobre a si mesma, quando as crianças se tornam mais presentes na casa, surge outro modo de sociabilidade no contexto quotidiano, a sociabilidade no isolamento do espaço familiar”.

Como veremos ao tratar a interiorização da vida quotidiana, um número cada vez maior de actividades passa para o domínio privado, é neste que o indivíduo tem liberdade para se tornar ele próprio e construir a identidade pretendida, e assim, o espaço doméstico tem uma presença cada vez mais forte no quotidiano dos indivíduos. Queremos salientar por que motivo(s) é atribuído tamanho protagonismo a este lugar do banal e do ordinário e tentaremos perceber de que forma a habitação pode oferecer esta liberdade e assim contrapor-se ao domínio público.

### O espaço doméstico, lugar do banal.

No espaço doméstico tudo pode acontecer, e de facto tudo acontece pelo tempo passado na habitação e pelo aumento das mais diversas actividades que reúne, esta é segundo o arquitecto espanhol Josep Lluís Mateo, um “artefacto de conviver” (Delgado, 2002:43).

A casa, lugar de predilecção do quotidiano, acolhe todo o tipo de actividades e é nela que se produz aquilo que é comum, o trivial.

Esta dimensão da vida humana não deve, segundo o filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre (reconhecido nomeadamente pelos seus trabalhos críticos acerca da vida quotidiana), ser menosprezada, por existir uma “riqueza escondida sob a aparente pobreza do quotidiano”, um “extraordinário do ordinário” (Léger, 1990:149).

Segundo Mateo (Delgado, 2002:43), dentro da habitação há “... paradoxo, tragédia, emoções, aborrecimento, amor e desamor”, ou seja, vida. Vida no pleno sentido da palavra o que significa, acção, dinamismo, variações e instabilidade. Se para o arquitecto, na habitação as pessoas vivem, isto significa que tudo

que acontece fora do espaço doméstico não é realmente vida, são “actividades prefiguradas, estranhas ao acaso e à liberdade”.

Cabe ao arquitecto na fase de projecto, ter em conta esta riqueza emocional e vivencial, acumulada ao longo do tempo, e deixá-la fluir. Pretende-se então que o espaço “deixe acontecer”, porque a liberdade leva ao bem-estar e ao conforto, factores de felicidade no quotidiano. Através da prática do trivial, o indivíduo apenas procura afirmar uma autenticidade (por vezes perdida no domínio público) visto que, “o ideal de autenticidade afirma que a existência humana apenas encontra o seu sentido na afirmação de si, da sua própria natureza, da sua autonomia” (Molénat, 2006:26).

Ora, esta autonomia surgiu na era moderna, com a focagem da vida na domesticidade e no que esta comporta de autêntico e genuíno.

### O doméstico na modernidade.

Muito mais que um simples abrigo reduzido às suas funções práticas, a habitação possui uma dimensão lúdica e está muito presente na vida de cada indivíduo ou família. Segundo Henri Lefebvre, a importância da vida quotidiana tem vindo a aumentar na modernidade (Segaud et al, 1998:390). O trivial, as pequenas acções anódinas, tornaram-se o excepcional dos tempos modernos. É atribuído um peso significativo aos acontecimentos modestos e simples, valorizando “os pequenos e vulgares prazeres” (Tocqueville in Molénat, 2006:25) pois são estes que realmente participam da formação do indivíduo. Assistimos à “celebração” do quotidiano em detrimento do extraordinário do domínio do público e social, destacando o protagonismo atribuído ao indivíduo banal e comum na modernidade, no seu quotidiano, onde prima a autenticidade, ao contrário da representação social vigente anteriormente.

Como afirma o filósofo canadiano Charles Taylor, uma das dimensões da identidade moderna é “a afirmação da vida ordinária” (Molénat, 2006:23). Enquanto que, para o jornalista especialista em ciências humanas, Xavier Molénat (2006:25), “outra vertente da concepção moderna está ligada ao conceito de autenticidade: cada ser humano tem a sua própria maneira de ser, procura uma modo de vida que seja o seu”.

É dentro do espaço trivial dos indivíduos banais que a vida acontece e que a sociedade se forma. Segundo o intelectual francês do século XIX, Benjamin Constant, o exercício da vida privada é uma das características da liberdade obtida na modernidade (Molénat, 2006:203). Neste período, o corolário “privado-liberdade” afirma-se e ganha força, pois segundo o filósofo alemão do

século XIX, Hegel, “ser livre é estar em sua casa” (Léger, 1990:151). A defesa da privacidade teve como consequência o encerramento da habitação relativamente ao exterior, assim, ao fechar-se sobre si, a casa dotou-se de uma maior liberdade.

## CASA COMO PÓLO AGLUTINADOR: LUGAR DO LÚDICO E DO DINÂMICO

A modernidade focou-se na vida ordinária das pessoas banais, daí o papel fulcral da habitação corrente, porque é esta que serve a realidade do quotidiano das massas.

A habitação tem um papel e uma responsabilidade crescente na construção de um modelo de vida, é uma ferramenta para o alcançar, suporte do dia-a-dia. “Espaço de realização individual e familiar, a moradia aglutina e articula as várias dimensões e espaços da vida quotidiana: trabalho, lazer, convívio familiar, rede de relações sociais” (Guerra, 1998:122).

No entanto, para além de ser um espaço libertador, a casa é também o lugar protector. “Ariès considera que a partir do século XVIII, com o desenvolvimento do sentimento de família, as actividades não param de entrar para o espaço doméstico. O espaço privado é um espaço seguro, protegido das agressões do exterior onde as regras não param de se desenvolver”. (Villanova, 1996:156). São estas duas características que levam à interiorização das actividades tanto individuais como familiares, tornando-as domésticas antes de públicas ou sociais. Segundo Daniel Pinson (1998:19) arquitecto e sociólogo contemporâneo, a casa permite desenvolver toda uma série de actividades que correspondem à “autonomia reencontrada” em oposição à normalização que rege o universo colectivo. A ausência de controlo e a autogestão de um espaço são favoráveis ao “prazer no estar chez-soi” (Pinson, 1998:20). À função arquitectónica de protecção física é acrescentada a de barreira para com o exterior, que liberta o indivíduo que, não estando submetido aos constrangimentos sociais, goza de uma liberdade maior.

Estar à vontade em sua casa é fonte de prazer e de bem-estar, pois segundo o arquitecto suíço Gilles Barbey (1990:122), a conceptualização da casa como âncora existencial e afectiva, portadora de um sentimento de familiaridade é indispensável a uma vida normal.

Segundo o filósofo francês Michel de Certeau, “um lugar é habitado quando manifesta a pluralidade dos seus usos possíveis, que é marcado pelo outro, assombrado” (Villanova, 1996:159). Aqui, o intelectual francês salienta o carácter

dinâmico do habitar marcado pelas actividades e os actos que alberga mas também pelos seus indivíduos. A casa é, doravante, um espaço plural.

Como já foi referido, o indivíduo manifesta-se na modernidade através do genuíno das coisas simples do dia-a-dia e, visto a casa ser também “um equipamento expressivo” (Pinto, 1998:40), contribui para a formação do indivíduo. Pois o quotidiano tem duas vertentes: a da construção identitária mas também a da organização e gestão da vida de cada um. Questão decisiva no que toca à arquitectura doméstica já que está omnipresente no dia-a-dia, a habitação é a “âncora da vida quotidiana” (Segaud, et al,1998:294). Como tal, o habitante pretende que a sua casa funcione consoante o seu padrão de organização para que possam ser estabelecidas correspondências entre ele, o indivíduo e um lugar, o seu espaço, já que estão implícitos no domínio do habitar outros factores decisivos, pois este não é apenas um envelope físico. Para Molénat (2006:34), “a habitação não é um produto, deve nos proporcionar um prazer quotidiano, estimular os nossos sentidos e ajudar os indivíduos, ao longo da sua transformação e evolução, a encontrarem-se”. Para o efeito, pretende-se que, à semelhança da sociedade, exista uma participação de todos os seus elementos: o espaço e o(s) indivíduo(s), criando uma vida mais dinâmica na habitação.

Tentaremos esclarecer de que forma a habitação fornece o seu contributo na construção identitária dos indivíduos, indivíduos que, face à crescente urbanização das sociedades, vivem na sua maioria, em habitações standardizadas. Esta normalização da habitação é uma condicionante no desenvolvimento de cada indivíduo no seu processo identitário e na liberdade da qual dispõe para a organização dos seus espaços domésticos. Embora se trate de espaços e configurações normalizadas e que devem cumprir certas regras, queremos no presente estudo e na análise decorrente do mesmo, demonstrar de que forma, apesar da sua regularidade, a habitação corrente alberga múltiplos dispositivos capazes de conciliar standardização e divergências de gostos e necessidades das famílias, como de favorecer a necessária construção identitária dos indivíduos. Como tal, trabalharemos sobre a evidenciação do papel da habitação no quotidiano com base no cruzamento de disciplinas: a arquitectura e as ciências sociais, bastante esclarecedores relativamente aos novos paradigmas individuais, para poder, num segundo tempo, desvendar e interpretar certas modificações dos espaços da habitação, favoráveis à construção identitária do indivíduo e a uma melhor adaptação às necessidades das famílias contemporâneas.

# **I. O ESPAÇO DA HABITAÇÃO E O SEU PAPEL NO QUOTIDIANO DO HOMEM**

## 1. A COMPLEXIDADE ESPACIAL



### 1.1. Complexidade vs. simplicidade

O projecto de arquitectura configura a relação entre uma unidade espacial - a habitação - e uma unidade social - a família ou o indivíduo. É assim um meio para realizar um projecto pessoal ou familiar, suporte de uma vida desejada (Cruz, 2009:39).

Idealmente a correspondência entre os modos de habitar e o espaço permite e fomenta a fabricação identitária. “As famílias pretendem construir a sua própria história sobre o espaço arquitectónico e através do espaço arquitectónico” (Cruz, 2009:110).

Este trabalho propõe entender como a habitação pode ser um instrumento de construção pessoal e familiar e demonstrar que é através de determinados dispositivos que se pode tornar um impulso durante este processo. Procuramos salientar que, embora com condicionantes formais e organizacionais bem presentes, a habitação corrente pode adaptar-se, com a ajuda de elementos implícitos ou explícitos do espaço doméstico, às alterações individuais e sociais, e assim responder às necessidades de todos numa sociedade individualizada. Face à desregulação e difusão das práticas individuais e à interiorização das actividades quotidianas, é no entanto possível encontrar um consenso para chegar a uma vida em conjunto coesa no espaço da habitação, pois a regularidade espacial é necessária e positiva, quando é possível a sua aplicação como suporte de projecto(s) de vida doméstica idealizada. Assim, a padronização necessária da habitação poderá encarar o desaparecimento constatado da família padrão e lidar com modos de habitar heterogéneos (ver *O indivíduo plural*, p.47)

A partir do espaço privado do doméstico, as famílias distinguem-se com base nos indivíduos que as compõem, diferenciação dos indivíduos que resulta de uma multiplicidade de factores, nomeadamente, culturais, sociais ou económicos (como veremos ao longo do capítulo II.2), assim nenhuma combinação pode ser semelhante a outra.

“A partir do fim dos anos sessenta, podemos observar uma diversificação dos comportamentos familiares que multiplica o crescimento da procura de habitação. Esta diversificação está ligada, tanto à liberalização dos hábitos familiares e pessoais, como à melhoria das situações económicas individuais, em particular as das mulheres” (Segaud et al, 1998:102).

A liberalização dos comportamentos familiares e individuais em conjunto com o acesso à habitação por uma maioria, mas também a banalização de novas configurações familiares anteriormente marginais, levam à procura de modelos

habitacionais diversos. Assim, as expectativas relativamente à habitação divergem de uma família para outra. O que poderá para uma família ser um ideal de organização e estrutura espacial pode não corresponder ou até mesmo contrariar as aspirações de outra.

Segundo a psicóloga Y. Bernard (1995:30), um modo de habitar é “uma relação alimentada por uma pessoa ou uma família com a sua habitação, podendo esta relação ser essencialmente analisada através da avaliação do tempo passado na habitação, do interesse que lhe é atribuído mas sobretudo das práticas que nela se desenvolvem”.

As necessidades evoluem e diversificam-se e a arquitectura doméstica tem como objectivo acompanhar estas mudanças e garantir uma adaptação aos novos modelos, cada vez mais difusos, propondo outros dispositivos espaciais nas mutações da habitação. As necessidades, tal como os desejos, são mais diversos mas também mais presentes, visto os indivíduos estarem inseridos numa sociedade de consumo.

“As sensibilidades evoluem e os objectos e os dispositivos espaciais materializam estas evoluções e perpetuam-nas, fazendo descobrir a todos novos prazeres, nomeadamente o do *chez-soi*, e transformando estes prazeres em necessidades” (Segaud et al, 1998:73).

No que toca à arquitectura, esta ideia evidencia a relevância do espaço doméstico como resposta às exigências do indivíduo, para que a habitação não seja apenas uma simples barreira entre o exterior e o interior mas antes um envelope com uma matéria humana mas também simbólica e espacial, um instrumento de ligação entre vários campos. Para Monique Eleb (2011:6), “a concepção das divisões e a sua disposição (os espaços de trabalho, de descanso, de isolamento, de recepção, o número e a localização das tomadas eléctricas, dos arrumos), tal como a consideração das possíveis evoluções da estrutura do lar, o simples envelhecimento ou o aparecimento de uma enfermidade e as adaptações que assim se tornam necessárias, criam o valor de uso da habitação”. Ou seja, a adaptabilidade é um factor decisivo na avaliação da qualidade de uma habitação. O seu “valor” já não é apenas estimado através de características quantitativas, tais como a superfície ou de qualificativos formais, é atribuído mais importância à “troca” implícita na relação habitante - espaço, ou seja à resposta que este último é capaz de dar quando surgem novos desafios, por efeito de correspondências tanto formais como simbólicas.

A complexidade, como factor propício a uma acção frutífera a nível pessoal,

impulso de produtividade, é um dos meios através dos quais o indivíduo pode encontrar a sua maneira própria de ver e de viver o espaço doméstico. Pois, espaços demasiado simplistas não incitam à acção do indivíduo. Esta ideia já foi salientada pelo arquitecto francês Jean Renaudie (Eleb et Bendimérad, 2011:87), apologista da complexidade, segundo o qual, o “inesperado, a descoberta, a diversidade, a complexidade na organização das formas da habitação são condições favoráveis para que nos tornemos actores (nem que seja através do imaginário) e apenas existe percepção do espaço na acção”. O arquitecto defende, através desta afirmação, a criação de espaços lúdicos em detrimento de uma arquitectura doméstica por vezes monótona dada a sua carência em certos níveis de complexidade, como veremos. De um ponto de vista mas prático, o sociólogo francês Henri Raymond afirma que a geometria simplificada das habitações é em parte responsável pela pobreza da arquitectura doméstica (Léger, 1996:98), juntamente com outros factores que reflectem uma escassez de potencial do espaço e a impossibilidade de colaborar eficazmente num projecto de vida, dificultado a nível doméstico pela não cooperação do espaço. A crítica não está dirigida às formas simples, mas sim às simplistas: organizações e estruturas espaciais que se tornam estereis, interferindo nas práticas e na construção do modo de vida idealizado pelo indivíduo.

É nesta complexidade que o indivíduo encontra um equilíbrio com o espaço que o rodeia, servindo-se e apropriando-se deste para fins pessoais. É assim ao longo desta adaptação que o indivíduo se torna ele próprio, por poder moldar os espaços aos modos de habitar e de vida que tinha idealizado. “O espaço adaptável define a possibilidade de uma fabricação, ou seja a existência de um poder de decisão cujo exercício marca fortemente o espaço” (Raymond et al. 1966:74).

## **1.2. Vazio e indefinição.**

Para tornar possível a conquista do homem sobre o espaço, é necessário a sua pré-disponibilidade. O vazio, é neste aspecto um auxiliar de definição.

Espaços que não são predestinados a uma função ou uma pessoa, indeterminados, aqueles que o indivíduo tem a liberdade de definir e de marcar.

Estes são elementos de máxima relevância no processo de apropriação já que a indefinição coincide com a opção, a liberdade de escolha e de definição. A atribuição de uma função ou a escolha de um destinatário para determinado compartimento fica assim ao critério do habitante, este pode exercer o seu livre-arbítrio e afirmar o seu controlo sobre o espaço doméstico e a sua organização. Estes compartimentos são primordiais no que toca à acção do homem na

habitação, expressão da sua apropriação do espaço, pois se tudo se encontra inicialmente definido, se todos os compartimentos estão predestinados, é uma parte da liberdade do indivíduo como habitante activo que se encontra condicionada. “Parece-nos então um erro excluir do projecto arquitectónico a expressão de fenómenos cuja supressão provoca uma falta mais ou menos consciente no habitante : não tanto a falta de um espaço para “bricolar”, que é perfeitamente consciente, mas antes uma falta mais geral e imprecisa de um espaço a marcar” (Léger, 1990:76).

Para além da existência deste tipo de compartimento “extra”, cuja caracterização está ainda por estabelecer, a indefinição provém igualmente da semelhança de espaços uns em relação aos outros, deixando a escolha não só da caracterização mas também da sua localização, ou seja do posicionamento de cada um segundo preferências pessoais.

Pode ser através destes métodos de desenho do espaço que se alcança uma maior igualdade em relação à hierarquia dos compartimentos. Sem atribuir mais ou menos valor a cada um, dotando-os apenas de atributos semelhantes. Deixa-se esta decisão ao habitante que irá defini-los posteriormente, podendo até alterar a sua escolha inicial, se necessário.

“Imaginar um espaço mais isotrópico através da definição de compartimentos semelhantes nas suas dimensões e funcionalmente não pré-determinadas, favorecendo deste modo movimentos diversos de ocupação e uso, como um xadrez virtual concebido desde a oposição entre o fixo e o móvel, o estrutural e o dinâmico” (Gausa, 2002:31). A isotropia dos compartimentos (ver p. 59) pode assim ser uma ferramenta e fomentar a diversificação das configurações espaciais consoante os gostos do habitante, as suas necessidades e a sua sensibilidade.

Mas criatividade e liberdade total não podem ser confundidas. A primeira não decorre da segunda. A planta livre, muitas vezes considerada como um ideal para a apropriação do espaço pelo homem, não parece ser necessariamente uma resposta adequada. Não é o objectivo do habitante construir ele próprio a integralidade do seu espaço doméstico. Pode existir uma fracção de “indefinido”, no entanto, a definição pessoal da habitação tem limites e esta é a função do arquitecto, saber estabelecer, enquadrar de forma equilibrada esta fronteira entre o que deve ser fixo e estável (permanente) e o que deve ser possível alterar (variável). De facto, a liberdade em “excesso” também pode causar desconforto e vir a ter o efeito contrário do pretendido (uma adaptação facilitada) e assim tornar-se contra produtiva. “A liberdade de apropriação e planificação que o arquitecto tem muitas vezes tendência a confundir com a planta livre” (Raymond

et al. 1966:6), pode até ser inibidora na acção e no uso do espaço, quando se trata de um espaço desprovido de atributos elementares (Segaud et al. 1998:310). Estes consistem na competência dos espaços da habitação, que através de determinados atributos conseguem uma maior adaptação aos usos de cada habitante e acompanham tanto a curto como a longo prazo as transformações dos indivíduos e as suas necessidades no espaço doméstico, estes atributos serão descritos e estudados de forma minuciosa na parte da análise interpretativa (pp. 54 a 124).

No entanto, uma estrutura em “grelha” (Gausa, 2002:31) pode manter uma parte fixa, áreas com estabilidade obrigatórias tais como os serviços, cozinha e casas de banho (dadas as actividades que albergam) mas deixando livre a repartição dos restantes compartimentos, ao critério do habitante (ver *Fixo-Móvel*, p. 63). Pois a disposição das diferentes áreas entre si, apenas define um padrão organizacional (mais ou menos forte ou por vezes imperativo) não significando que este não venha a ser desviado ou seja, que o habitante não possa fugir à sua estrutura pré-estabelecida, directrizes úteis também como impulso e ponto de partida de uma criação autónoma posterior.

Trata-se, segundo a dupla de arquitectos Lacaton & Vassal, de um guião aberto a todas as eventualidades, suficientemente amplo para poder albergar outros, atribuindo ao utente do espaço, que o arquitecto não conhece, a capacidade de viver outra história (Dana, 2002:19). Uma vez mais salienta-se a ideia de morador-actor, que através da sua acção ou actuação neste guião, se afirma como habitante e como pessoa, em adição ao trabalho do arquitecto, “por um lado estaria o que os arquitectos oferecem como possibilidade extra e, por outro, a resposta do habitante a quem se permite transformar, dividir, recompor e montar uma situação espacial no contexto do seu quotidiano” (Dana, 2002:20). Como já vimos, dentro do espaço doméstico vive-se, a habitação é um lugar dinâmico, com agitação (ver introdução p. 15).

No entanto, existe um paradoxo nas transformações recentes do espaço doméstico quando a superfície por habitante tem tendência a aumentar e o número de divisões tende a diminuir, chegando algumas mesmo a desaparecer, nomeadamente aquelas destinadas a uma função específica tal como a despensa, a lavandaria, os arrumos ou o escritório (Ariès in Villanova, 1996:156). A existência de compartimentos que possibilitam esta variedade de acontecimentos é de maior relevo dada a realização das mais diversas actividades no espaço da habitação.

Segundo Jean Nouvel, “uma boa casa, é uma casa espaçosa” (Eleb et Bendimérad, 2011:29) mas, se por um lado esta visão é legítima já que expressa uma maior necessidade de espaço de um ponto de vista quantitativo, por outro esquece a

vertente qualitativa da habitação. Os próprios habitantes, eles também conscientes das suas necessidades, requerem habitualmente o aumento do número de compartimentos e não o aumento das áreas já existentes (Léger, 1990:71). Esta aspiração, para além de evidenciar uma necessidade, a de dispor de espaço a nível funcional para determinadas práticas, salienta também um desejo, a de ter a possibilidade de “marcar” um espaço, desejo proveniente de uma privação, uma carência neste campo (ponto anterior, “Vazio e definição”).

### **1.3. Interação habitante – espaço – habitante.**

Os desejos do habitante apenas são alcançados através da diversidade e riqueza implícitas na complexidade, que oferece uma multiplicidade de alternativas de combinações e de configurações, sendo o espaço doméstico visto como um auxiliar na construção quotidiana do indivíduo.

Para tornar possível esta variedade e até divergência de estilos de vida e consequentes modos de habitar consoante os indivíduos em questão, é necessário flexibilidade, mas flexibilidade de hoje, a que pretendemos para o indivíduo contemporâneo que já não é aquela “caricatura do homem *bricoleur*” (Gausa, 2002:31). Traduz-se por uma maior polivalência e versatilidade dos espaços, para conseguir uma maior indeterminação, indeterminação propícia tanto à acção do homem na caracterização espacial como à adaptação aos vários modos de vida doméstica como veremos adiante (*Mutabilidade*, p. 57).

Ao falar de polivalência ou versatilidade referimo-nos não tanto à ideia de que um determinado lugar possa servir várias funções (simultaneamente ou não), mas ao facto de que o mesmo espaço possa ser sucessivamente palco das mais diversas actividades. Ou seja, que este seja capaz, consoante os hábitos do seu utilizador, de se adaptar às suas aspirações e necessidades.

A versatilidade espacial pode ser umas das ferramentas para a realização de um ideal e um melhor enquadramento da vida doméstica familiar com o espaço da habitação.

Na diversificação da procura, o peso respectivo do que é colectivo ou do que é privado na casa, varia. Para enfrentar estas variações, e as diferenças de importância e influência de um sobre o outro, consoante o desejo particular de cada núcleo familiar (diferente ou não de qualquer outro), existem “maneiras” de resolver estas problemáticas.

Da crescente individualização da sociedade e da família resulta muitas vezes uma

perda da importância dos espaços de estar colectivos pelo facto da vida pessoal se centrar mais no espaço íntimo de cada um, tornando os encontros familiares mais esporádicos ou pontuais como para as refeições por exemplo. Já no século XIX (Eleb et Debarre, 1989:284), constata-se “reequilíbrio das diferentes partes constituintes da habitação: a importância atribuída ao conforto da vida quotidiana em família, leva à ampliação da parte privada (...), em detrimento da parte pública”.

Se a preponderância notável do indivíduo é hoje em dia aceite, a necessidade de atribuir um quarto a cada pessoa do núcleo assim como dispor de uma área suficiente para os espaços privados é portanto de senso comum. Para o efeito, se a casa não o propõe à partida, é possível que esta seja alterada, quando necessário, através de dispositivos de flexibilidade, até obter o resultado desejado (ver p. 57). Embora se tenha verificado um aumento da importância atribuída ao indivíduo, este não é regra porque nenhum fenómeno pode ser generalizado e existem sempre excepções. Se a vontade ou a necessidade de ampliação dos espaços colectivos se faz sentir porque corresponde melhor aos modos de vida ou à configuração do núcleo familiar em questão, espera-se do espaço que colabore. A habitação poderá assim ser um instrumento de concretização das alterações pretendidas e, favorecer a disposição e repartição esperadas dos compartimentos.

No entanto, outras possibilidades de mudanças existem sem o ganho de área de uma zona em detrimento de outra. Podem caracterizar-se apenas pela vontade de alteração da localização de uns compartimentos em relação a outros, cuja hierarquização ou valorização fica ao critério do morador, ao dar-lhe a possibilidade de inverter a organização espacial e funcional da casa. Neste jogo de deslocações e encaixes o habitante encontra a configuração que lhe corresponde graças a uma combinação pessoal, é assim dada a oportunidade ao indivíduo de escolher (exercendo o seu direito e poder de acção) e afirmar a sua posição pessoal assim como a possibilidade de criar um espaço adaptado ao seu estilo de vida. Estão aqui salientadas duas ideias essenciais (ambas tratadas adiante, I. 2.4. p. 31 e II. 3.. p. 571) no que toca ao indivíduo: primeiro o controlo do espaço como decisivo na sua construção identitária, segundo a flexibilidade como instrumento de adequação ao quotidiano de cada um na habitação.

Esta liberdade de composição expressa, um desejo, o de viver consoante padrões pessoais e particulares e assim imprimir no espaço a maneira de ver, e de ser própria ao indivíduo: a sua subjectividade. O habitante efectua um trabalho sobre o espaço, este é assim suporte da sua construção pessoal à medida que o indivíduo intervém sobre ele. Esta ideia salienta o papel do espaço como elemento criador de personalidade partindo de um “objecto” anónimo para chegar a um ambiente pessoal, particular como veremos no próximo capítulo.

O potencial de uma habitação é uma característica essencial para a sua evolução e o desenvolvimento das práticas que nesta se realizam. Os hábitos, os indivíduos, as famílias e a (própria) sociedade no geral modificam-se mas as pessoas não se mudam sempre que surge uma alteração. Cabe ao habitat responder às transformações, através da sua competência como suporte da vida das pessoas, cada uma com os seus usos particulares, para que “a habitação se possa adaptar em vez de se impor a estas” (Chombart de Lauwe, 1967:19).

Para uma apropriação possível e facilitada, é necessário que seja a habitação a “conformar-se” ao homem e não o contrário. Espera-se que haja um equilíbrio entre estes dois elementos para que o desejado pelo homem seja realizável no espaço.

A acção do homem sobre este, no seu conjunto e ao longo do tempo, tem como objectivo, implícito ou explícito, através da realização da habitação idealizada, a articulação entre um espaço e um modelo de vida. Esta relação evidencia a importância crescente do papel da habitação como auxiliar na construção individual e a sua valorização quer do ponto de vista prático quer simbólico (Costa Pinto, 1998:43).

A reciprocidade entre modo de vida e espaço é tida como positiva no que toca à diversificação dos comportamentos sociais, familiares e pessoais, e salienta a necessidade de contestar certos modelos. Pois, “os modelos de habitação evoluem de uma forma proporcionalmente mais lenta que os modos de vida dos habitantes e (...) a persistência de arquétipos espaciais na habitação consagra a permanência de certas formas de estar em casa” (Barbey, 1990:86).





## 2. O HABITAR. CORRESPONDÊNCIAS ENTRE O ESPAÇO E O INDIVÍDUO

## **2.1. A estabilidade.**

O conceito de habitar marca uma relação entre o espaço e o indivíduo, estabelecendo uma união entre estes dois campos, o material e o humano (físico e social) num sistema de correspondências dinâmicas, uma influência mútua e não através da contemplação de um dos campos perante o outro.

Ao instalar-se e permanecer numa habitação o habitante imagina um estilo de vida e idealiza a sua vivência no espaço: o que poderá construir e viver dentro das suas paredes. O indivíduo já não vê a habitação como uma simples protecção em relação ao mundo exterior, esta é um todo pluridimensional. Mais do que um espaço concreto ela é atmosfera. Atmosfera criadora de ambientes, de vida. Este ponto de vista “refere-se ao quotidiano, solicita mais intensamente os cinco sentidos, integra o ciclo das estações, inclui as relações sociais e familiares, a história pessoal. Ao prazer fugitivo do momentâneo substitui-se o estar bem na sua segunda pele que é precisamente a habitação” (Léger, 1990:86).

A ambição de desenvolver um projecto de vida doméstica próprio e pessoal, prende-se com a ideia de estabilidade e de fixação, “a casa é um corpo de imagens que dão ao homem razões ou ilusões de estabilidade” (Bachelard, 1957 :34). Para criar e evoluir, o indivíduo necessita segurança e à vontade. Num sistema de correspondências de identificação, a função do espaço não é apenas a de receptáculo físico, mas também a de elemento criador de identidade e de presença, um sentimento de existir através do espaço pois segundo Clare Cooper Marcus (Coelho, 1998:140), autora de vários trabalhos sobre a influência da arquitectura na psicologia, “a existência de uma habitação permanente, onde nos possamos enraizar, é tanto uma componente necessária de segurança física, como uma expressão psicológica muito significativa de quem nós somos”. Assim, a casa como lugar da vida prática, opera como “uma fachada reveladora da ambição e da imagem que os actores têm e querem transmitir de si” (Coelho, 1998:140).

## **2.2. Construir o espaço, construir-se a si próprio**

Segundo Daniel Pinson (1996:16), “a casa é um espaço a fazer, que se gere e cresce por autoconstrução. Mas é também um espaço onde fazer, o que tem relação entre uma coisa e outra. Porque o espaço a fazer exige espaço onde fazer”. Ou seja, a habitação é no seu início, um espaço por fazer.

O que evidencia aqui o autor é a noção de processo, uma experiência de transformação que o habitante vai construir, eliminando a ideia de automatismo

e correspondência directa na relação do homem com um lugar logo de início. “Estar no *chez-soi* é apropriar-se e transformar um espaço no seu bem” (Segaud et al., 1998:374).

Fazer, construir ou apropriar, todos estes verbos relatam a ideia de criação e transformação. Assim, sendo a habitação um espaço por acabar, a sua construção tanto material como abstracta começa com a acção do habitante sobre ela segundo padrões de carácter individual, já que este espaço do quotidiano serve “mesmo não sendo sempre consciente, para construir e confortar esta imagem de si sempre em mudança” (Staszac, Collignon, 2003:312).

A relação entre o “eu” e o espaço, ambos em processo, salienta o “envolvimento do espaço na construção identitária dos indivíduos e dos grupos” e o seu papel como “âncora da vida quotidiana” (Segaud et al, 1998:294).

Esta caracterização do espaço tem como finalidade a obtenção de um espaço particular, designado em francês pela expressão *chez-soi* ou pela palavra *home* em inglês, cuja realização virá reforçar a identidade de quem o originou: “ter um *chez-soi*, é aceitar-se como pessoa, é manter ou reforçar a sua identidade” (Segaud, et al., 1998:376).

Segundo Kaufmann (1992:101), “tornamo-nos nós próprios pela interacção com os que nos rodeiam, que criam o que nós somos”. O autor salienta o papel crucial dos que nos rodeiam na construção pessoal da individualidade. O espaço onde vivemos possui, ele também, uma influência na construção do indivíduo, pelo tempo e a presença do mesmo no quotidiano de cada um.

### **2.3. Habitar de forma activa. Apropriação pela prática**

O conceito de apropriação sugere cada vez mais a ideia de acção, repetem-se conceitos como transformação, construção, processo, etc. e, à semelhança do sucedido no âmbito social, o indivíduo-habitante é cada vez menos um mero espectador. “O verbo activo “habitar” é aqui considerado no seu sentido transitivo, mais forte que ocupar, alojar, instalar-se, dá vida e sentido a envelopes que se transformam em arquitecturas preenchidas, animadas, habitadas. Esta interactividade entre o edifício e o utente é um fundamento da arquitectura” (Eleb et Bendimérad, 2011:6).

Através das suas práticas, o habitante particulariza o que é à partida genérico e universal, e sobrepõe uma camada única e pessoal ao projecto de arquitectura, individualizando-o.

Esta transformação e caracterização do espaço faz-se ao longo do tempo, com a

acumulação de gestos, de comportamentos e de hábitos. Trata-se de uma acção contínua que permite a identificação com o espaço doméstico e que fomenta o sentimento de pertença do indivíduo, neste espaço onde tem o direito de agir.

“A possibilidade de exercer um controlo sobre um espaço privado é um factor crítico para o equilíbrio e o bem-estar” (Segaud et al., 1998:375). Mas a identificação, própria à permanência e à estabilidade, também é constituída pela capacidade que o espaço tem de responder às eventuais mudanças e pela sua receptividade às acções e rotinas do habitante, como veremos mais adiante, através da adaptabilidade e da capacidade de interacção do habitante com o espaço.

O sujeito apropria-se do espaço pelo simples facto de habitar no pleno sentido da palavra, ou seja, pelo controlo e a estruturação do mesmo segundo as suas preferências e exigências com a finalidade de lhe atribuir um sentido pessoal. “Não se trata de um comportamento de apropriação estático mas que varia no tempo e em função das circunstâncias (...) apropriar-se de um lugar é também ter o direito de agir nele como se quer” (Segaud et al, 1998:376).

O conceito de habitar substitui o de apropriação. Este pressupõe que a acção de habitar é consumida, ou seja, que o espaço é utilizado e usado (Léger, 1990:21) para fins pessoais, até chegar a uma reciprocidade entre o que o espaço tem de mais concreto e as aspirações do habitante, sempre de acordo com as suas práticas e o ambiente simbólico que se vai criando ao longo desta interacção. O espaço intromete-se na vida do seu ocupante tal como este se intromete na sua configuração, deixando de ser apenas um elemento circundante. “(...) A apropriação do alojamento não é um simples processo funcional, recobrando uma grande diversidade de práticas de uso, de apropriação cultural simbólica e afectiva” (Guerra, 1998:119).

Procura-se que o habitante tenha um certo poder de decisão sobre o espaço, que possa comandar a sua forma para se sentir em adequação com esta consoante as suas práticas.

#### **2.4. Habitante-actor e controlo do espaço.**

Segundo o arquitecto holandês, J. Habraken (1970), habitar, é individualizar o que é universal.

Ao desenhar, do ponto de vista de Josep Lluís Mateo, o arquitecto projecta-se num futuro possível e tem consciência “de que um edifício não se acaba nunca, de

que qualquer casa é sempre um produto inacabado, uma história interminável” (Delgado, 2002:43).

Para os arquitectos Lacaton & Vassal, este imaginário remete para a ideia de guião. Através deste expõem as suas directivas espaciais e organizacionais, indicações superficiais já que cabe ao indivíduo como habitante activo completar e interpretar este guião.

Pelo facto de ser uma história perpétua, vai necessariamente englobar modificações inerentes à evolução da sociedade, do indivíduo, das suas necessidades e das suas exigências. A habitação deve então ser capaz de se conformar a estas, nomeadamente pela sua versatilidade. Assim, o espaço e os compartimentos que o compõem, dão ao indivíduo a possibilidade de construir algo, de agir segundo o seu critério, pondo assim à prova a sua “performance” enquanto habitante em sua casa, habitante cada vez mais imprevisível, como veremos ao abordar o tema da identidade (p. 43). A ideia aqui sugerida por estes arquitectos é a de folga, uma largueza sugestiva que permite ao habitante, com as suas ferramentas pessoais, pensar e fabricar outros panoramas.

Este controlo e a liberdade de opção são decisivos para que as exigências pessoais possam ser resolvidas pela forma. “O elemento determinante no sentimento de possuir um espaço privado é o controlo : controlo dos estímulos, controlo dos acessos, controlo das escolhas” (Segaud et al, 1998:375).

Sabemos que o indivíduo se define sobretudo por um sistema de oposições e compatibilidades e, a ideia de domínio também subentende o carácter de resistência, neste caso entre o homem e o seu espaço. Ao poder afirmar-se em relação a este, expressa e põe em prática a sua maneira de ver e de ser. “Para os etólogos, estar no *chez-soi* designa em primeiro lugar a situação na qual o homem exerce um controlo sobre um espaço” (Segaud et al, 1998:375). Tamanha afirmação só é possível no espaço que lhe é próprio, a sua habitação.

Para dar a oportunidade ao habitante de moldar o espaço à sua imagem e lidar com a imprevisibilidade crescente dos indivíduos, é preciso atribuir mais profundidade e consistência ao espaço da habitação dando-lhe maior polivalência, nomeadamente pela “coabitação de diversos subtipos” e uma melhor “articulação entre usos, técnicas e espaços previstos” (Gausa, 2002:21).

O poder de decisão e execução, sobre o seu ambiente, que reflecte o dinamismo da interacção dos moradores com a sua habitação, é benéfico e propício a um equilíbrio na relação espaço-homem. Para o efeito, espera-se do arquitecto que crie um envelope, uma caixa com “fundo duplo” (Lacaton et Vassal in Dana, 2002:21) com potencialidades dissimuladas, que o habitante vai desvendar à sua

maneira, surpreendendo-se ao criar os seus próprios cenários.

Esta acção decisiva na afirmação do homem sobre o espaço e consequente construção de um modelo idealizado, depende da liberdade da qual dispõe o indivíduo para ser criador de espaço e esta realização ser, reciprocamente, criadora de personalidade. De facto, quando as pessoas não podem alterar ou ajustar o seu ambiente doméstico, “uma importante via para o autoconhecimento é fechada” (Coelho, 1998:146). Para poder agir na sua habitação, para que esta possa ser ajustada é necessário a sua pré-disposição. Só assim é que a “conquista” do homem sobre o espaço é plausível e realizável.

Veremos a seguir quais são as características espaciais (Cap. II. 3. Análise. p. 54) e os elementos arquitectónicos necessários para dar vida e potenciar este “fundo duplo” mas também como a complexidade é neste caso, motor de criação e de particularização.

Em ambientes domésticos normalizados, é a acção de caracterização e organização espacial que, através da apropriação activa do habitante, cria um *chez-soi* particular, diferente de qualquer outro. “São as dialécticas dos usos e das representações que determinam as significações sucessivas dos lugares e convertem um contexto anónimo num lugar personalizado que adquire o valor de um *chez-soi*” (Segaud et al, 1998:379), um lugar onde prevalece um sentimento de eternidade (Segaud et al, 1998:380).

“À travers l’analyse des liens affectifs que l’habitant établit avec sa chambre personnelle, Barbey tente de saisir le processus de conversion d’un simple espace physique, la chambre, en un univers mental, le *chez-soi*. La spatialité propre de la chambre instaure une conscience différente du temps aux yeux de l’habitant. Bachelard écrit que l’espace “tient le temps comprimé”. L’espace est donc récipiendaire du temps et, par conséquent, refuge pour les souvenirs du passé. (...) Pour Barbey, le *chez-soi* est un espace totalisant, le seul qui parviennent à articuler simultanément les lieux et les épisodes de la vie” (Segaud, et al, 1998:380).





## **II. OS ESPAÇOS DA HABITAÇÃO: SUPORTE E INSTRUMENTO**

## 1. METODOLOGIA

Este estudo pretende observar o espaço da habitação como suporte do quotidiano, nomeadamente as ferramentas que oferece ao habitante para praticar e desenvolver um estilo de vida que o serve ao longo da sua formação identitária. Para o efeito, interessam-nos dois aspectos da habitação: a sua capacidade de acolher e potenciar modos de habitar diversos, mas também as qualidades espaciais que oferece aos seus habitantes e que promovem a identidade de cada um, individualmente, em paralelo com uma vida familiar coesa e harmoniosa tendo em conta as recentes alterações sociais.

Em primeiro lugar pretendeu-se tomar conhecimento das reformas recentes da sociedade e do lugar do indivíduo. A revisão das referências bibliográficas permitiu-nos perceber, na fase inicial do trabalho, os motivos destas mudanças, quer sejam históricas, sociais ou políticas. A primeira abordagem ao tema do ponto de vista das ciências sociais, nomeadamente através da leitura de várias obras do campo da sociologia, tornou possível realçar certos aspectos da habitação, de maior relevo nestas questões, e assim observar o espaço com uma vertente social indispensável à compreensão dos paradigmas espaciais.

Num segundo tempo, a procura de múltiplos exemplos de habitações permitiu destacar certos elementos que se repetiam consoante as épocas. Durante esta pesquisa pretendeu-se encontrar soluções espaciais cujas particularidades se adaptam ao indivíduo e à família contemporânea, focando-se mais precisamente na questão identitária.

Fixou-se como objectivo o de encontrar as correspondências entre o que é necessário ao indivíduo durante a sua construção identitária e o que o espaço doméstico tem para lhe propor como mais valia durante este processo (que se estende ao longo da vida).

Após ter entendido as mudanças do indivíduo no campo social tentou perceber-se de que forma o espaço poderia ser um instrumento válido de resolução das novas problemáticas da vida em conjunto. O espaço da habitação é utilizado para assegurar as novas necessidades e aspirações do homem na sua indispensável afirmação pessoal. Assim, procuraram-se elementos arquitectónicos capazes de promover a construção identitária de cada membro do núcleo familiar na sua habitação.

Para além de valorizar e destacar determinados dispositivos nas habitações em análise, poderemos também evidenciar a ambivalência destes modelos, garantida pela sua capacidade de adaptação às consecutivas transformações dos indivíduos. Pretende-se revelar de que forma os arquitectos projectaram (nos casos a estudar) a habitação corrente com um carácter mais abrangente, capaz de responder a

diversas problemáticas, carácter conferido por certos dispositivos espaciais cujo valor e utilidade procuraremos salientar, uma vez que tenderam a desaparecer ao longo do tempo. Poderemos assim, estabelecer um paralelo entre um período e outro, criar correspondências que permitam ligar dispositivos espaciais cada vez menos comuns, com as problemáticas actuais relacionadas com a construção identitária e com os fenómenos de individualização. Iremos perceber de que forma certas características dos espaços da época em questão poderiam perfeitamente adaptar-se à actualidade para melhor servir os indivíduos contemporâneos no seu desenvolvimento identitário, através da sua inserção nos novos modelos de habitação, com propósitos correspondentes aos recentes contextos sociais e familiares.

Para o estabelecimento desta correspondência foi realizado um estudo que consistiu na análise de várias habitações que demonstrassem, através das suas propriedades, de que forma o espaço pode ser um auxiliar relativamente a esta questão identitária.

Após uma primeira pesquisa, ajustaram-se os critérios de selecção. Foi assim tomada a decisão de focar a análise em casos portugueses, com o objectivo de evidenciar e insistir na qualidade da sua arquitectura e no seu potencial quanto à resolução de diversas questões sociais.

Com o objectivo de tirar conclusões pertinentes relativas à questão identitária, focalizou-se o estudo na habitação corrente e não em casos excepcionais. Quisemos referir-nos aos standards porque o que nos interessa perceber é a possibilidade de apropriação do espaço por um habitante que o arquitecto não conhece. Esta arquitectura que, sendo repetida e reproduzida a grande escala, surge como base de um projecto mais particular, próprio, já que se dirige as vivências dos mais diversos indivíduos ou configurações familiares, podendo o espaço destas habitações servir qualquer um, os indivíduos comuns. Assim, a escolha da habitação corrente revelou-se evidente, focando mais particularmente edifícios de habitação plurifamiliar no meio urbano.

Para o efeito, a pesquisa efectuou-se essencialmente com base em fogos de tipo T2 e T3 embora, em menor número, também façam parte da amostra habitações do tipo T3+1 (e excepcionalmente um caso do tipo T4+1).

Uma vez a selecção das habitações a tratar efectuada, iniciou-se um trabalho interpretativo com base na análise dos elementos do projecto de arquitectura: planta, cortes e alçados, com um foco particular na planta. Foram encontradas habitações dotadas de dispositivos espaciais propícios a uma maior adaptação e correspondência com os hábitos e estilos de vida diversificados no âmbito doméstico. Ora, constatamos a recorrência de certos elementos em determinadas

épocas, nomeadamente na produção arquitectónica das décadas de 50 e 60 ainda com alguns exemplos num período mais abrangente, incluindo as décadas de 40 e 70 (pois veremos que os casos aqui apresentados datam do período de 1945 a 1973), nas cidades do Porto e de Lisboa, onde se localizam todos os exemplos de habitação aqui apresentados.

Este trabalho baseia-se essencialmente na observação das características originais da planta das habitações, propriedades pelas quais foram seleccionadas para integrar esta análise. No entanto, outra vertente importante do trabalho consiste na alteração de algumas componentes da habitação para demonstrar a possibilidade de adequação às novas aspirações dos indivíduos e assim corroborar a ambiguidade destes espaços, quer na sua forma original quer pela transformação da mesma.

Após a junção de todos os elementos imprescindíveis à compreensão de cada caso, iniciou-se o tratamento da planta de cada habitação.

Tendo em conta as disparidades dos desenhos originais dos arquitectos, nomeadamente da planta (base deste estudo), que variam tanto no seu aspecto (mais envelhecido ou em bom estado, dado o período de tempo abrangido) como na sua expressão (muita detalhada ou mais clara, à medida que nos adiantamos no tempo), encontrou-se um padrão representativo capaz de uniformizar e chegar a um consenso na expressão das plantas. Optou-se por um desenho esquemático, permitindo uma abordagem clara e uma compreensão rápida das características gerais do espaço da habitação.

Para tornar possível esta leitura global optou-se pela colocação das plantas à mesma escala (1:500) ao longo do desenvolvimento da análise. O trabalho mais aprofundado sobre as características de cada habitação foi organizado num corpus de fichas de identificação (ver anexo).

Através do cruzamento de duas disciplinas: a arquitectura e as ciências sociais, pretendeu-se construir uma reflexão que permita relacionar a habitação com as suas vivências ao longo do tempo. Assim, a análise realizada sobre a planta das habitações foi aprofundada através de uma tabela (ver em anexo) que procura ser um instrumento para uma correspondência entre os resultados da investigação em Ciências Sociais conduzida sobre a temática da construção identitária e determinados dispositivos espaciais, nomeadamente: Dupla entrada, Elemento/ zona autónoma, Percursos abertos, Percursos fechados, Separação noite – dia, Isotropia, Mutabilidade.

Este trabalho pretende evidenciar a competência de certos elementos do espaço doméstico por corresponder às transformações sociais e às novas necessidades do indivíduo, como por exemplo o seu desejo crescente de independência ou de

intimidade assim como dispositivos indispensável à adequação dos espaços da habitação aos mais diversos modos de habitar e ambições do núcleo familiar.

O estudo crítico das plantas reparte-se em dois temas, sempre com bases em dados teóricos, sobretudo sociológicos. O primeiro trata essencialmente da adaptação do espaço da habitação dado o papel crescente atribuído à habitação no quotidiano dos indivíduos e a diversificação dos modos de habitar.

O segundo pretende salientar as diversas formas de potenciar a identidade e autonomia de cada indivíduo do núcleo familiar, quer seja pela identificação dos dispositivos originais dos fogos quer por alterações criadas nesta análise.

Os elementos que se consideram como sendo relevantes nas questões de apropriação e de construção individual consistem, por exemplo em dispositivos que oferecem a possibilidade de escolha entre um encerramento maior ou menor dos espaços, a hipótese de criação de um compartimento adicional ou a ampliação de uma zona em relação a outra. Estes são elementos tais como: portas ou painéis de correr, compartimentos com as mesmas propriedades (isotropia dos espaços), ou ainda outros sem função pré-definida, dando a oportunidade de uma caracterização espacial mais livre e aberta, resolvida pelo habitante.

Mas também outras propriedades que acreditamos serem importantes para a autonomização do indivíduo e de maior relevo e eficácia enquanto auxílio na sua construção quotidiana no espaço doméstico. Considera-se que este auxílio passa pela presença de características tais como: o sistema de dupla entrada, zonas ou compartimentos mais autónomos (tipo quarto de empregada), a variedade de circulações dentro da habitação ou ainda vários núcleos de quartos.

Estas alterações, com um carácter interpretativo, levaram à transformação da natureza de certos compartimentos quer da sua função, quer nas suas dimensões ou localização.

Foi estabelecido um padrão organizacional da habitação por zonas (muitas vezes referido ao longo do estudo), cada uma com um carácter próprio: zona de noite, zona de dia e zona de serviço.

Na zona de noite incluem-se os quartos e as casas de banho que lhes são directamente adjacentes salientando o carácter privado destas quando existe uma casa de banho suplementar, de “serviço”, destinada a um uso de carácter mais público. Diz respeito a todos os espaços cujo uso é restrito e destinado apenas aos indivíduos da casa.

Na zona de dia integram-se todos os espaços destinados ao convívio, ao encontro, tanto do núcleo familiar como com pessoas externas ao grupo, geralmente com um uso diurno quotidiano ou mais pontual.

Na zona de serviços encontram-se todos os compartimentos destinados a actividades de serviços ou seja, preparação de refeições, arrumos, tratamento de roupa, mas também em vários casos, o quarto da empregada. Optou-se pela colocação do mesmo neste grupo por se tratar de um compartimento directamente associado aos serviços e por funcionar de forma independente relativamente às zonas noite e dia. Veremos a seguir (objectivo deste estudo) como, pelas suas propriedades, alguns compartimentos podem vir a passar de um grupo para outro, e quais são as características que permitem esta transferência e as sucessivas alterações espaciais que respondem aos novos paradigmas ou desafios sociais e individuais. No entanto, é importante perceber quais foram essas alterações, ver concretamente em que consistiram e constatar a existência de um “antes” e um “depois”, porque só assim é que o potencial da habitação se torna mais óbvio, através da percepção da sua ambiguidade por vezes implícita, ambiguidade que queremos divulgar. Assim, como já referimos, a familiarização do leitor com os casos de estudo também foi uma preocupação. Para o efeito, a informação que respeita os casos analisados foi organizada em fichas de “identificação”.

As fichas, apresentadas em anexo, estruturam-se da seguinte forma:

- Implantação e informações gerais permitindo a leitura do contexto urbano e os dados do edifício (Data do projecto, localização, autoria e área).
- Planta e legenda da habitação à escala 1:400 evidenciado de forma mais pormenorizada as suas características espaciais.
- Planta do edifício permitindo evidenciar a inserção da habitação no conjunto e características principais: tipo de acesso, tipo de fogos que constituem o edifício, número de pisos e função à qual se destina cada piso (habitação, escritórios, comércio).
- Alguns dados acerca das particularidades do projecto, nomeadamente pormenores de realização ou da linguagem do edifício.

A partir desta informação foi possível realizar a análise, sendo esta a base do desenvolvimento interpretativo do presente trabalho. Ao longo do estudo irão surgir as plantas dos casos de estudos, ilustrando e explicando os conceitos abordados.

É também importante salientar que a apresentação das habitações seguiu um critério de ordem cronológica, permitindo não destacar nenhum arquitecto em particular, nem edifício ou cidade.

Para uma compreensão rápida e facilitada, cada habitação é designada por um número (consoante a sua posição na barra cronológica) e acompanhada pela sua localização (o nome da rua/avenida onde se encontra) ou o nome do edifício onde se insere.

## 2. INTRODUÇÃO ÀS NOVAS CONSIDERAÇÕES SOCIAIS E FAMILIARES



## 2.1. A identidade.

Segundo Sigmund Freud, médico e fundador da psicanálise (Kaufmann, 2004:25), o primeiro a falar do conceito, a identidade é um processo evolutivo contínuo ao longo do tempo cuja evolução dá origem a resultados identitários diversos, estes também variáveis. Uma vez que a noção de processo implica uma certa mudança, quando inserido num ambiente complexo, o indivíduo e a sua identidade nunca serão totalmente fixos nem estáveis.

Para o filósofo franco-polaco Emile Meyerson (Kaufmann, 2004:16), a identidade transformou-se num instrumento necessário sem o qual o homem não consegue fixar-se em relação a outras referências, num universo cada vez mais aberto e variável, onde tudo acontece rapidamente, e no qual tem de ser capaz de se afirmar em relação a elementos externos, ideias e ideais, pessoas, lares, religiões, podendo assim ser distinguido (estabilização de uma identidade para se destacar). A construção da identidade exige que o homem se defina em relação ao que o rodeia, antes de mais pela sua diferença, por estabelecer oposições e só num segundo tempo pelas suas semelhanças e afinidades. É um “sentimento de ser” (Kaufmann, 2004:41), que o torna consciente de que é diferente dos outros, logo um “eu” único.

Este sentimento provém de uma tomada de consciência das suas particularidades únicas. Estas particularidades resultam de uma construção pessoal que, embora com características internas e próprias a cada um, decorrem do meio no qual o indivíduo se insere, na sociedade numa escala mais abrangente, na família, a um nível mais íntimo. Para Freud, a identidade é um mecanismo psicológico através do qual o homem se constitui (Kaufmann, 2004:25) pela interiorização de modelos e imagens reforçando a ideia de que o indivíduo é antes de mais um ser social.

Ao interiorizar estes modelos, faz deles seus pela sua interpretação pessoal livre. Esta interpretação que varia de pessoa para pessoa, é a que o define e o destaca perante os outros.

A vastidão e estrutura complexa do campo social e cultural onde o homem está inserido, permite-lhe criar a sua singularidade através do que o campo em questão lhe oferece. Trata-se de uma singularidade decorrente de uma composição de vários elementos por efeito de associação, pois segundo o sociólogo D. Martuccelli, a “identidade pretende marcar o que é único através do que é comum e partilhado” (Kaufmann, 2004 :122).

Do ponto de vista histórico, como afirma Molénat (2006:45), o papel do indivíduo na sociedade e na sua própria vida foi variando ao longo das épocas: “primeiro

pião num sistema de posições de classes, de profissões, de hierarquias, de estruturas de instituições, o indivíduo foi mais recentemente aceite como actor, mas um actor social, ou seja, amplamente formatado pela sua época”.

A alteração do lugar do indivíduo deu-se na modernidade, com duas fases decisivas, cada uma com graus de intensidade diferentes, em que o indivíduo foi ganhando destaque de uma forma crescente. O sociólogo e etnólogo francês G. Balandier declara que, mesmo antes do conceito de identidade se afirmar, “a entrada na modernidade pode assim provocar a consolidação dos particularismos” (Kaufmann, 2004:132).

## **2.2. Nova hierarquia da modernidade: do indivíduo para o grupo**

As premissas da modernidade surgem há três séculos. Chama-se modernidade ao movimento político, filosófico, mas também social que marca uma ruptura com os antigos modelos de sociedade. Esta ruptura acelera-se particularmente a seguir à revolução francesa, em 1789, e caracteriza-se pela existência de correntes de pensamento progressistas no que toca à posição do indivíduo no mundo e na sociedade, às quais se vão associar lentamente teorias vanguardistas em relação às ciências e à técnica, num contexto de crescente perda de influência e de poder da religião. Segundo de Singly (2003:11), “o ocidente inventou, com a revolução francesa, uma sociedade que rompe com as sociedades tradicionais, chamadas “holistas”, centradas no “todo” como princípio básico, uma sociedade paradoxal, uma sociedade individualista, centrada no indivíduo como célula base”.

Por outro lado, politicamente a modernidade é indissociável da democracia, a qual mais do que um modelo de governabilidade, marca uma nova estrutura de sociedade e o lugar central que ocupa o indivíduo, pela sua participação na vida colectiva. Segundo Dewey (Singly, 2005:10), filósofo norte-americano, a modernidade é propícia ao desenvolvimento da personalidade de cada um. No Renascimento, período mais longínquo ainda, o sociólogo J-F. Dortier (Molénat, 2006:4) afirma que “o indivíduo se encontra perante ele próprio”.

Anteriormente a esta fase de ruptura a identidade tinha um papel muito diferente, já que o indivíduo se via inserido num círculo social dominante que o definia.

Doravante, o indivíduo tem o poder, e até o dever, de saber quem realmente é com o objectivo de “criar” uma identidade própria, única que o destaque em relação aos outros e que lhe permita afirmar-se num mundo vasto, aberto e onde tudo é possível. “Entre a identidade que vem de fora (...) e a que nós próprios tentamos estabelecer a partir de dentro (...) entre a identidade socialmente acessória e a motora de hoje, aconteceu uma revolução (...) a cadeia de socialização inverteu-se”

(Kaufmann, 2004:79). Não sendo a habitação um lugar hermético às evoluções externas, ela retrata estas modificações. A inversão desta cadeia de socializações é primordial para perceber o novo lugar decisivo do indivíduo no espaço colectivo e, particularmente esclarecedora quanto à posição deste na casa, ou seja, em relação aos seus comportamentos e relacionamentos no âmbito doméstico.

#### A primeira modernidade.

A partir de meados do século XVIII, o conceito de indivíduo sem identidade própria é revisto e posto em causa. Esta mudança de mentalidade parte essencialmente da interiorização da vida familiar (ver introdução, p. 15), seguida da importância crescente atribuída à privacidade (primeiro familiar e só depois individual). Posteriormente, “a partir de finais do século XIX, uma nova etapa é alcançada, através de uma nova organização dos compartimentos, nomeadamente com o aparecimento do quarto de casal, rodeado pelos quartos das crianças” (Singly in Molénat, 2006:186).

O sociólogo alemão Ulrich Beck (Molénat, 2001 :186) designa este período de primeira individualização, a qual, segundo ele se estende, em França, desde o fim do século XIX até ao final da segunda guerra mundial (1945).

No espaço da casa, como refere Molénat, é atribuída mais presença e relevância aos espaços privados, rompendo com o esquema organizacional e funcional anterior onde a multifuncionalidade dos compartimentos tal como a vida em comunidade (partilha do mesmo espaço por todos os indivíduos do grupo) eram a regra. Assim, “até ao século XVII os grandes compartimentos não especificados, os espaços do tipo comunitário são o enquadramento banal da vida, é então o grupo que domina o indivíduo (...) e viver na promiscuidade e sob o olhar dos outros e em lugares sem função particular” (Eleb et Debarre, 1989:283), parece lógico e natural quando, hoje em dia, semelhante exposição parece totalmente descabida. “O desejo de ser reconhecido como indivíduo, a emergência do eu, a reivindicação de autonomia relativamente ao grupo, vão a seguir levar os habitantes das cidades (...) a exigir espaços de isolamento para poder preferir estar só” (Eleb et Debarre, 1989:283).

Se antes desta primeira individualização, o indivíduo nem se quer se questionava acerca da sua própria existência, hoje liberdade e subjectividade levam esse mesmo indivíduo a afirmar-se em relação aos outros para existir como pessoa e já não como pertencendo ao grupo, à comunidade. No século XIX, “a multiplicação e o agrupamento dos quartos numa zona privada da habitação” (Eleb et Debarre, 1989:284), reflecte a reestruturação da família em torno do individual. Esta é a nova face da individualização. No entanto, apesar de uma relativa emancipação

do indivíduo, perdura a preponderância do grupo familiar sobre este. A vida em família desenvolve-se sob o modelo de família-fusão (Torres, 2002:222), em que a vida privada de cada um se define antes de mais através da célula familiar e onde a afirmação do indivíduo singular passa pelo grupo.

Ora, como já foi referido, o processo identitário precisa de tempo para se formar. A identidade essencialmente estruturada, segundo Kastersztein (Kaufmann, 2004:30), em torno de conceitos como a totalidade, a singularidade, a estabilidade, e a permanência, precisa não só de tempo mas também de espaço, ao qual se referem as noções de estabilidade e permanência. Cada indivíduo necessita concretamente de um território para pôr em prática a sua singularidade e desenvolver a sua identidade própria e única. Este espaço vital encontra-se na habitação, lugar onde os modos de vida e consequentes modos de habitar levam à definição de uma identidade, potencializam assim a emancipação e a futura autonomização de cada um. Pela sua importância como espaço do indivíduo por excelência, o quarto representa este espaço vital durante o período chamado de segunda modernidade.

#### A segunda modernidade.

Pelo modo como são estruturadas, as sociedades evoluem mais lentamente que os indivíduos que as compõem. Assim sendo, uma vez a primeira fase da modernidade estabilizada, surge a necessidade de uma mudança mais radical na sociedade visto que a sua organização e estrutura já estão ultrapassadas em relação aos indivíduos que a compõem, indivíduos desejosos que esta se adapte a uma nova realidade.

Num clima social e político complexo, marca-se uma viragem histórica na concepção da sociedade. O início da segunda modernidade, marcado pela libertação e emancipação individual, surge na década de 60, principalmente ao nível social em França nomeadamente com as revoltas de Maio de 1968, quando as exigências de liberdade e autonomia já não eram satisfeitas e não correspondiam ao crescente desenvolvimento do protagonismo social do indivíduo, já que, segundo de Singly (Molénat, 2006:42), a principal característica das sociedades modernas é a de serem compostas antes de mais por indivíduos. O indivíduo libertou-se, dado que “a modernidade se caracteriza pelo facto do indivíduo já não estar estritamente submetido a papéis impostos” (Kaufmann, 2004:32).

Na década de 60 dá-se assim uma ruptura histórica que marca o fim da transição identitária (Kaufmann, 2004:118). Esta transição emancipadora que desconecta o indivíduo do colectivo, vai reflectir-se no seu modo de viver, logo, nos modos de habitar.

Se na primeira fase a emancipação individual permanece relativa, é durante a segunda modernidade que se torna efectiva. Nesta, todos vão beneficiar de uma vaga emancipadora, através desta cada indivíduo vai afirmar a sua identidade e personalidade, com consequências no espaço doméstico. “Com o modelo de indivíduo emancipado, o individualismo é um humanismo, esboçando um mundo ideal onde cada ser humano poderia desenvolver-se e tornar-se ele próprio, livrando-se o mais possível das restrições sociais impostas” (Singly, 2005:10). O espaço doméstico dá a possibilidade de se libertar destas ou pelo menos de agir de forma livre, desprendido dos que o rodeiam.

Se no século XIX, falávamos de família-fusão, no século XX, a vida em família desenvolve sob o modelo de “família-associação” (Torres, 2002:43), em que o indivíduo vai autonomizar-se exponencialmente, com o desejo constante de espaço próprio. Para poder por em prática essa autonomia, precisa de privacidade e intimidade (Singly, 2005:68). Pode assim gerir o mundo que o rodeia, o seu pequeno universo que, no que diz respeito à casa, se caracteriza por um quarto próprio.

Esta liberdade de aproximação ou afastamento em relação a ideias, gostos, modos de vida ou pessoas permite uma maior, mas sobretudo uma melhor emancipação, por ser por mais “sã” e sincera. Fomenta a diversidade identitária pois segundo Gilles Barbey (Segaud et al, 1998:380), o quarto é também um “universo mental”.

### **2.3. O indivíduo plural.**

Assim, a diversidade identitária foi-se destacando de forma crescente ao longo das últimas décadas, conscientes da sua pluralidade, os indivíduos aspiram a uma identidade múltipla, “gostam de ter várias pertenças para não estarem ligados por um vínculo único” (Singly, 2003:21). “É por poder deslocar-se de um grupo a outro, poder distanciar-se do seu círculo íntimo, que o indivíduo pode ao mesmo tempo definir-se como membro do grupo e como dotado de uma personalidade independente e autónoma” (Singly, 2003:23). Construiu esta identidade de forma livre, embora com a presença de pré-determinismos sociais irrevogáveis. O indivíduo, apesar desta autonomização massiva, embora relativa e limitada, não é um “electrão livre” que se auto-sustenta, sem influências nem ligações com o seu meio.

A identidade é única mas variável dada a sua sujeição a outras directrizes, dificilmente será uma entidade fixa, ou estática, visto a diversidade e instabilidade dos factores externos que a condicionam. A vastidão e estrutura complexa do campo onde o homem está inserido, permite-lhe criar a sua singularidade através

do que este lhe propõe, uma singularidade que resulta de uma composição de vários elementos.

Karl Marx (Molénat, 2006:1) já designava em 1844 o indivíduo como um “ser social”, que interage com o seu meio, meio que tende inevitavelmente a influenciar o indivíduo. Logo, através da sua diversidade e eclectismo crescentes, dada a inclusão de novos horizontes e perspectivas diversas, ajuda o homem a criar algo pessoal e afinar a sua subjectividade.

É precisamente este contexto que possibilitou a diversificação das identidades e a desmultiplicação das práticas individuais, dos gostos e interesses de cada um. O contexto aqui referido é o resultado de vários fenómenos que alteraram fortemente o panorama social da actualidade como vimos na introdução (e ao longo deste desenvolvimento). Trata-se de um universo que se abriu e está agora ao alcance de cada homem.

A “matéria social” (Kaufmann, 2004:49), proposta ao indivíduo é ela também cada vez maior, e neste contexto os homens “apropriam-se cada vez mais dos diversos repertórios das práticas culturais” (Molénat, 2006:4), porque vivem num campo de influências cada vez mais diverso.

Como afirma o sociólogo polaco Zygmunt Bauman (Molénat, 2006:121), o indivíduo, diferentemente do sucedido nos séculos passados está a tornar-se um híbrido cultural.

O advento da sociedade de consumo (e aparecimento da classe média), uniformizou os hábitos e, desta forma, tendeu a anular as distinções entre “classes”, podendo hoje em dia, duas pessoas de meios socioprofissionais ou de localizações geográficas totalmente distintas ter os mesmos hábitos, interesses ou estilos de vida. Mais recentemente, a globalização contribuiu para a atenuação de alguns determinismos sociais antigos persistentes, e os comportamentos, nomeadamente domésticos já transcendem e atravessam as divisões de classes. “A diversidade dos modos de vida que se torna óbvia para qualquer observador pode deixar pensar que estes são doravante autónomos das categorias sociais” (Léger, 1990:20).

O desenvolvimento do ocidente, após a segunda guerra mundial, permitiu numa época próspera tanto a nível social como económico, a emancipação pessoal se não de todos, pelo menos de uma maioria (Kaufmann, 2004:81). A massificação do consumo, sem manifestações explícitas, revolucionou a vida dos indivíduos, propondo-lhes novos meios de expressão pessoal. Esta liberdade permitiu ao indivíduo obter a identidade desejada, embora esteja inserida dentro de certas condicionantes que o superam, como já vimos.

O acesso a outros mundos, outras visões deu ao indivíduo um leque variado de opções, é no cruzamento de várias influências que resulta a sua “hibridez” (Bauman in Molénat, 2006:121). Se, ao nível da personalidade esta se reflecte

numa maior abertura e diferenciação pela adesão a tendências divergentes, ao nível da casa ela reflecte-se nos usos diferenciados do espaço consoante os indivíduos, na diversificação das práticas dos seus membros, assim como pelo desejo próprio a cada um de viver segundo os seus padrões, as suas regras.

São estas as noções em causa quando nos referimos à imprevisibilidade do habitante.

#### **2.4. Diminuição do tamanho da família.**

A diminuição do tamanho das famílias no geral, é também um factor determinante que influencia a emancipação de cada indivíduo relativamente ao grupo. As famílias numerosas, mais comuns antigamente, são agora excepções. Em França, por exemplo, assistiu-se à constante diminuição do número de filhos até à década de noventa (Segaud et al, 1998:100). O controlo da natalidade é a causa principal desta alteração, mas alia-se à entrada da mulher no mundo do trabalho, ao crescimento da população urbana e a uma aposta maior no futuro dos filhos, reduzindo a proporção de famílias numerosas (Segaud et al, 1998:102). No entanto, ao nível social, foram as mudanças de mentalidades que precipitaram esta quebra.

Na sociedade ocidental defendem-se agora princípios igualitaristas (Cruz, 2009:63) e a vontade de satisfazer as necessidades pessoais de cada indivíduo, o que se traduz na família pela diminuição do número de filhos. Existe um paradoxo entre o aumento das capacidades económicas e a diminuição do número de pessoas dentro do núcleo familiar. Mas este fenómeno apenas demonstra e confirma a importância atribuída ao indivíduo como unidade singular e o peso do individual em relação ao colectivo. Pretende-se desta forma atribuir mais tempo e espaço a cada pessoa, estimular o desenvolvimento de todos os elementos do grupo, respeitar o seu espaço, ou seja promover a sua qualidade de vida. No espaço doméstico este fenómeno reflecte-se na procura de maior conforto e bem estar, logo na atribuição de um lugar próprio a cada um.

Conceder um lugar a cada indivíduo da casa, fazendo assim a apologia da privacidade, é sinónimo de aceitação da particularidade de cada membro da família. Reconhece-se através desta repartição a necessidade de espaço, tanto físico como psíquico, pois a noção de propriedade de si, no que toca ao indivíduo, decorre da propriedade privada ou seja da possibilidade de intervir e ter margem de manobra naquilo que é seu, tanto na vida em geral como no espaço em particular já que, “a consagração do indivíduo não pode ser dissociada de um movimento mais geral, que passa pela propriedade privada e pela propriedade

de si (...) Ao tornar-se proprietário, o indivíduo torna-se dono de si mesmo, apropriando-se o seu trabalho e os seus meios de existência” (Molénat, 2006:7). Enquanto que para o sociólogo R. Castel (Kaufmann, 2004:307), “a propriedade privada foi a base material que tornou possível a propriedade de si”.

Possuir o seu espaço, o quarto, significa usufruir da sua privacidade e consequente intimidade. Esta resulta do isolamento do espaço, da sua protecção relativamente ao exterior e aos restantes espaços da habitação. Os dispositivos arquitectónicos da casa oferecem esta protecção, resguardando o espaço privado de predilecção do indivíduo dos outros membros do grupo, das suas actividades e do possível carácter invasivo do exterior, do público.

## **2.5. Sucessão de privacidades. “Privado do privado.”**

Segundo de Singly (Molénat, 2006:185), “foi na família que aconteceram as principais mutações da vida privada. Primeiro afirmou-se como um lugar fechado, separado do mundo exterior. A seguir, os indivíduos desprenderam-se dela, reivindicando uma vida privada separada da vida familiar. Esta última tendência não parou de se acentuar desde os anos sessenta”. Este fenómeno de desdobramento é uma consequência natural e directa da individualização da sociedade e da família. Esta, já não é tanto o impulso da construção pessoal mas sim o seu resultado, resultado da participação de cada parte que a compõe. Esta nova hierarquia não implica, como já vimos, a dissolução da família mas apenas um esquema organizacional diferente, inverso. Procura-se então um novo equilíbrio nas “diferentes partes constituintes da habitação que leva à ampliação da parte privada (...) em detrimento da parte pública” (Eleb et Debarre, 1989 :284).

Como já sabemos, a vida privada ocupa um lugar primordial e o domínio do privado tem ganho cada vez mais peso em relação ao exterior, ao público. É principalmente neste campo que o indivíduo se constrói. Na esfera privada o indivíduo torna-se realmente ele próprio ou pelo menos tem o direito e a possibilidade de o fazer, de estar em adequação consigo mesmo. Como já foi referido previamente neste estudo, a vida privada como refúgio da vida pública é um factor importante no quotidiano, uma “condição para a felicidade do homem moderno” (Molénat, 2006:203).

É neste refúgio, no seu “universo pessoal”, um espaço que lhe pertence e onde faz o que quer, que o indivíduo se desenvolve à margem do resto da casa na qual domina, não o social, é certo, mas o colectivo da família. Assim, nos anos 60, “a intimidade familiar (...) tem que coexistir com a intimidade pessoal” (Molénat,



2006:187). No espaço doméstico, família e indivíduo são os actores principais. As variações na importância dos seus papéis respectivos tendem não só a modificar as suas relações e a estruturação do lar, como também a organização espacial do seu habitat.

Segundo o historiador francês A. Prost, “o século XX consagra o privado do indivíduo dentro do privado familiar” (Molénat, 2006:199).

Ter o seu espaço pessoal dentro do que já é do domínio do privado: privado pessoal dentro do privado familiar, é a característica da família moderna que respeita e faz prevalecer os interesses de todos, individualmente, sobre a unidade do conjunto. São estes interesses que participam na coesão do grupo. Procura-se mais liberdade e intimidade do indivíduo já que estas qualidades são propícias à harmonia do “todo”. A nova conjuntura familiar reflecte a vontade de estar e de ser livre embora sempre inserido dentro de um grupo, “Être libre ensemble” (Molénat, 2006:196) ou “ensemble mais séparément” conceito tão prezado por Monique Eleb. Procura-se assim um equilíbrio entre privacidade e socialização.

Com uma crescente necessidade de espaço para explorar a sua identidade, já que na segunda modernidade a intimidade pessoal cohabita e quase se sobrepõe com a familiar mas sem se confundirem, “assistimos à ruptura da ligação que associa intimidade familiar e intimidade pessoal” (Molénat, 2006:186), atribuindo mais liberdade ao indivíduo e criando “um individualismo emancipador, que permite uma identidade aberta, eclética (...) que não estagna ao longo da vida, nem durante o dia ou a noite” (Singly, 2005:15).

Como já sabemos a atribuição de um quarto a cada indivíduo do núcleo familiar (excepto casal) já não é questionável. No entanto, o conceito de “privado do privado” prende-se com a procura da intimidade máxima dentro dos espaços privados do fogo. Esta pode ser alcançada de várias formas com veremos ao tratar da análise dos casos de estudo.

## **2.6. Revisão da função do quarto**

O quarto já não é exclusivamente o lugar do privado, “o quarto de criança é hoje considerado como um local de jogo, de descanso, de trabalho, de recepção dos amigos : é deste modo tanto privado como público” (Segaud et al, 1998 :70). Enquanto que na adolescência por exemplo, existe um “jogo entre autonomia e dependência” (Segaud et al, 1998:73), em que o quarto é utilizado como instrumento para o isolamento mas pode igualmente ser um espaço de convívio, atribuindo-lhe um carácter mais público do que o inicialmente suposto para este tipo de compartimento.

“O quarto pessoal é (...) o lugar do domicílio familiar no qual cada um se pode tornar ele próprio” (Singly, 2006:33), em oposição aos espaços colectivos onde primam as características do grupo.

Para além de ser o lugar mais íntimo da casa, este alberga todo o tipo de actividades e esta multifuncionalidade só é possível por se tratar de um espaço pessoal, onde não interferem várias autoridades.

O quarto é marcado pelo controlo do espaço proporcionado pela liberdade que nele existe. Este é como uma subdivisão da casa, elemento autonomizado, com as suas próprias regras e organização, contido numa estrutura maior, com outras normas. Define um universo pessoal cujo ambiente é, ou pode ser, diferente das directrizes gerais em vigor no resto da casa. Possuir um quarto é poder exercer livremente os seus modos de habitar e praticar um estilo de vida próprio.

Cada um habita e age sem interferir nas vivências dos restantes moradores, no quarto mas também noutro tipo de compartimentos como estes “compartimentos de isolamento (...), esta *insula*, espécie de alcova que permite isolar-se enquanto o resto do apartamento permanece bastante aberto, (...). Impõe-se a ideia segundo a qual os diferentes habitantes que partilham o mesmo apartamento são indivíduos que coabitam e não um casal unido ou uma família com objectivos unificados e desejos do mesmo género. Um compartimento por habitante torna-se imprescindível” (Segaud et al, 1998:73). Hoje em dia, cada membro do grupo tem uma certa autonomia, mais ou menos forte consoante a sua personalidade, a sua idade ou actividade profissional. Os horários de cada um divergem e quando todos estão em casa tendem a ocupar o seu espaço respectivo, muitas vezes, a sala ou o quarto. A divergência espaço-temporal leva os indivíduos do grupo a viver “ao seu próprio ritmo”, assim, “um quarto individual que permite a realização de actividades diversas, nomeadamente ruidosas, é uma aspiração” (Eleb et Bendimérad, 2011:33). Pois sabemos que a intimidade aumenta o poder de acção e de escolha do indivíduo e que a possibilidade de exercer um controlo sobre um espaço privativo é um factor decisivo para o equilíbrio e o bem estar (Segaud et al, 1998:375).

## **2.7. Do estabelecimento da intimidade à dissociação funcional.**

A fixação da intimidade como necessária é um dado adquirido, requer-se agora uma maior fragmentação dos compartimentos consoante as actividades que acolhem. A dissociação funcional do espaço doméstico permite dar mais independência aos indivíduos e viver em grupo de forma coesa, assim “a atribuição dos espaços aos membros da família em vez da sua concessão a actividades

precisas como na fase anterior” (Cruz, 2009:134), é preferível. Criou-se um novo esquema de atribuição dos espaços consoante o tipo de usos que respeita a diversidade das práticas individuais de cada membro da família. Veremos mais adiante que este desmembramento do espaço não é o único factor determinante na autonomização do indivíduo, pois segundo M. Segaud (Coelho, 1998:146) “no interior de uma habitação o carácter e a localização do “recanto pessoal” reflecte uma necessidade de isolamento e caracteriza-se a partir de parâmetros distintos e característicos de: ordem/desordem; tensão/calma; comunhão social mais ou menos larga/intimidade”.

Esta mudança reflecte a primazia pessoal em detrimento do colectivo. As famílias, agora compostas por indivíduos diferenciados pelos seus modos e estilos de vida, participam na constituição de um todo, o núcleo familiar, invertendo o esquema de formação identitária, anteriormente com base neste.

“A grande sala multifuncional, a sala onde toda a gente vivia sujeita ao olhar de todos, caracterizou o habitat da idade média, até ao final do século XVI. A divisão em compartimentos especializados apareceu com a ascensão do individualismo” (Eleb et Bendimérad, 2011:32). Esta afirmação faz o retrato das várias etapas constituintes da compartimentação do espaço da casa. Primeiro, a intimidade revelou-se como indispensável para preservar a família essencialmente do exterior e, num segundo tempo, desagregar o indivíduo do núcleo familiar foi decisivo para a sua emancipação. É assim permitido ao indivíduo praticar e desenvolver a sua subjectividade, uma identidade individual que segundo afirma J-C. Kaufmann, apenas se começou a afirmar há menos de meio século (Molénat, 2006:178).

A afirmação da identidade, decorrente da individualização da sociedade é positiva, segundo R. Castel (Singly, 2003:216), “apenas sob duas condições: oferecer a cada indivíduo as capacidades para que se possa individualizar (...), permitir uma vida em conjunto tanto no espaço privado como no espaço público”. Ora, para permitir esta vida em comunidade é necessário que a habitação possa dar a todos o espaço desejado para as práticas das actividades pretendidas, mantendo a sua privacidade e liberdade sem interferir na dos restantes membros do grupo.

Veremos de que forma a hierarquização e dissociação dos espaços são um elemento chave na concretização deste ideal, assim como a distância entre compartimentos, os percursos que os unem (e separam) ou o isolamento dos espaços privados, que participam também na sua realização e se revelam essenciais como criadores de privacidades e instigadores de uma vida em grupo coesa.

### 3. DISPOSITIVOS E CONCEITOS ESPACIAIS NA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA QUOTIDIANA.

Análise: Interpretação e modificação dos parâmetros da habitação

Pretende-se ao longo deste estudo perceber de que forma a habitação pode acompanhar as alterações sociais no que toca à posição do indivíduo e ser um impulso na consolidação de uma identidade. Queremos para o efeito, determinar de que modo certos dispositivos do espaço doméstico permitem a construção identitária de cada membro da família.

Pois como já vimos, a necessária emancipação do indivíduo dá-se cada vez mais dentro da habitação, reforçando a ideia segundo a qual o espaço seria um instrumento influente no processo identitário.

Iremos salientar dois aspectos nos quais acreditamos que o espaço e seus atributos podem actuar ou influir eficazmente, ambos com repercussões produtivas na formação identitária dos indivíduos.

Primeiro, tema abordado no ponto 1 (*Mutabilidade*), a ambivalência dos espaços como ferramenta de adaptação às diversas expectativas das famílias, salientando a destreza destes modelos a longo prazo por terem a capacidade de auxiliar projectos individuais e familiares diversos, apesar das modificações sociais e da nova procura habitacional que produzem.

Segundo, tema tratado nos restantes pontos, (*Hierarquização espacial, Distância, Percursos, O quarto*), a utilização do espaço para uma maior adequação às recentes necessidades individuais, com o objectivo de conciliar privacidade e vida em comunidade. O espaço é assim visto como um instrumento capaz de fornecer certas propriedades indispensáveis à construção individual.

As habitações em questão na análise que se segue, aliam estes dois aspectos que, como vimos no desenvolvimento anterior, são decisivos para o bem estar do indivíduo, quer como habitante, quer como pessoa. Estes consistem na possibilidade de exercer um controlo sobre o seu espaço pessoal até à obtenção de uma *home* e no facto de alcançar um sentimento de plenitude no espaço, que fomenta a construção e evolução de todos os membros do grupo. Veremos de que forma ambos se concretizam e com a ajuda de que dispositivos e conceitos espaciais.



2



6



7



8



9



10



11



15

Compartimento adaptáveis

## **1. MUTABILIDADE**

Este conceito espacial é da máxima relevância na adaptação das famílias ao espaço da habitação. Designa a possibilidade de transformação de um lugar e permite ajustar, através de diferentes dispositivos que iremos revelar, a forma ou o uso de um espaço, criando uma correspondência imprescindível no processo de apropriação do indivíduo e da sua família com um lugar, a habitação. Esta pode ser alcançada de diversas formas, nomeadamente duas que veremos adiante e que defende a acção e o poder de decisão do indivíduo como habitante – actor.

A primeira é conseguida graças ao “vazio” ou à isotropia dos compartimentos que iremos tratar posteriormente. Ambos, compartimentos sem função pré-atribuída (vazio) e a semelhança nas propriedades de diversos espaços (isotropia), mantêm a configuração original dos espaços. A segunda, é efectuada através de elementos arquitectónicos de flexibilização espacial tais como, painéis ou portas de correr que, ao contrário do primeiro método, mudam formalmente o espaço e a estrutura da habitação. Esta adaptabilidade tem igualmente vantagens no que toca à rapidez de execução, tratando-se apenas de aberturas ou encerramentos capazes de responder de forma eficaz a um desejo ou necessidade súbita, imediata. Estes dispositivos são um aliado da imprevisibilidade e da efemeridade, e permitem também a realização de actividades divergentes de forma muito próxima no espaço. Possibilitam a escolha da função do compartimento em questão mas também do seu carácter, ou seja se este acolhe uma determinada actividade de forma permanente ou ocasional, potenciando tanto a diversidade como a alterabilidade espacial.

### **1. Compartimentos com potencial de flexibilidade.**

Iremos salientar estes dispositivos através das plantas das habitações escolhidas enquanto casos de estudo, por possuírem características pertinentes relativamente aos conceitos espaciais abordados neste estudo.

Estes compartimentos, com capacidade de flexibilização do espaço, estão presentes no seguintes casos de estudo: Rua da Constituição (2), Rua Marquês da Fronteira (6 e 7), Av. Infante Santo (8), Edifício Parnaso (9, 10 e 11) e na Av. M. Bombarda (15). Nestas habitações aparecem dispositivos tais como painéis e portas de correr ou ainda grandes cortinados.



2



4



5



6



10



12



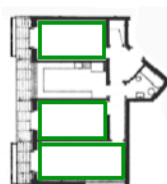
14



15



16



17

Compartimentos com características idênticas.



Na totalidade dos casos acima assinalados, estes dispositivos de flexibilidade permitem a criação de um compartimento suplementar pela transformação de um espaço amplo e a sua divisão em dois espaços distintos. No entanto, o caso 15, destaca-se pela sua complexidade. A existência de vários painéis de correr ou cortinas permite a subdivisão sucessivas de um espaço original muito amplo em dois, três ou até mesmo quatro compartimentos autónomos. Possibilitando declinações espaciais múltiplas com o objectivo de adaptação às necessidades diversas. Esta possibilidade de mudança refere-se a ideia de espaço lúdico e de profundidade, temas abordado no ponto *Reposicionamento e deslocações de compartimentos: Troca* (p. 69).

## **2. Isotropia.**

Os espaços são isotrópicos quando partilham as mesmas características ou quando possuem propriedades semelhantes, independentemente da função à qual se destinam originalmente. As propriedades em questão podem ser por exemplo, as suas dimensões, a orientação solar, a mesma relação com o exterior (janelas ou varandas), uma localização praticamente idêntica no espaço da habitação, o mesmo grau de privacidade, ou ainda a sua ligação e conexão (abertura/encerramento, portas) com os restantes compartimentos.

Esta qualidade espacial realça a receptividade da habitação no que toca às diversas ambições de cada família ou indivíduo. Atribui um papel suplementar ao habitante que graças a estas semelhanças pode conferir, segundo o seu critério pessoal, uma função a um determinado espaço e escolher o seu posicionamento. Como veremos a seguir, é através desta qualidade espacial, juntamente com o *vazio* que se permite uma definição do espaço mais pessoal, factor decisivo na construção de uma identidade e de um modo de vida e na adaptação da habitação às necessidades das famílias, cada vez mais diversas.

Verifica-se a presença de compartimentos idênticos nas suas características nos seguintes casos:

R. da Constituição (2), R. Soc. Farmacêutica (4 e 5), R. Marquês da Fronteira (6), edifício Parnaso (10 e 11), R. Escola Politécnica (12), R. Angelina Vidal (14), Av. M. Bombarda (15, ver), Av. G.<sup>al</sup> Roçadas (16 e 17).

A habitação é um espaço inacabado, “por definir” como já referimos (ver *Construir o espaço, construir-se a si próprio*, p.29), é através das características acima assinaladas que, quando o habitante “recebe” o seu espaço, está ainda por definir. É assim dada a possibilidade ao indivíduo de concretizar a habitação sonhada pela caracterização pessoal da mesma.



Compartimento “vazios”: função variável

A isotropia permite, a posteriori, tanto a transferência da função de um compartimento para outro, como simplesmente a mudança da função de um espaço, ou ainda a cedência de um compartimento para o aumento ou a diminuição de uma zona (privada, colectiva ou de serviço) em detrimento ou a favor de outra.

Deste modo, criam-se mais quartos ou um escritório, escolhe-se o posicionamento dos espaços uns em relação aos outros mas também em relação à entrada, e pode-se alterar a localização de certos compartimentos consoante a procura das famílias e os desejos individuais.

### **3. O vazio.**

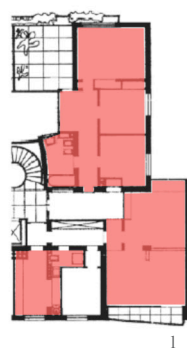
À semelhança da isotropia, o vazio é um dos meios através dos quais determinado núcleo familiar pode constituir a sua habitação ideal, tal como um instrumento de afirmação da personalidade do habitante que, à medida que define o espaço, se define também a si, como já vimos.

Controlo e adaptação são conceitos inerentes ao vazio ou seja, um espaço inicialmente desprovido de uma função ou de um destinatário específico.

Do ponto de vista do quotidiano, ao contrário do que acontece com os espaços dotados de elementos de flexibilização, estes compartimentos “por definir” ou compartimentos “extra”, tem um carácter de permanência. É atribuído aos compartimentos desta categoria uma função fixa ou constante (pelo menos durante um período extenso), em oposição ao carácter de “curto prazo” ou imediatismo que possuem os espaços mutáveis. Os compartimentos extra são eles também mutáveis mas de uma forma diferente. Podem, sucessivamente ser um escritório, uma biblioteca, uma sala de jogos para crianças, ou ainda um quarto, como veremos adiante (*Novos núcleos*, p.87). Ao contrário do que a sua designação possa sugerir, “vazio” não significa “sem nada” ou carenciado. Queremos antes salientar através deste conceito a riqueza que implica por abrir um leque diverso de escolhas e remeter para um campo de oportunidades, o tal “duplo fundo” (ver *Habitante-actor e controlo do espaço*, p. 31) e assim oferecer múltiplas opções a quem ocupará o espaço da habitação.

Os casos com este tipo de compartimentos são: edifício da Carvalhosa (1), Rua da Constituição (2), Av. Brasil (3), Av. Infante Santo (8), Rua Esc. Politécnica (12), Av. D. Ávila (13), Rua A. Vidal (14), Edifício Luso-Lima (18), Blocos da Pasteleira (19, 23), Rua do Molhe (20), Rua N. Senhora da Luz (21).

Em algumas destas habitações consideramos compartimentos “por definir”, espaços com uma função já definida na planta original mas que, características como a sua localização e dimensão, permitiram alterar o seu uso inicial, como



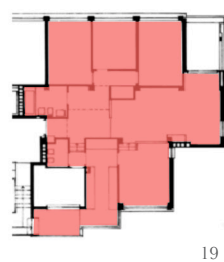
1



8



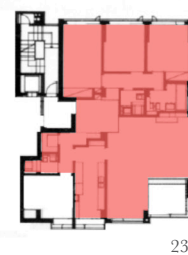
18



19



20



23

Habitações com parte “fixa” maioritária.



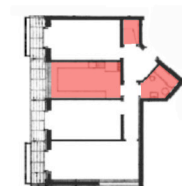
4



10



14



17

Habitações com parte “móvel” maioritária.

acontece com o quarto da empregada.

Na presente análise, optou-se por uma interpretação pessoal da função dos diversos compartimentos que poderá muitas vezes contrariar o uso ao qual se destinavam originalmente (ver fichas com planta original e legenda em anexo).

Uma vez mais, esta possibilidade de alteração das funções dos compartimentos salienta a riqueza das habitações referidas ao longo desta análise. Esta adaptabilidade só é viável por se tratar de espaços com uma certa complexidade, complexidade espacial conseguida através de dispositivos como os que analisamos anteriormente: flexibilidade, isotropia e vazio, todos propícios a uma definição posterior. Estas propriedades dos espaços expressam o conceito geral de inconstância ou versatilidade, traduzindo a ideia de alterabilidade eventual (porque necessária ou desejada) dos compartimentos quer seja na sua localização, área ou função. Designamos estes espaços de compartimentos “móveis”.

#### **4. Fixo – Móvel.**

Em certos fogos, com graus de intensidade variáveis, a proporção de área estritamente definida varia. Inserem-se nesta categoria compartimentos não transmissíveis a outras funções. Muitas vezes é o núcleo de quartos a zona mais “estável” por se encontrar perfeitamente encerrada e delimitada. As zonas de serviço tipo cozinha ou lavandaria, assim como a casa de banho, acolhem usos obviamente incontornáveis. Saber a porção de alterabilidade da habitação importa para salientar o quão permissivo pode ser o espaço.

A figura em frente expressa de forma global a receptividade do espaço às mudanças eventuais dos compartimentos ou a alterações necessárias. O espaço versátil (compartimentos móveis) resulta da junção dos compartimentos com elementos de flexibilização, dos isotrópicos e dos vazios. O espaço da habitação deixado em branco é o que resta quando todos os que têm um propósito inalterável foram preenchidos.

Quanto mais vermelho preencher a planta mais a (pré-)definição dos compartimentos é forte. Ao contrário, o espaço em branco demonstra a destreza da habitação aquando da vontade ou necessidade de mudança. Expressa também o seu carácter benéfico para o habitante a quem é permitido definir o seu espaço e adaptá-lo às suas aspirações no que toca à vida colectiva na habitação (coabitação de indivíduos por exemplo). Casos a salientar:

- Fixo: Edifício da Carvalhosa (1), Infante Santo (8), Luso-Lima (18), Pasteleira (19, 23) ou R. Senhora da Luz (22).
- Móvel: R. Soc. Farmacêutica (4), edifício Parnaso (10), Rua A. Vidal (14), ou Av. G. Roçadas (17).



Proporção importante da zona de serviço.

Como já vimos, muitos dos compartimentos alteráveis pertenciam-se inicialmente à zona de serviço, como é o caso do quarto da empregada por exemplo. Ora, sabemos que os compartimentos destinados a usos do tipo “serviços” tais como: lavandaria ou zona de secagem de roupa, despensa ou o quarto de serviço (para a empregada ou para passar a ferro por exemplo), tendem a desaparecer. Com efeito, nas habitações em análise, estas áreas ocupam uma porção importante do espaço.

## **5. Área de serviço.**

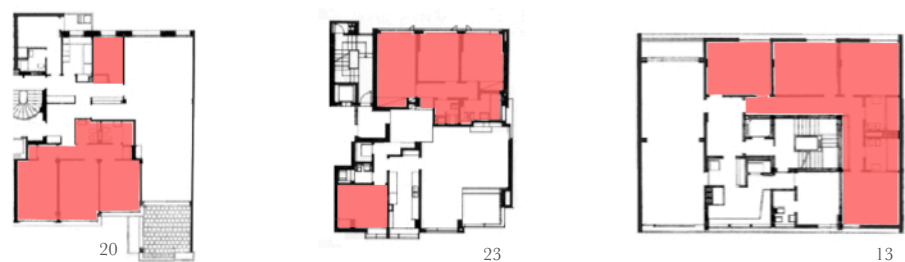
As áreas respectivas aos compartimentos de serviço têm vindo a decrescer ao longo das décadas. Nos exemplos aqui expostos a zona de serviço é, em muitos casos, praticamente semelhante às restantes zonas (sobretudo nos fogos com superfícies maiores), como se verifica nas habitações do edifício da Carvalhosa (1), Av. Infante Santo (8), Edifício Luso-Lima (18), Rua da Constituição (2), Rua Senhora da Luz (21, 22), Av. Brasil (3), e nos dois casos da Pasteleira (19, 23).

O que poderia hoje em dia ser considerado como um “excesso” de área, deve-se principalmente à existência quase sistemática do quarto da empregada, ou “criada” como era denominada.

A este é normalmente associado uma lavandaria com tanque para lavar roupa à mão, um espaço exterior de secagem mas também, facto de maior relevo, uma casa de banho particular, que juntamente com a cozinha, autonomizam esta zona do resto da casa (ver *Zona autónoma* p.93). Autonomia enfatizada e levada até à independência aquando da sua justaposição com a entrada secundária, tema que iremos tratar mais adiante relativamente à *Mobilidade* (ver p.103).

A presença desta área de serviço generosa, para além de ser propícia a realização de todo o tipo de actividades na casa, nomeadamente algumas que têm vindo a ser excluídas do espaço da habitação (como as áreas destinadas ao tratamento da roupa), permite que alguns dos seus compartimentos sejam atribuídos a outras zonas se necessário. A possibilidade de realização desta transferência insiste no carácter mutável do espaço, tema em destaque neste capítulo.

Como veremos no seguimento desta análise, é muitas vezes nesta zona que se vêm buscar novos compartimentos, que se recuperam espaços ao proveito de outras zonas a fim de criar novas correspondências entre forma e uso, dada a diversificação das famílias e dos hábitos individuais.



Ampliação da zona privada pela atribuição de uma nova função a um compartimento “vazio”.



Ampliação da zona privada pela atribuição de uma nova função a um compartimento da zona colectiva.



## 6. Extensão de uma zona sobre outra: cedência.

Aumento da área reservada à parte privada.

Como já vimos, a recente valorização social do indivíduo, atribui-lhe igualmente um lugar privilegiado no núcleo familiar, posição que se reflecte no espaço da habitação. A lógica: um pessoa - um quarto generalizou-se, é assim atribuído um quarto a cada indivíduo do grupo. É possível no entanto, que a habitação não cumpra originalmente com esta condição, assim, através dos dispositivos acima referidos, exista a possibilidade de alteração espacial até a habitação responder às expectativas dos seus habitantes.

Este objectivo (dar mais espaço ou compartimentos à zona privada) é alcançado através de duas formas: a transformação da função de uma divisão (isotropia e vazio: liberdade na definição do espaço, p.59) ou pela atribuição de uma parte de um compartimento com função inicialmente diferente da pretendida, a de quarto ou espaço privado em geral (elementos de flexibilidade, p. 57).

A primeira, se não altera fisicamente ou formalmente o espaço da habitação, altera-o funcionalmente. A segunda modifica a organização espacial da habitação pela descaracterização de uma zona para o proveito de outra.

Primeiro caso:

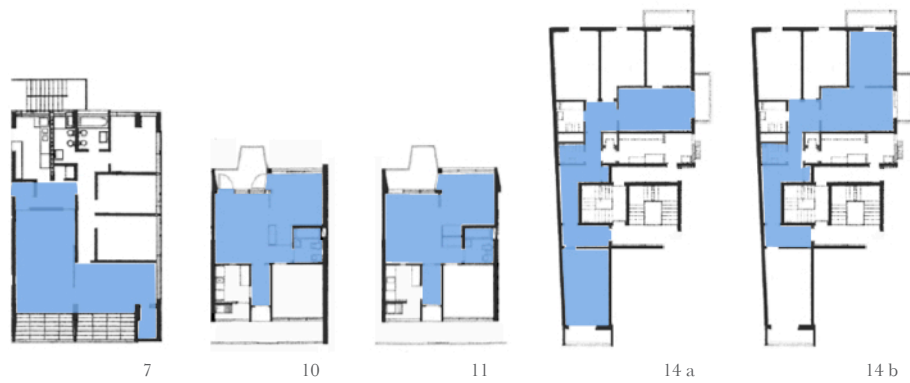
Edifício da Carvalhosa (1), Rua da Constituição (2), Av. Brasil (3), Av. Infante Santo (8), R. Escola Politécnica (12), Av. Duque de Ávila (13), Av. M. Bombarda (15), Edifício Luso-Lima (18), edifícios da Pasteleira (19, 23), Rua do Molhe (20), R. Senhora da Luz (21).

Segundo caso:

Rua da Soc.Farmacêutica (5), Rua Marquês da Fronteira (6), Edifício Parnaso (9).

Através destes exemplos não pretendemos mostrar que os novos espaços criados ou alterados estão bem ou que dispõem de qualidades excepcionais, apenas pretendemos valorizar o facto desta transformação ser possível e assim salientar a competência dos espaços na sua adequação com o quotidiano das famílias contemporâneas e das suas consequentes exigências.

Para além de ser benéfico do ponto de vista da adequação às necessidades dos indivíduos, esta extensão ou propagação dos espaços privados permite a criação de novos núcleos de quartos, tema que abordaremos no capítulo *Distância*, p. 85. Como já sabemos, a ideia de família padrão está ultrapassada. As necessidades e os desejos de cada uma varia e as suas expectativas em matéria de habitação divergem. Assim, a ampliação da zona privada, embora se tenha difundido ao longo das décadas, pode não ser uma aspiração para todas as famílias, dada a



Ampliação da zona colectiva pela agregação de um quarto.

diversificação da sua composição e estrutura e dos seus desejos em matéria de espaço.

Aumento da área reservada à zona colectiva.

Nos exemplos seguintes, um dos quartos é cedido à área colectiva muitas vezes para ampliar o espaço da sala ou criar um espaço distinto dos pré-existentes, como uma zona de refeições por exemplo. A alteração da função de um compartimento inicialmente destinado a actividades de carácter privado pode também ter como objectivo a criação de um espaço de dia com um uso diferente dos compartimentos existentes, como uma área de trabalho, tipo escritório, por exemplo (caso 14 a).

À semelhança do sucedido na ampliação da zona privada, no caso dos espaços colectivos, esta ampliação faz-se da mesma forma, ou seja através de duas ferramentas espaciais: a flexibilidade e a isotropia.

Esta modificação pode ser realizada através da abertura de uma parede móvel como no caso da Rua Marquês da Fronteira (7) e do edifício Parnaso (10 e 11), alargando o espaço público da habitação e permitindo muitas vezes a criação de uma ampla sala de estar, ou ainda pelo prolongamento da sala sobre um quarto como no caso da Rua A. Vidal (14 b).

No entanto, outras possibilidades de mudanças existem sem o ganho de área de uma zona em detrimento de outra. Podem caracterizar-se apenas pela vontade de alteração da localização de uns compartimentos em relação a outros, cuja hierarquização e valorização fica ao critério do morador, ao dar-lhe a possibilidade de inverter a organização espacial e funcional da casa.

## **7. Reposicionamento e deslocação de compartimentos: Troca.**

Neste jogo de transferências e encaixes o habitante encontra a organização que lhe corresponde graças a uma combinação pessoal. Ao desarticular a configuração inicial dos compartimentos, expressa a sua vontade e determina uma organização espacial segundo o seu livre-arbítrio. Uma vez mais, o espaço é visto como um instrumento ao serviço do indivíduo no quotidiano, por trazer respostas satisfatórias e conseguir estar em sintonia com os modos de habitar praticados ou desejados, é assim permitido ao habitante criar um espaço dotado de um carácter pessoal.



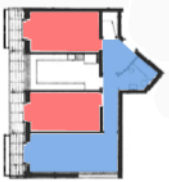
4



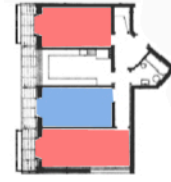
4 a



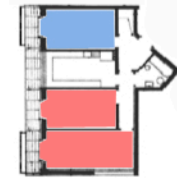
4 b



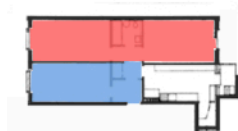
17



17 a



17 b



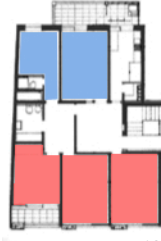
16



16 a



12



12 a

Inversão da função dos compartimentos.  
 À esquerda, organização original, à direita, as possíveis combinações.

Nos casos apresentados, os quartos podem ser salas ou escritórios e vice-versa. Aqui as quantidades e as componentes são as mesmas, apenas se altera a posição das peças deste “puzzle” por se adequar a um determinado estilo de vida e consequentes modos de habitar.

Casos: Rua da Soc. Farmacêutica (4), Rua da Esc. Politécnica (12), Av. G. Roçadas (16, 17).

A possibilidade de criação de espaço e de ambientes decorre de duas propriedades dos compartimentos que constituem a habitação: a sua capacidade de mudança através de engenhos de flexibilização do espaço ou pela semelhança de propriedades entre divisões (supostamente com funções diferentes), tais como, a área, a orientação, a localização, o(s) acesso(s) ou a privacidade, como já vimos.

Assim, alguns compartimentos que poderiam anteriormente integrar-se na parte “fixa” (ver plantas fixo-móvel, p.63), ou seja com uma função predeterminada e invariável, como o quarto da empregada por exemplo, são hoje em dia “reaproveitados” para propósitos ou necessidades mais actuais. Esta translação testemunha da riqueza arquitectónica destas habitações, por permitir a “reutilização” de um espaço para outros fins, sem que este venha a cair em desuso apesar das alterações sociais e dos hábitos domésticos.

Um compartimento mutável não é somente um espaço que sabe responder às sucessivas exigências mas também um espaço que tem a capacidade de atravessar as épocas e permanecer actual pela sua adequação tanto às novas tendências ao nível social e habitacional como as divergências de uso dos seus consecutivos ocupantes.

Partiu-se da planta original do arquitecto para uma interpretação pessoal sobre o que poderiam vir a ser alguns compartimentos dada a procura habitacional actual e as novas necessidades pessoais, consequência da evolução social e do novo esquema de interacção entre pessoas. Desta análise interpretativa surgiram modificações do carácter ou da função original de certos compartimentos, e destas alterações decorrem uma sucessão de consequências no espaço. Na sua organização, estrutura e hierarquia, provocando repercussões nos itinerários na casa (como iremos ver ao abordar os temas “distância” e “mobilidade”), no uso de certas divisões mas também um impacto forte na possibilidade de emancipação do indivíduo que ganha em autonomia e pode, através de certos dispositivos, independentizar-se não só psicologicamente mas também fisicamente graças a liberdade de movimentos e de acção no espaço doméstico e na sua relação com o mundo exterior.

Assim se não existe originalmente na planta um compartimento que se insira nesta definição, existe a possibilidade de provocar o seu aparecimento na planta.



## 2. HIERARQUIZAÇÃO E DISSOCIAÇÃO ESPACIAL/ FUNCIONAL

Afastar certos compartimentos de outros pode ser uma mais valia para um bom funcionamento, ou coordenação da vida doméstica e entre os indivíduos que a compõem, propícia à coesão do grupo e ao respeito das aspirações e das actividades dos seus elementos.

Com a evolução da sociedade, e a transformação dos seus indivíduos, os comportamentos de todos foram-se alterando, não só no domínio público como também e sobretudo no espaço privado, na habitação que se viu atribuir funções que antes não tinha.

O homem abre-se para o mundo e, numa sociedade de massas globalizada, os seus interesses e gostos diversificam-se. Esta variedade e ramificação de interesses pessoais leva à modificação, das actividades praticadas por cada um, dos estilos de vida logo, dos modos de habitar. Viver em conjunto tornou-se, se não mais difícil, pelo menos mais complexo, com problemáticas recentes, que não se aplicavam apenas há algumas décadas.

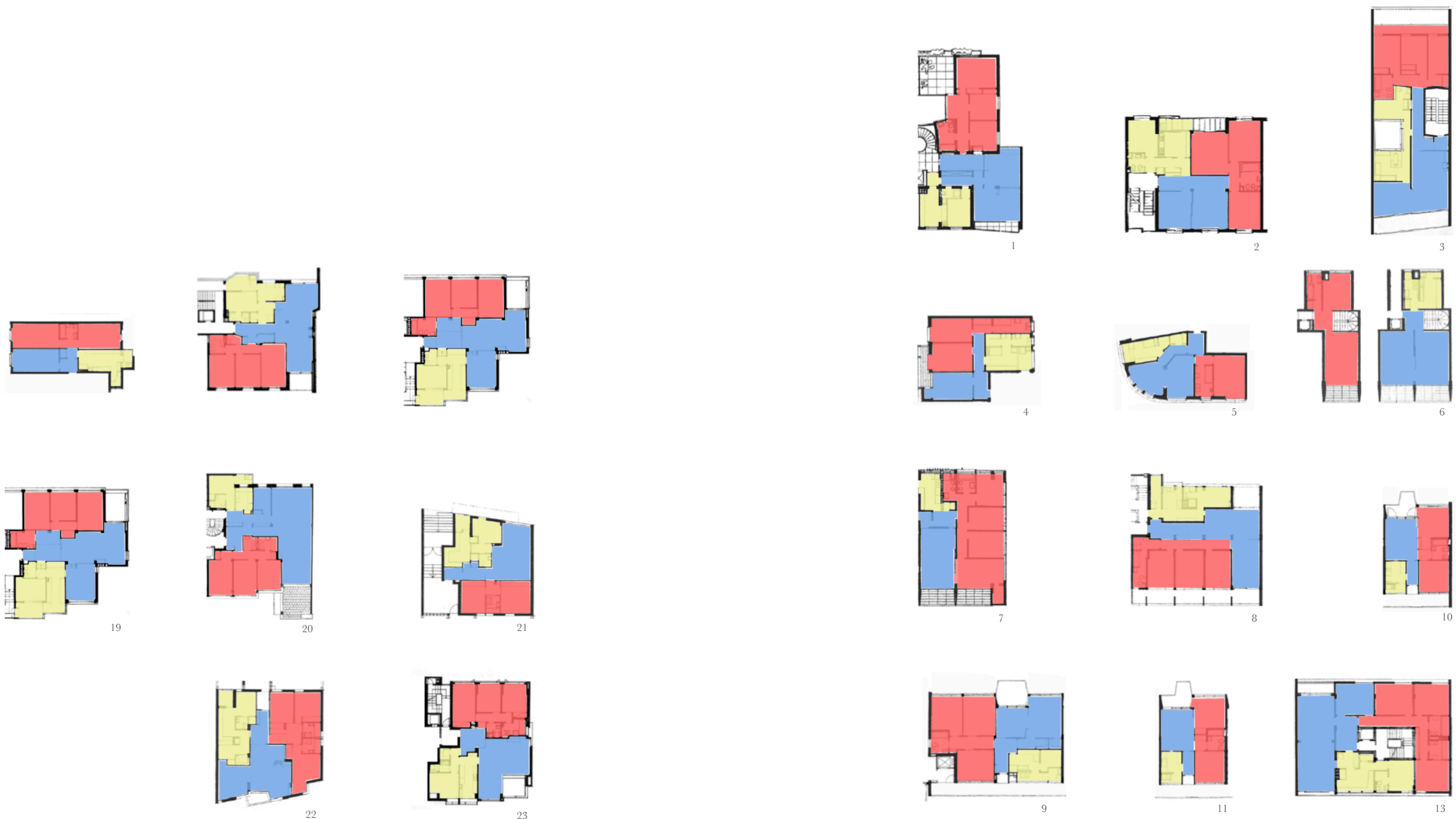
A dissociação em questão nesta análise resulta da classificação dos espaços por “tipos” e pela distância entre estes. Surgem dois tipos de afastamento entre compartimentos:

- Entre compartimentos de diferentes categorias, que albergam actividades opostas. Entre espaços de estar colectivos e zonas de serviços por exemplo.
- Entre compartimentos do mesmo tipo, uns em relação aos outros, entre dois quartos por exemplo, como veremos mais à frente (ao tratar a questão dos vários núcleos, p.87).

Ambos participam da privacidade de cada indivíduo no grupo e fomentam a liberdade de uso do espaço consoante a vontade de cada um, potenciando e valorizando a sua liberdade.

No primeiro destaca-se o isolamento do indivíduo em relação ao grupo (privado-público) enquanto no segundo é o desejo de intimidade e privacidade de cada um entre si que é respeitado e possibilitado (privado-privado. ver, *Sucessão de privacidades*, p. 50). Assim, procura-se o bem-estar de todos, em conjunto, tal como satisfazer as necessidades inerentes a cada um.

Em certos fogos, os diferentes compartimentos destinados à mesma função ou a usos de carácter semelhante agrupam-se em zonas: zona de quartos ou zona privada, zona de serviço, zona de estar ou colectiva. Estas são hierarquizadas, estratificadas por categorias: práticas/actividades nelas desenvolvidas, pessoa à qual correspondem, horários durante os quais são ocupados. Diferentes características que permitem a sua classificação e o seu ordenamento.



Repartição por zonas.  
Azul: Zona dia - Vermelho: Zona noite - Amarelo: Zona de serviço.



Existe uma hierarquia mais ou menos marcada consoante os casos entre as diferentes zonas que compõem e estruturam a habitação.

Esta distribuição, desde a entrada até ao lugar mais íntimo da casa é primordial na construção da vida doméstica e na interacção entre os indivíduos. É esta que reparte as actividades, define percursos, direcciona e orienta os movimentos domésticos.

### **1. Tripartição espacial.**

Esta divisão em espaços de natureza diferente provém da abolição dos compartimentos amplos, comuns até ao século XVII, que acolhiam todo o tipo de pessoas e actividades, podendo ser tanto espaço de representação social como de dormir ou de refeições. A procura de intimidade levou à subdivisão espacial, propondo espaços destinados a um só propósito: comer, dormir, cozinhar ou conviver.

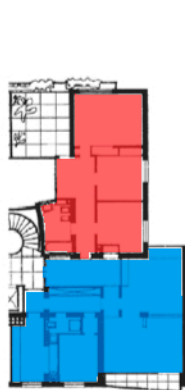
Considera-se no presente estudo a tripartição espacial como sendo a repartição de um fogo em três tipos de espaços, com compartimentos pertencentes a três categorias diferentes cada uma com um carácter e propósito próprio: a zona noite ou íntima (privada), a zona dia ou colectiva (pública) e a zona de serviço.

Praticamente todas as habitações presentes nesta análise estão estruturadas dessa forma. Esta estrutura aparece (ainda) como a organização espacial mais comum nos modelos habitacionais. Nas habitações em análise, podemos constatar esta tripartição nos seguintes casos:

Edifício da Carvalhosa (1), Rua da Constituição (2), Av. Brasil (3), Av. Soc. Farmacêutica (4,5), Rua Marquês da Fronteira (6, 7), Av. Infante Santo (8), edifício Parnaso (9,10,11), Av. Duque de Ávila (13), Av. G. Roçadas (16), Edifício Luso-lima (18), edifícios da Pasteleira (19, 23), Rua do Molhe (20), Rua Senhora da Luz (21, 22).

Esta dissociação funcional permite conciliar desejo de independência e de união familiar graças a um novo esquema de atribuição dos espaços onde prima o indivíduo e não as actividades, porque quer na família quer no espaço já não é o todo que domina.

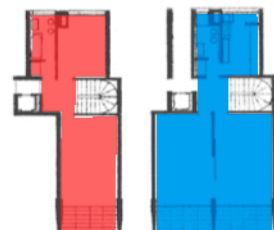
Dentro da tripartição existem dois tipos. Caracterizam-se pelo modo como se penetra nas diferentes zonas, umas respectivamente às outras, mas também desde o exterior do fogo. Podem ser espaços de distribuição totalmente vedados e definidos ou áreas de transição mais permeáveis estabelecendo, consoante o caso, um grau maior ou menor de separação dos compartimentos e das suas zonas respectivas, como veremos no ponto *Percursos abertos - Percursos fechados*, p. 99.



1



3



6



7



8



9

Divisão noite - dia.  
Azul: Uso diurno - Vermelho: Uso noturno.

## **2. Separação Dia - Noite.**

Verifica-se também em certos casos pertencentes ao primeiro tipo de tripartição, uma dicotomia nos espaços quando estes se repartem em duas zonas, pela existência de uma cisão clara entre os espaços colectivos e privados. Esta separação ou distinção é muitas vezes conseguida através de uma parede ou um corredor, entre os compartimentos destinados (exclusivamente) às actividades diurnas ou nocturnas. Nestas configurações, a zona de serviço associa-se à colectiva, deixando a zona privada, composta essencialmente pelos quartos, mais isolada.

Esta diferenciação está presente na maior parte dos casos com tripartição, sendo as habitações da Av. Brasil (3), da Rua Marquês da Fronteira (6, 7) e do edifício Parnaso (9) os exemplos com a separação mais assumida, embora com uma expressão diferente consoante o caso.

No edifício da Av. Brasil a distinção noite-dia é conseguida pelo afastamento de cada zona através da sua colocação nos “polos” opostos da casa (zona dia na fachada poente e noite do lado nascente).

No caso da Rua Marquês da Fronteira, esta dissociação é facilmente alcançada no caso do dúplex (6) pelas diferentes zonas se repartirem por pisos: dia no piso inferior, noite no superior e no simplex (7), é uma parede divisória cuja colocação central expressa um limite forte entre os dois espaços. O mesmo acontece no T3 do edifício Parnaso (9) e no edifício da Carvalhosa (1) com uma divisão semelhante exactamente a meio da habitação.

Este sistema polarizado, expressa claramente o objectivo de distinguir dois tipos de actividades, sem que a realização de umas empeça a de outras tendo em conta o seus caracteres muitas vezes opostos. Facilita a coabitação de práticas colectivas e individuais (privadas), barulhentas ou silenciosas, de convívio ou de isolamento, em simultâneo, respeitando a liberdade de acção ou o sossego de cada um.

O resguardo da parte privada é também uma mais valia deste plano bipartido. Visto a entrada estar sistematicamente colocada na parte “dia”, deixa a zona “noite” ao abrigo das eventuais “agressões externas”, maximizando e valorizando a sua privacidade.

Este novo esquema de atribuição dos espaços consoante o tipo de uso respeita a diversidade das práticas individuais de cada membro da família. Veremos mais adiante que este desmembramento do espaço não é o único factor determinante na autonomização do indivíduo. Se a separação dos compartimentos conta (a sua desunificação), a localização de cada um é igualmente importante, ou seja a distância criada entre estes. Ambos são decisivos para a liberdade e



Compartimentos autónomos. Originalmente quartos de empregada ou escritórios

consequente autonomização dos indivíduos do grupo. Assim, a associação, ou mais precisamente, a dissociação de cada parte (zona), com a sua especificidade, favorece o conjunto (o espaço da habitação), formando uma organização coesa e harmoniosa. À escala mais íntima, se cada compartimento tem a sua particularidade é porque, do ponto de vista individual, cada membro do grupo também possui as suas particularidades. Logo se os espaços são repartidos pelos membros da famílias, cada um terá características próprias.

### **3. Elementos autónomos.**

Existem compartimentos cuja atribuição de função parece livre e cuja colocação na maior parte dos casos, na zona “dia”, permite a realização de actividades diversas, correspondentes a uma ou várias pessoas ou a um propósito (tipo escritório). É importante esta subdivisão do espaço diurno (pois muitas vezes estes compartimentos são criados em detrimento da superfície da sala, quando este compartimento existe originalmente na planta), para tornar possível a prática de actividades pertencentes ao domínio do “semiprivado” (ou “semipúblico”), que se adequam melhor a este por não se identificarem nem com os espaços colectivos, nem com o espaço privado pessoal, ou não tendo este a capacidade para as receber.

São considerados autónomos os compartimentos que gozam de um grau de autonomia maior em relação às outras áreas ou aos restantes compartimentos da categoria à qual pertencem. Maioritariamente quartos ou pequenos espaços de “estar” ou de trabalho, tipo escritório.

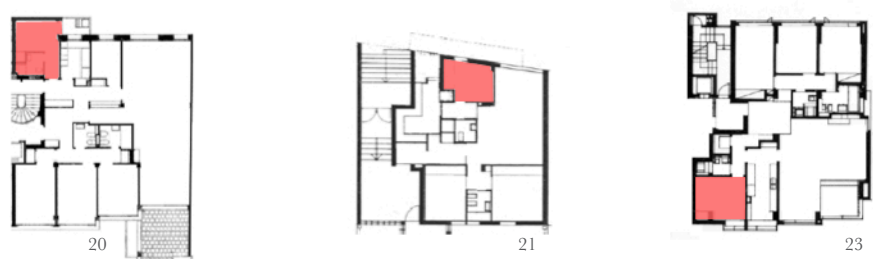
Casos: Edifício da Carvalhosa (1), Rua da Constituição (2), Av. Brasil (3), Rua Esc. Politécnica (12), Av. Infante Santo (8), Av. Duque de Ávila (13), Rua A. Vidal (14), edifício Luso-Lima (18), edifícios da Pasteleira (19,23), Rua do Molhe (20), Rua Senhora da Luz (21).

Maioritariamente, nos casos acima assinalados, é o quarto da empregada que se transforma neste espaço, criando mais autonomia entre compartimentos.

Estes são de uma importância fulcral, determinantes tanto para o indivíduo que pratica de forma livre as suas actividades, como para o resto da família já que o indivíduo não interfere no decorrer natural das suas actividades, logo no seu bem-estar.

Cada um habita e age sem interferir nas vivências dos restantes moradores graças a estes lugares “isolados” ou pelo menos deslocados quando o resto da habitação segue o seu ritmo, salientando a ideia de coabitação de pessoas e, por conseguinte, de actividades.

Trata-se de um elemento autónomo quando este dispõe de um acesso livre ou



Quarto da empregada independente da cozinha.



Quarto da empregada dependente da cozinha.

seja quando o percurso que leva até ele não interfere com outros compartimentos. A sua autonomia em relação a outras zonas também é um factor decisivo na sua inclusão nesta categoria. É portanto um compartimento que “vive” de forma desfasada e que pode ou não pertencer a uma das três zonas da casa. Pode, consoante as necessidades, estar integrada na zona de dia, de noite ou de serviço. Como vimos na primeira parte deste estudo (*Mutabilidade*), este tipo de compartimentos é também uma mais valia no que toca à adaptação da forma ao uso, podendo o mesmo espaço ter funções diversas consoante a procura em termos habitacionais.

Por este motivo é que o quarto da empregada inserido na cozinha não está aqui considerado. Com efeito, a sua (re)caracterização permanece limitada, pela sua localização ou pelos compartimentos que lhe são directamente adjacentes.

#### **4. Quarto da empregada.**

Situado na zona de serviço, justaposto à cozinha ou ligado a esta, o quarto da empregada usufrui muitas vezes de um área semelhante à dos restantes quartos. Existem no entanto dois casos muito distintos, e é segundo esta diferenciação que se constitui o critério de selecção sobre o que poderá ou não transformar-se num quarto, com todas as características que este implica (área, conforto, isolamento, privacidade, sossego etc.).

Primeiro tipo, quarto independente cozinha: edifício da Carvalhosa (1), Rua da Constituição (2), Av. Brasil (3), Av. Infante Santo (8), Rua da Esc. Politécnica (12), edifício Luso-Lima (18), edifícios da Pasteleira (19, 23), rua do Molhe (20), Rua S. da Luz (21).

Segundo tipo, quarto dependente cozinha: Av. Duque de Ávila (13), Av. M. Bombarda (15), Rua S. da Luz (22).

Ambos podem vir a ser quartos, no entanto o primeiro tipo demonstra uma qualidade muito maior por cumprir com as características requeridas para este propósito, tornando possível a criação de um novo núcleo de quartos.

Como já vimos a dissociação funcional é uma mais valia na organização espacial e iremos ver como a criação de novos núcleos é positiva do ponto de vista da adaptação às necessidades e desejos dos sucessivos habitantes de uma habitação. Para além de vantagens de adequação às expectativas diversas, a possibilidade de formação de outros núcleos colabora na adaptação às recentes transformações do núcleo familiar e dos hábitos (divergentes) do seus membros. Actualmente as famílias encarnam a subida da individualização, assim, cada membro do grupo dispõe de uma certa autonomia, e aspira a um lugar próprio onde possa agir como quer.

Tratamos anteriormente da separação noite-dia (dissociação por zonas), mas no caso da criação de diferentes núcleos salienta-se a separação dentro da mesma categoria de espaços: noite - noite.

Quando se trata de compartimentos pertencentes à mesma zona (serviços, dia ou noite), pressupõe-se que estes vão ser usados e ocupados em simultâneo, nomeadamente os quartos, de dia (pelos mais jovens) mas sobretudo no final do dia e durante a noite.

Como já vimos, a intimidade e o isolamento são propícios ao desenvolvimento identitário do indivíduo por ser-lhe dada a oportunidade de agir como quer. No entanto, ao cohabitar contigualmente com compartimentos de carácter idêntico (quarto), este vê a sua liberdade e autonomia reduzidas pela proximidade de outros indivíduos. Acrescentando o facto dos indivíduos divergirem do ponto de vista das práticas e dos horários, entrar e sair, como também fazer barulho por exemplo pode tornar-se uma entrave ao bem-estar dos outros como à independência do indivíduo.

A distancia, como veremos na continuação deste desenvolvimento, pode ser um factor decisivo na resolução deste “dilema”.







### 3. DISTÂNCIA

Segundo G. Barbichon, “a distância é criadora de identidade individual territorial, identidade de si, identidade do outro.” (Leite, 1998:129).

Fazer a apologia da privacidade é admitir a distância como positiva para o indivíduo num primeiro tempo, e para a sua inclusão no núcleo familiar. Distância sobretudo necessária dada a diversificação dos hábitos e dos modos de estar de cada um.

Na habitação existem várias forma de criar esta distância. Isolar o indivíduo pode fazer-se através de dispositivos diversos tais como a localização dos compartimentos individuais uns em relação aos outros, a sua colocação mais ou menos próxima dos espaços comuns ou da entrada, elementos criadores de interrupção tais como vestíbulos ou corredores ou ainda outros compartimentos destinados a outros usos.

Depois de uma emancipação conseguida e afirmada, o indivíduo procura maior autonomia, se esta já foi alcançada no seu espaço próprio (o quarto individual) pretende-se a mesma à escala do fogo, dando-lhe a oportunidade de viver e agir de forma livre no espaço da habitação.

No ponto anterior, *Hierarquização espacial*, abordamos um dos modos de criar distância, pela dissociação funcional e o afastamento físico entre compartimentos. Existem outras formas mais subtís de a criar, já que, o isolamento aparece como factor imprescindível na criação de privacidade(s). Uma delas consiste na interposição de uma divisão entre os compartimentos ou as zonas que se pretendem distinguir.

A interiorização da vida quotidiana e consequente coabitação entre indivíduos e/ou actividades que este fenómeno implica dentro do espaço doméstico, despertou o desejo de privacidade, criando como já vimos uma sucessão de privacidades na habitação, o distanciamento entre compartimentos parece ser uma das respostas possíveis e este paradigma, favorável tanto ao indivíduo como ao grupo.

Tratar-se-ão dois tipos de distanciamento, entre compartimentos pertencentes à mesma zona mas também a zonas diferentes.



Criação de um núcleo de quartos suplementar.



Passagem de ligação quarto - espaços colectivos.

## 1. Novos núcleos

Resultante de vários conceitos, a criação de outro núcleo de quartos estabelece a ligação entre distância e dissociação.

Alguns dos compartimentos autónomos acima referidos (dos quais fazem parte certos quartos de empregada) podem também transformar-se em quartos, participando na criação de um novo núcleo. Para que esta mudança de função seja plausível, estes têm que cumprir com determinados pré-requisitos.

Fazer corresponder o quarto de empregada com um quarto “clássico”, só é possível se este respeitar certas exigências tais como, a presença de iluminação natural, a proximidade com uma casa de banho, uma área suficiente, a sua relação directa necessária com o resto da casa e um mínimo de sossego ao longo do dia (excluindo deste modo as que dependem demasiado da cozinha).

As habitações com possibilidade de criação de um novo núcleo são as seguintes: edifício da Carvalhosa (1), rua da Constituição (2), Av. Brasil (3), Av. Infante Santo (8), Av. M. Bombarda (15), edifício Luso-Lima (18), edifícios da Pasteleira (19, 23), Rua do Molhe (20), rua Senhora da Luz (21).

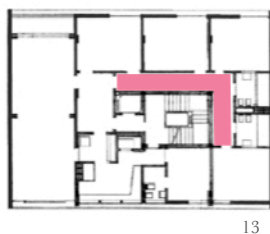
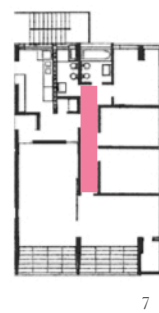
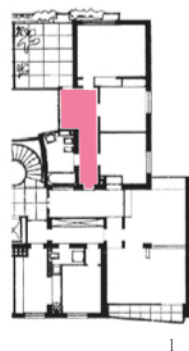
A relação directa com o resto da casa, depende da existência de uma passagem de acesso ao quarto que não o segrega do resto do ambiente doméstico, ou o confina na zona de serviço quando se trata originalmente de um quarto de empregada.

O acesso a esta divisão resulta decisivo para ser-lhe possível a atribuição de um carácter de quarto dito “normal”. Existe nos exemplos acima referidos um dispositivo espacial capaz de englobar duas características: o sossego ou isolamento e a ligação com os restantes espaços da casa. Caracteriza-se aqui pela criação de um espaço de circulação que, sem atravessar a cozinha consegue conectar este quarto com a sala (e/ou as áreas de circulação). Assim, este pequeno percurso (como qualquer outro), combina os conceitos de aproximação e distanciamento.

- Casos com passagem empregada-estar:

edifício da Carvalhosa (1), Rua da Constituição (2), Av. Infante Santo (8), edifício Luso-Lima (18), edifícios da Pasteleira (19, 23), Rua S. da Luz (21).

A criação de diferentes núcleos potencia a autonomia de cada um, destes relativamente aos outros, e leva também à ruptura com a estrutura clássica de divisão dos compartimentos por zonas (tripartição) sem haver interpenetração entre tipos. Por outro lado esta separação provocada pela quebra da continuidade funcional entre compartimentos adjacentes, estabelece em primeiro lugar as premissas da autonomia do novo quarto criado, por beneficiar das mesmas condições que os outros, mas com uma mais valia adicional, o isolamento.



Elementos criadores de distância entre a zona dia e os quartos: corredores, átrios ou vestíbulos.

Ambos, isolamento e distanciamento (que iremos analisar no próximo ponto, *Percursos - Mobilidade*, p.97), são indispensáveis para a autonomização e emancipação futura do indivíduo. O novo núcleo, por estar associado a outro tipo de espaços, não terá muito provavelmente, um uso do mesmo género nem nos mesmos horários que os compartimentos vizinhos, atribuindo-lhe desta forma uma autonomia da qual os restantes quartos não usufruem.

No entanto, esta autonomia que tende a crescer pode vir a transformar-se em independência aquando da colocação do quarto junto à entrada de serviço, como veremos na análise das circulações na habitação.

Esta separação, alonga os percursos e cria distância física, factor importante na emancipação individual por participar no isolamento necessário de cada um.

## **2. Criação de distância**

Destacam-se dois tipos, dois níveis de privacidade: uma perante os restantes indivíduos (quando se encontram na mesma zona) da habitação outra em relação as outras zonas da casa e ao exterior, às suas influências e “agressões”. Neste último, o termo agressão é utilizado em referência a função primária da arquitectura que é a de protecção relativamente ao mundo exterior. Quanto mais longe, quantas mais barreiras existem entre o momento em que se penetra no ambiente doméstico e o local mais privado deste, que é o quarto, mais intimidade é criada (ver *Sucessivas etapas de acesso ao quarto*, p.117). Átrios, corredores, vestíbulos, portas ou ainda casas de banho (a separar dois quartos por exemplo) são tantos dispositivos que produzem e fomentam a privacidade e levam à intimidade individual.

Como uma caixa de ar na parte construtiva de um edifício, que tem como função a de transição entre dois ambientes diferentes, um exterior outro interior, e de protecção de um em relação ao outro, estes dispositivos constroem eles também, através de sucessivas barreiras, estas privacidades. Vários níveis, estratificações que à medida que vão evoluindo atingem um grau mais elevado de intimidade, dando a máxima segurança, à vontade e liberdade de emancipação ao indivíduo na sua formação pessoal.

Caixa de ar entre zonas diferentes

Importa não apenas o distanciamento e vedação entre a entrada e o espaço íntimo, mas também entre as diferentes áreas constituintes da habitação, dando a oportunidade a cada um de praticar todo o tipo de actividades, quer privadas quer colectivas, sem perturbar o funcionamento do resto da casa, nem ser uma



5



15



18



20



23

Elementos criadores de distância entre a zona dia e os quartos:  
corredores, átrios ou vestíbulos e interposição de uma casa de banho.



2



6



9



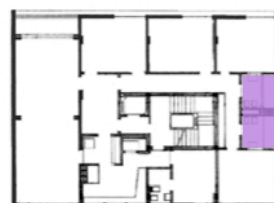
10



11



12



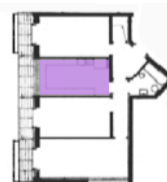
13



15



16



17



21



22

Elementos criadores de distância dentro da mesma zona.  
Afastamento dos quartos pela intercalação de uma casa de banho.



entrava ao sossego dos compartimentos mais isolados.

A criação de distância é diferente consoante os casos. No caso da Av. Infante Santo (8), é um corredor que desempenha essa função, enquanto que nos casos do edifício da Carvalhosa (1), Rua Marquês da Fronteira (7), edifício Parnaso (9), Av. Duque de Ávila (13), Rua A. Vidal (14), edifício Luso-lima (18), edifício da Pasteleira (19), Rua do Molhe (20), ou Rua Senhora da Luz (22), o papel do corredor é reforçado pela existência de uma porta que vem fechar esta área de interposição. O mesmo acontece nos casos Rua da Esc. Politécnica (12), Av. M. Bombarda (15), edifício da Pasteleira (23), Rua Senhora da Luz (21), mas sob a forma de um vestíbulo (ou átrio).

Esta primeira “camada” é, em certos casos, intensificada pela adição de outra “camada”, representada por uma casa de banho ou um compartimento de arrumos, como acontece na Rua da Esc. Politécnica (5), Av. M. Bombarda (15), Edifício Luso-Lima (18), Rua do Molhe (20) e no edifício da Pasteleira (23).

#### Caixa de ar dentro da mesma zona

O outro nível de privacidade acima referido diz respeito aos indivíduos que partilham o espaço doméstico quando se situam na mesma zona, a privada, já que é comum que todos a ocupem em simultâneo em determinadas horas do dia, nomeadamente no final do dia e durante a noite.

Neste momento é indispensável garantir o máximo de isolamento, ao nível espacial, visual e sonoro. O quarto, como uma caixa hermética, vive de forma independente dos que o rodeiam, dando liberdade ao indivíduo que o ocupa.

Um corredor ou muitas vezes uma casa de banho ajudam no afastamento tanto físico dos espaços, como ideológico e mental, dos seus respectivos residentes.

Os casos onde esta intercalação acontece são:

no edifício Parnaso (9) e na Rua Marquês da Fronteira (6) em que, respectivamente um corredor e a caixa de escadas estabelecem essa separação entre quartos. Nos casos da rua da Constituição (2), do edifício Parnaso (10, 11), rua da Esc. Politécnica (12), Av. Duque de Ávila (13), Av. M. Bombarda (15), Av. G. Roçadas (16, 17), rua Senhora da Luz (21, 22) é uma casa de banho (ou cozinha no caso 17) que desempenha essa função.

Existe ainda outro método de isolamento dos quartos entre si, como já vimos. A existência de vários núcleos, apesar de ser uma excepção, revela-se ser a solução mais eficaz no que toca ao respeito da liberdade e intimidade de cada um, quando ocupa o seu quarto. A distância física propriamente dita, os metros que separam os quartos entre si, ou a zona íntima dos espaços colectivos ou de serviço também



14



15



17

Préexistência de diferentes núcleos de quartos.



3



21



22



23

Zona autónoma: Cozinha + quarto + casa de banho.

é um elemento fulcral na autonomização de um lugar em relação a outro, e dos seus respectivos ocupantes.

Nas habitações analisadas neste estudo, os casos da Av. M. Bombarda (15), Rua A. Vidal (14) com quartos nas extremidades opostas da habitação, e da Av. G. Roçadas (17) com a interposição da cozinha, são os únicos com a distinção de núcleos. É de notar também, a grande distância entre os quartos e os espaços colectivos no caso Av. Brasil (3) ou na Av. Ávila (13) como acontece no último quarto (no fim do corredor) que ganhe em privacidade pela distância, pois não poderia situar-se mais longe (ver fichas em anexo, p. 146).

### **3. Zona autónoma**

Esta zona poderia também chamar-se zona distante, pois o seu “afastamento” relativamente ao resto da casa é indispensável. Como já vimos, a distância física não é a única forma de criar isolamento, sendo a realização deste possível através de outros engenhos. No entanto, é importante salientar que a distância de um compartimento em relação ao resto da habitação não é suficiente para a sua autonomização. É igualmente crucial distinguir autonomia e segregação. Como vimos anteriormente (ligação quarto de empregada-passagem, p. 86), trata-se de encontrar um equilíbrio entre aproximação e distanciamento, este indispensável para a autonomia.

No espaço doméstico, pela existência de compartimentos ou zonas mais autónomas, é dada a possibilidade ao indivíduo de se libertar de certos constrangimentos inerentes ao domínio colectivo, das influências da esfera familiar ou pública e assim, agir de forma livre. Desprendido dos que o rodeiam, o indivíduo pode usufruir do individualismo que lhe foi atribuído.

Este isolamento, benéfico para o desenvolvimento pessoal e uma relação sã entre todos, é alcançado através de várias soluções espaciais, a nível da forma como da organização e localização. O indivíduo pode assim escolher o que quer fazer, como, quando, e com quem o quer partilhar (sem ter que, eventualmente, dar satisfações.)

Neste caso, trata-se da localização e da associação de compartimentos.

Para funcionar de forma autónoma, um espaço necessita de uma certa independência perante os restantes compartimentos na casa, isto é, não precisar de se deslocar constantemente, de sair deste espaço e atravessar a casa para a realização de outras actividades (por diversos motivos). Se a zona em questão incluir um quarto, o “par” casa de banho-quarto é essencial para que possa beneficiar de um estatuto autónomo.

Zona com um estatuto autónomo encontram nos seguintes casos: Av. Brasil (3), Rua Senhora da Luz (21, 22) e edifício da Pasteleira (23).

Já tratámos da questão dos compartimentos autónomos anteriormente mas a “zona” distingue-se do “compartimento” por beneficiar de mais autonomia, para além do sossego e da possibilidade de praticar actividades diferentes das realizadas nos compartimentos adjacentes sem que se perturbem mutuamente (carácter já existente no compartimento). Encontra-se num nível superior de isolamento, por dispôr de uma superfície mais abrangente mas também por se fechar perante o funcionamento geral do resto da casa e não se subordinar a este, criando uma esfera de liberdade maior. Nos casos acima referidos a zona resulta da associação de três compartimentos: a cozinha, um quarto (o da empregada) e uma casa de banho. Esta combinação reúne 3 espaços com funções diferentes que permitem a autonomização da sua área correspondente, evitando o recurso a outros compartimentos da habitação. No próximo ponto (*Mobilidade*) veremos os efeitos da adição de uma entrada neste tipo de zonas sobre a autonomização dos espaços e as alterações de trajectórias no espaço.

A nova conjuntura familiar reflecte a vontade de estar e de ser livre. Embora o indivíduo permaneça inserido no grupo, cresce a sua necessidade de espaço para por em prática a sua liberdade. Por esta razão é que hoje em dia viver em conjunto deve incluir o mínimo de sacrifícios pessoais possíveis para permitir a emancipação de cada elemento do grupo. O indivíduo é quem decide das suas relações interpessoais, o seu desejo de conviver ou de se isolar é respeitado, assim como a garantia de uma intimidade indispensável.

O distanciamento entre indivíduos não só cria afastamento psicológico e permite viver segundo o seu critério pessoal mas permite também a criação e extensão de percursos. Os movimentos resultantes destes oferecem mais liberdade quer dentro de casa, quer na relação desta com o exterior. Veremos em que consiste a coabitação de indivíduos diferenciados do ponto de vista dos movimentos no espaço doméstico.





#### 4. PERCURSOS - MOBILIDADE

Se depois do século XVII, os arquitectos trabalham sobre o tema “proximidade espacial – distância social” (Eleb et Debarre, 1989 :283), estabelecendo sistemas de circulação complexos para prevenir o encontro de pessoas de classes diferentes (os empregados doméstico e membros da família), agora o problema tem outro carácter. A coabitação com indivíduos de classes diferentes é marginal. No entanto a bipolarização desta problemática ainda é pertinente. Sabemos que no espaço doméstico, coabitam pessoas diferentes, embora pertencentes ao mesmo grupo. As duas faces desta problemática podem então transformar-se em “proximidade espacial-distância mental (ou identitária)”.

A capacidade de circulação no espaço é também um factor decisivo na aplicação da liberdade individual no âmbito da domesticidade.

A habitação não é apenas constituída por compartimentos mas sim por espaços de ligação entre eles, conexões igualmente importantes no que toca à vivência do espaço e ao relacionamento entre os vários indivíduos do grupo. Estes percursos podem, com efeito, distanciar ou aproximar, dar independência ou favorecer o convívio. É sobretudo, tema decisivo neste estudo, a forma mais consensual de estabelecer barreiras, de intercalar os diversos espaços, criando e atribuindo intimidade e privacidade, dois conceitos indispensáveis para a vida em conjunto e o bem-estar pessoal dos indivíduos que habitam o espaço.

A diversidade de movimentos e de alternativas apenas provém da separação funcional e/ou individual dos espaços (*Hierarquização e dissociação funcional*, p. 73). Esta diferenciação leva à necessária junção dos compartimentos por espaços de passagem sem carácter de permanência mas com o objectivo de ligação e separação em simultâneo.

Se num primeiro tempo acontece a repartição temática dos compartimentos por zonas, provocando movimentos unidireccionais na casa, agora uma repartição mais flexível dos espaços leva a trajectórias multidireccionais por ser possível a coabitação e justaposição de divisões com funções diferentes ou opostas, lado a lado. Assim, o fim da repartição clara por funções (em tripartição por exemplo) é propício à definição de novas trajectórias na casa e potencia a criação de percursos diversificados.



1



4



6



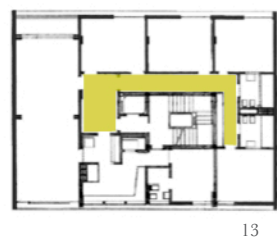
7



9



12



13



14



16



17



22

Percursos abiertos.



2



6



8



5



10



11



13



18



19



20



21



23

Percursos fechados.



## **1. Percursos abertos - Percursos fechados.**

Dois tipos de percursos podem ser distinguidos: os percursos abertos e os fechados. Os que são ditos “abertos”, consistem numa demarcação menos forte dos percursos e dos espaços destinados à circulação, muitas vezes delimitamos por paredes. São espaços mais permeáveis, ao contrário dos “fechados” que afirmam o seu carácter de percurso, “trincheira” distributiva que atravessa a casa.

Fechados: trata-se de espaços de distribuição totalmente vedados e definidos, meramente de circulação sem comunicação com espaços de permanência (sala, quartos ou cozinha). Funcionam muitas vezes através de um átrio ou hall de entrada que consegue servir imediatamente as diferentes categorias de espaços. Não se passa por uns para chegar a outros. Não há interpenetração, ou mistura de tipos, cada compartimento pertence à sua zona, juntamente com os outros sem se intrometer ou interferir nas restantes zonas. Estes percursos encontram-se no edifício da Carvalhosa (1), Av. Brasil (3), Rua Soc. Farmacêutica (4, 5), Rua Marquês da Fronteira (6, 7), edifício Parnaso (9), Av. Duque de Ávila (13), Av. G. Roçadas (16), edifício Luso-Lima (18), edifícios da Pasteleira (19, 23), rua do Molhe (20) e Rua Senhora da Luz (22).

Abertos: consistem em zonas de transição mais permeáveis, não estritamente definidas, podendo estabelecer contacto de uma zona para a outra sem serem necessariamente dependentes. Existe mais proximidade ou contacto visual (podendo até haver atravessamentos). A inclusão de um compartimento numa determinada zona é clara por estar delimitado por estas circulações no entanto os limites e transições entre estes ou as zonas às quais pertencem não se afirmam da mesma forma, parecem “diluírem-se” por vezes umas nas outras.

Paredes, átrios, corredores e portas estão mais presentes no grupo anterior do que neste, do qual fazem parte os seguintes casos: rua da Constituição (2), Av. Infante Santo (8), edifício Parnaso (10, 11), Av. G. Roçadas (17), rua S. da Luz (21).

As circulações no interior da casa ocupam um lugar importante na relação dos compartimentos entre si e na estruturação da vida doméstica. Assim, participam na definição das relações interpessoais na habitação.

Os percursos tem como função principal a de ligar, mas também distanciar como analisámos anteriormente. Através de uma organização complexa possibilitam trajetórias múltiplas, dotando o espaço de uma riqueza vivencial mais forte. Estas podem expor, dirigir ou resguardar consoante o seu carácter, mais aberto ou mais fechado. Cada percurso tem um função clara, e a escolha da sua localização não é anódina, assim, a existência de circulações múltiplas não serve apenas funcionalmente mas subentende outros propósitos.

Na relação interior-exterior as circulações também são primordiais e participam



1



2



8

Entradas próximas.



4



6



7



13



14



15



18



19



20

Entradas que servem zonas distintas.

fortemente na independência dos indivíduos, de certos compartimentos ou zonas relativamente aos espaços domésticos e direcciona-os mais para o mundo público/ exterior, factor não negligenciável dada a aspiração crescente dos membros da família a mais liberdade, nomeadamente de movimentos e circulação.

Inicia-se este estudo pela ligação interior-exterior dado que muitos dos percursos do interior da casa decorrem, à partida da entrada da habitação, dando início ao itinerário do indivíduo aquando da sua chegada no espaço interior.

## **2. Dupla entrada**

A entrada, ponto de partida da casa, dá origem ao espaço doméstico e é a partir desta que se desenvolve. A sua localização, central, num extremo da casa ou noutra, diz-nos muito sobre o funcionamento e a propagação futura dos movimentos que acolherá. A sua posição em relação a certos compartimentos ou zona também define a distribuição dos percursos (principais ou secundários) dentro da casa, e reflecte, como já vimos anteriormente a importância ou a privacidade atribuída a determinados espaços por estarem mais ou menos próximos desta.

Mas nesta abordagem trata-se dos casos com apenas uma entrada. Quando a casa está dotada de um segundo acesso, estas questões desmultiplicam-se e as problemáticas em relação aos itinerários domésticos crescem exponencialmente. A inserção de uma segunda entrada remete para um leque de alternativas muito mais abrangente a nível do espaço e da movimentação do indivíduo, num primeiro tempo entre exterior e interior e num segundo entre compartimentos da habitação, dotando-o de mais autonomia.

Casos com dupla entrada: Carvalhosa (1), rua da Constituição (2), rua da Soc. Farmacêutica (4), rua Marquês da Fronteira (6, 7), Av. Infante Santo (8), Av. Duque de Ávila (13), rua A. Vidal (14), Av. M. Bombarda (15), edifício Luso-Lima (18), edifício da Pasteleira (19), rua do Molhe (20).

Constatamos que a dupla entrada não é apenas concedida a habitações muito amplas, pois existem de facto, fogos com dimensões muito variadas a possuir duas entradas. Esta é na maioria dos casos uma consequência directa da existência de um quarto de serviço. No entanto podem existir casos com quarto de empregada e zona de serviço claramente definida sem dupla entrada como acontece no fogo na Av. Brasil (3) ou ao contrário fogos com dupla entrada sem uma área de serviço generosa por se tratar de habitações com dimensões mais reduzidas (casos 4 e 14). Nesta classificação de fogos com duas entradas podem ainda serem distinguidos dois grupos. Os fogos do primeiro possuem entradas próximas ou que servem espaços ou zonas contíguas. Enquanto que, no segundo as entradas se situam em lados opostos, acedem a espaços distintos ou outras zonas mais afastadas do



acesso principal da casa.

No primeiro caso, como se vê no edifício da Carvalhosa (1), rua da Constituição (2) e Av. Infante Santo (8), tratam-se de entradas muito próximas embora separadas por um móvel que define duas áreas (serviço/estar) e orienta o habitante para espaços distintos. A entrada principal para os quartos e a sala, a entrada secundária para os serviços (que inclui o quarto da empregada).

No segundo, como acontece na rua da Soc. Farmacêutica (4), rua Marquês da Fronteira (6, 7), Av. Duque de Ávila (13), rua A. Vidal (14), Av. M. Bombarda (15), edifício Luso-Lima (18) e Pasteleira (19) e na rua do Molhe (20), as entradas correspondem a zonas claramente distintas da casa. Em certos casos, como no simplex da rua Marquês da Fronteira (7), o acesso secundário faz-se directamente pela cozinha, quando o outro se direcciona mais para a zona da sala (em primeiro) e dos quartos (em segundo lugar). Situações semelhantes acontecem nos casos 4, 14, 18, 19, 20 e 23, em que o segundo acesso se faz directamente por um compartimento de serviço do género semi-interior tipo marquise ou lavandaria. Nestes exemplos do segundo grupo prima o lado prático da localização da entrada, muitas vezes preferida no quotidiano, mas também a divergência de hábitos já que cada entrada se destina a usos diferentes, potenciando deste modo a privacidade mas sobretudo a independência de cada indivíduo na sua relação com o exterior. Deixa igualmente a liberdade de opção sobre que acesso logo, que percurso tomar.

Encontra-se a ideia de independência no seu paroxismo no caso do dúplex da Rua marquês da Fronteira (6) com uma entrada em cada piso, criando um acesso para os quartos independente do piso inferior, libertando o vai-e-vem de entrada e saídas na casa, podendo repartir-se pelo dois pisos.

Esta independência também é notável no caso do quarto isolado da habitação 14 (rua A. Vidal) que, para além de usufruir de um máximo de intimidade em relação ao resto da casa, também dispõe do privilégio da independência, uma liberdade de acção na relação com o exterior.

É o que acontece quando os quartos se situam antes da sala, mais próximos da entrada, são mais independentes do resto da casa e do grupo, para entrar e sair, sem perturbar, como veremos no próximo ponto, *Posição do quarto relativamente à entrada* (p. 119).

### **3. Zona independente**

Quando um quarto ou o núcleo de quartos se situa próximo da entrada permite uma relação com o exterior mais livre e proporciona mais autonomia ao indivíduo em relação aos restantes membros da família já que não se depara com os espaços



1



2



8



13



15



18



19



20

Zona independente: Entrada+quarto+casa de banho+cozinha.

colectivos durante o seu trajecto interior-exterior (e vice-versa). Quando existem duas entradas no fogo, o potencial de independência das diferentes áreas para com o exterior é duplicado.

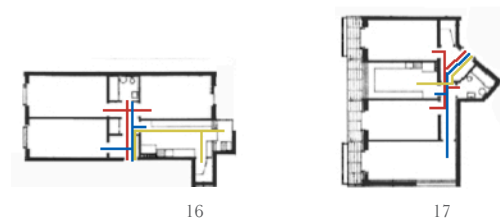
Nas zonas “autónomas” o habitante goza de um máximo de autonomia e a associação destas com a entrada secundária vem reforçar esta característica dando-lhe mais independência em relação aos outros indivíduos do núcleo, ao resto da habitação, ao seu funcionamento e aos seus horários. Esta pequena associação de compartimentos dissocia-se do resto da sua envolvente graças à existência de uma entrada própria e da possibilidade de se fechar integralmente em relação ao espaço ao qual pertence. Quando nesta zona existe um quarto, o que resulta desta conjugação de compartimentos é um pequeno estúdio, podendo assim ser estabelecida a analogia deste com um T0.

Usufrui de uma auto-suficiência forte e assumida que o distingue ou pode vir a distingui-lo (se necessário) do resto da casa. Aqui o indivíduo pode entrar e sair sem interferir no espaço global da casa e este não vêm imiscuir-se nesta organização autónoma se considerarmos a família como uma organização democrática que tende a respeitar a privacidade e a independência de cada um dos seus membros. Na maioria dos casos, esta zona resulta da junção dos seguintes compartimentos: a cozinha, uma casa de banho, um quarto. Podendo haver também um espaço exterior, varanda/lavandaria visto o quarto em questão ser originalmente o quarto destinado à empregada.

Estas zonas do tipo T0 encontram-se nos seguintes casos: Carvalhosa (1), rua da Constituição (2), Av. Infante Santo (8), Av. Duque de Ávila (13), Av. M. Bombarda (15), edifícios Luso-Lima (18) e Pastelaria (19), e na rua do Molhe (20).

A dupla entrada é em grande parte “responsável” por esta autonomização, porque ao partilhar o mínimo possível das condicionantes e regras do resto do espaço e dos indivíduos que o caracterizam, o indivíduo desfaz-se das suas influências e pratica apenas as suas. Estes dispositivos contribuem para a construção voluntária do indivíduo (Cruz, 2009:117) a quem é dado o direito de se isolar quando necessita. É ele quem escolhe de se abrir ou de se fechar aos outros, de conviver e que selecciona quando, e com quem se quer relacionar.

Esta liberdade de acção e de movimentos reflecte-se consequentemente nas circulações no âmbito doméstico. Se os compartimentos se alteram, alteram-se os caminhos e as diversas opções para os alcançar.



Sobreposição de percursos.



Sobreposição parcial de percursos.



Percursos sem sobreposições.



#### 4. Desmultiplicação de percursos

Se a existência de dois acessos oferece uma diversidade de utilizações, promove a independência com o mundo exterior e estabelece hierarquias de privacidades consoante a entrada, dentro de casa estas evoluções prolongam-se.

Alternativa vs. Sobreposição.

Desde o interior da casa, a entrada é o ponto de partida para a composição das circulações, raiz das suas ramificações. Esta dá origem quer à existência de uma alternativa de percursos favorável à bifurcação dos trajectos individuais, quer, ao contrário, à sobreposição de trajectórias. Esta maioritariamente constatada independentemente da origem e do destino do itinerário doméstico em causa.

Os exemplos de fogos seleccionados para o presente estudo propõem vários aspectos positivos e relevantes como se pode observar neste desenvolvimento. A riqueza e diversidade de percursos foi também um dos critérios de eleição. Com efeito, o facto de haver ou não a possibilidade de uma alternativa de percursos diz muito sobre os movimentos e os eventuais cruzamentos entre indivíduos.

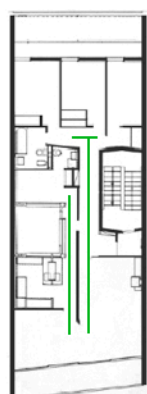
Neste esquema desenhou-se o percurso a efectuar para alcançar os diversos compartimentos da casa consoante a zona à qual pertencem, repartiram-se pelo esquema clássico já utilizado, Dia-Noite-Serviços, desde a(s) sua(s) entrada(s) correspondente(s) até às suas respectivas divisões.

Como se verifica nestas plantas, a existência de duas entradas, mais particularmente quando estas servem áreas diferentes, evita o cruzamento de trajectórias impedindo a superposição de percursos quando esta não é inevitável. Previne por exemplo a exposição de certas zonas mais íntimas e atribui uma maior fluidez espacial. Através deste dispositivo, as circulações repartem-se e “espalham” pela casa, sem sobrecarregar um único ou alguns locais de passagem (ou atravessamento) estabelecendo uma oposição entre percursos tentaculares e unilaterais.

Casos em que existe sobreposição: Av. G. Roçadas (16, 17) em que um único corredor distribui para todos os compartimentos,

Com distinção parcial: rua da Constituição (2), Av. Brasil (3), rua Soc. Farmacêutica (4, 5), rua Marquês da Fronteira (6), edifício Parnaso (10, 11), rua A. Vidal (14), Av. M. Bombarda (15), rua Senhora da Luz (22).

Com distinção total: Carvalhosa (1), rua Marquês da Fronteira (7), Av. Infante Santo (8), edifício Parnaso (9), rua da Esc. Politécnica (12), Av. Duque de Ávila (13), edifícios Luso-Lima (18) e Pasteleira (19), rua do Molhe (20), rua Senhora da Luz (21) e edifício da Pasteleira (23).



3



5



7



8



20

Circulações em paralelo



3



5



7



8



20

Graus de privacidade em circulações paralelas. Do mais exposto: azul escuro, ao mais reguardado: azul claro

Muitos dos que dispõem de uma distinção de percursos parcial, vêem esta sobreposição acontecer apenas em determinadas partes, pontuais, muitas vezes pela falta de uma casa de banho comum, que leva ao uso da casa de banho mais privada, por todos. Esta sobreposição dos itinerários dia e noite também acontece pelo núcleo de quartos suceder aos espaços de estar em vez de se situar num bloco logo à entrada, como acontece nos casos sem sobreposições, existindo apenas um ponto comum de distribuição, o átrio de entrada.

Nos que dispõem de uma distinção de percursos total, existem ainda dois tipos. Os que partilham o espaço de entrada como já vimos, ponto de partida para as suas respectivas ramificações e os que, pela existência de uma segunda entrada, conseguem uma independência de percursos absoluta.

Paralelismos.

Em alguns casos esta não sobreposição revela-se no seu expoente máximo, quando existem “percursos em paralelo” ou seja quando são criadas duas circulações com inícios e fins idênticos, ou semelhantes, e onde varia apenas o carácter do espaço de passagem em questão, se esta goza de um grau de privacidade mais ou menos forte.

Encontram-se este paralelismo nos casos: Av. Brasil (3), Rua Soc. Farmacêutica (5), rua Marquês da Fronteira (7), Av. Infante Santo (8) e rua do Molhe (20).

Este esquema permite dissociar os usos destes espaços mas sobretudo quem os pode usar e cria uma hierarquia de privacidades.

Esta organização garante igualmente a intimidade das diferentes pessoas que o usam, nomeadamente quando se trata de uma utilização em simultâneo. A duplicação de circulações é conseguida através da interposição de uma simples parede entre elas (casos 3, 5 e ) ou ainda pela colocação de mobiliário, que cria ele também uma barreira, mas não apenas, dando a esta separação uma função extra, uma utilidade, como acontece nos exemplos 20 e 8 . Neste último existem três percursos semelhantes mas todos com propósitos diferentes.

A vantagem de existirem estes múltiplos percursos praticamente idênticos não é meramente a de criar mais circulações mas sim dotar cada uma delas com um carácter, uma particularidade que a distinga das demais. O critério de selecção de uma em relação à outra, para além de propriedades óbvias como a proximidade, é o grau de privacidade inerente a cada uma delas.

Os corredores e átrios decorrentes da entrada principal são sem dúvidas os mais expostos por serem os que tem como função a de “receber”, estabelecendo a transição entre o que se deixa ver e o que se esconde, como um espaço transitório de “protecção” (azul escuro). As circulações no seguimento da entrada de serviço,



3



6



7



9



18



19



20



21



23

Diversos acessos ao mesmo espaço. Carácter público.



5



8



13



15

Diversos acessos ao mesmo espaço. Carácter público (verde) e/ou privado (amarelo)

embora directamente ligadas com o exterior, são elas também mais resguardadas já que o uso deste espaço é geralmente limitado e reservado às pessoas da casa, utilizado maioritariamente por questões práticas e muitas vezes, privilegiado no dia-a-dia (ver caso 8, azul intermédio). O máximo resguardo é atribuído às circulações contíguas aos quartos independentemente dos restantes percursos, isolando-os obviamente do exterior mas também do resto da casa. Este sistema permite um funcionamento mais permissivo e livre, dá a oportunidade a todos de gozar tanto de sossego e intimidade como de conviver e receber pessoas do exterior sem perturbar o decorrer das actividades de cada um e o funcionamento natural do espaço doméstico em compartimentos tão diversos como o quarto, a cozinha ou a sala.

### **5. Vários acessos ao mesmo espaço.**

As circulações mas também o(s) acesso(s) a cada espaço pode(m) levar a um maior dinamismo e diferenciação dos movimentos, consoante a localização dos acessos e o seu número.

Uma vez mais, esta diversidade, para além de uma riqueza de movimentos (que leva a riqueza espacial), dinamismo e acção, atribui mais independência a cada um, pelos seus movimentos não obedecerem necessariamente a uma única trajectória. A existência de uma alternativa de acessos, estes naturalmente com caracteres diferentes, permite estabelecer uma hierarquia de usos, por quem (e quando) cada um é utilizado, à semelhança dos espaços de distribuição ou dos percursos em paralelo, cada um com um grau de privacidade diferente. Da mesma forma que atribui um carácter ambivalente aos compartimentos em questão por beneficiar de uma dimensão pública mas também privada.

No entanto, existem acessos múltiplos não apenas decorrentes de percursos diversos como já vimos, mas também acesso com caracteres diferentes para o mesmo compartimento, praticamente justapostos mas com propósitos e graus de intimidade opostos.

Encontram-se estes compartimentos com entrada dupla nos seguintes casos: na rua Soc. Farmacêutica (5), com um acesso à sala pelo átrio do quarto (domínio do privado). Na rua Marquês da Fronteira (7), se considerarmos que após a abertura da parede de correr resulta a formação de um sala ampla, então existe um terceiro acesso de carácter privado, por vir no seguimento do corredor dos quartos, para além das duas portas já existentes, uma logo a seguir à entrada principal, outra mais relacionada com a cozinha. No caso da Av. Duque de Ávila (13), o acesso ao escritório pode ser feito através de duas portas, uma junta ao átrio da entrada principal, outra pertencente ao corredor dos quartos (ao qual já se acede por

uma porta). Para quem se encontra do lado exterior do escritório, apenas uma porta aparece, já que a separação público-privado é clara neste exemplo. O mesmo acontece no escritório da habitação da Avenida Miguel Bombarda (15). Esta particularidade permite a escolha entre um uso mais público deste espaço, assim associado ao exterior, ou mais privado aquando da sua fusão com o espaço dito privado, dependendo das necessidades de privacidade e do livre-arbítrio do utente do espaço.

Esta abordagem à mobilidade revela que as circulações são de uma importância determinante na distribuição dos espaços da habitação e na atribuição de mais ou menos privacidade ou independência a uma zona. O tratamento dos espaços de circulações faz parte integrante do projecto de arquitectura e a sua influência não pode ser negligenciada, pois o espaço doméstico não resulta apenas da junção de diversos compartimentos. A arquitectura da habitação é precisamente um trabalho de associação harmoniosa e funcional dos espaços por ligações complexas, mas complexas num sentido positivo, por oferecer soluções diversas entre si. Resulta desta “rede” complexa uma riqueza de percursos propícia à riqueza vivencial e ao bem-estar de todos.







## 5. O QUARTO, COMPARTIMENTO ESPECIAL DA HABITAÇÃO

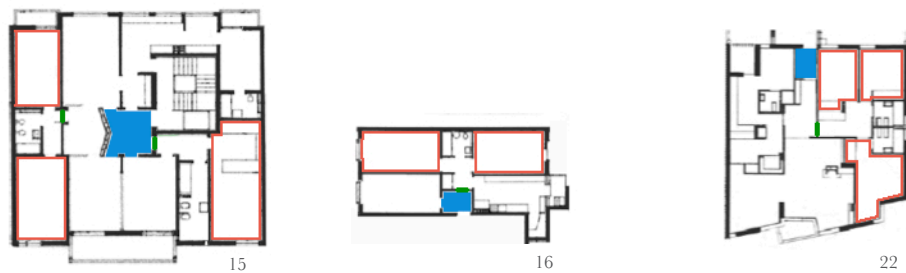
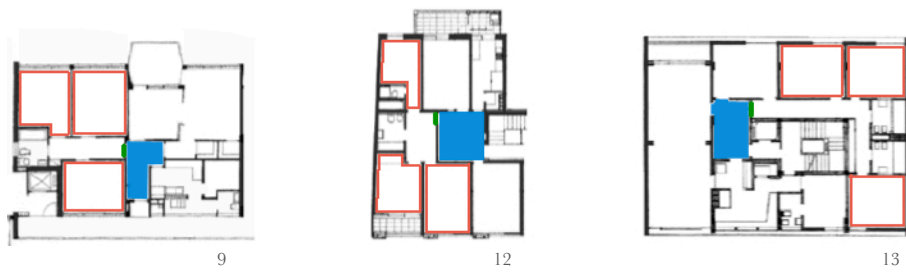
A singularidade deste compartimento resulta da junção de vários factores, de conceitos espaciais que o elevam a este nível e materializam a sua especificidade. Lugar de predilecção da construção identitária, o quarto merece uma atenção particular. Este reúne todos os elementos essenciais ao desenvolvimento do indivíduo e concentra várias dimensões tanto simbólicas como funcionais, formando um “todo” indispensável ao indivíduo, uma unidade espacial totalizante (Barbey, 1993:122).

No que toca à construção individual no quotidiano, a competência desta unidade não se prende apenas com a composição do seu interior, pois o que pode ou não acontecer dentro das suas paredes varia em função do que o rodeia. As vivências e actividades que alberga dependem não só da sua superfície, da luz que recebe ou do seu mobiliário mas também da sua relação com o exterior e com os restantes compartimentos da habitação onde se encontra, pois a sua definição é condicionada por outras especificidades inerentes ao espaço da habitação no seu todo.

É nesta qualificação que entram em jogo todos os conceitos espaciais abordados ao longo do estudo: dissociação, distância e mobilidade influem na qualidade do quarto e a mutabilidade é uma componente determinante e decisiva do espaço através da qual a alteração de um dos factores acima referidos se torna possível. A capacidade de alteração permite dar mais ênfase a um ou outro aspecto do espaço, consoante as necessidades e aspirações dos indivíduos em determinados momentos. Trata-se de um equilíbrio entre inserção no conjunto e resguardo em relação ao mesmo e aos seus habitantes. Para potenciar o quarto ao dar mais intensidade a um dos seus atributos, é possível valorizar ou reduzir traços do espaço como a privacidade (em relação ao exterior público mas também aos indivíduos do âmbito doméstico), o isolamento, a autonomia ou independência e assim garantir, por exemplo, mais ou menos exposição, para um desenvolvimento identitário em adequação com as expectativas individuais quotidianas na habitação, expectativas variáveis ao longo do tempo, nomeadamente ao longo do dia e da noite.

A alteração de uma, ou de várias condicionantes espaciais (afecção dos compartimentos, distanciamento e criação de circulações) tem consequências nas propriedades interiores do quarto e todas podem ser utilizadas para fins diversos com o objectivo de alcançar o tipo de espaço esperado.

Partindo das características originais das habitações, veremos como a alteração de um ou vários dos seus elementos influi na transformação da condição de este



Duas etapas de acesso ao quarto: Átrio de entrada + porta.



Duas etapas de acesso ao quarto: Átrio de entrada + vestíbulo ou corredor

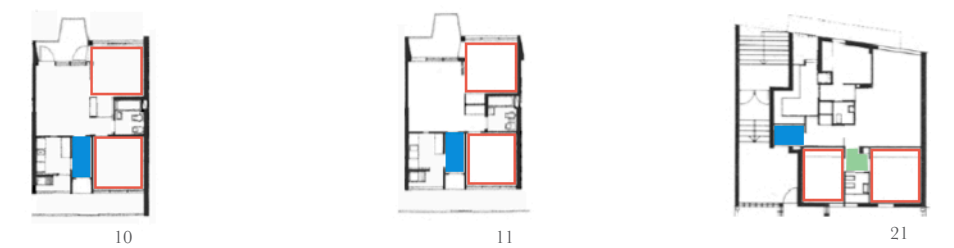
Cores utilizadas neste capítulo:  
Vermelho: quarto, verde: espaço de transição, azul escuro: entrada, azul claro: sala



Uma etapa de acesso ao quarto: Átrio de entrada.



Mais de duas etapas de acesso ao quarto: Átrio de entrada+sucessão de portas.



Transições indefinidas. Acesso aos quartos por outros compartimentos.

compartimento.

Sendo o indivíduo e o espaço que lhe é próprio, o tema central deste estudo, cabe-nos perceber o seu itinerário desde a entrada até ao quarto e ver, por exemplo, se deve ou não cruzar-se ou até atravessar outras zonas ou compartimentos para alcançar o seu próprio espaço e perceber quais são os espaços e elementos que se sucedem para assegurar a sua protecção ou isolamento.

### **1. Sucessivas etapas de acesso ao quarto**

Nos casos das habitações com bipartição mais marcada, a distribuição para as diferentes zonas faz-se o quanto antes, muitas vezes com um hall de entrada ou átrio que serve directamente a zona dia e a zona noite, sem haver a necessidade de se adiantar mais para o interior do espaço doméstico, considerando o átrio como uma antecâmara e não ainda como um espaço interior-privado, propriamente dito.

Mais ou menos etapas, espaços intermédios entre a entrada e o quarto:

- Duas etapas: átrio de entrada que leva ao quarto através de um corredor/vestíbulo, ou de uma porta.

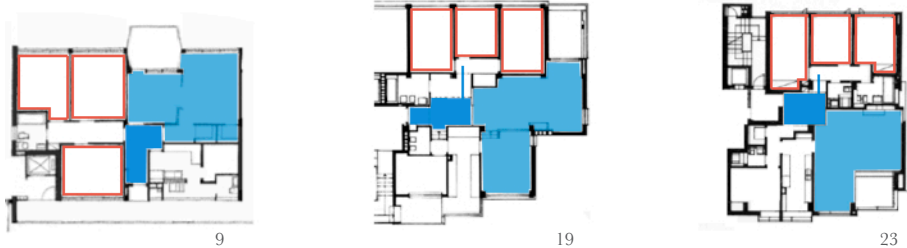
Esta é a situação que se repete mais vezes, encontra-se nos casos seguintes: Carvalhosa (1), rua Soc. Farmacêutica (5), rua Marquês da Fronteira (7), Av. Infante Santo (8), edifício Parnaso (9), rua Esc. Politécnica (12, com dois vestíbulos), Av. Duque de Àvila (13), Av. M. Bombarda (15, núcleo da direita), Av. G. Roçadas (16), Luso-Lima (18), Pasteleira (19, 23), rua do Molhe (20), rua Senhora da Luz (22). No dúplex da Marquês da Fronteira (6) a segunda “etapa”, faz-se pelas escadas que tem aqui o papel de corredor

- Uma etapa: hall de entrada (sob a forma de um corredor) leva directamente aos quartos. Vê-se nos casos da rua da Constituição (2), Av. Brasil (3), rua A. Vidal (14, no quarto junta à entrada), Av. G. Roçadas (17).

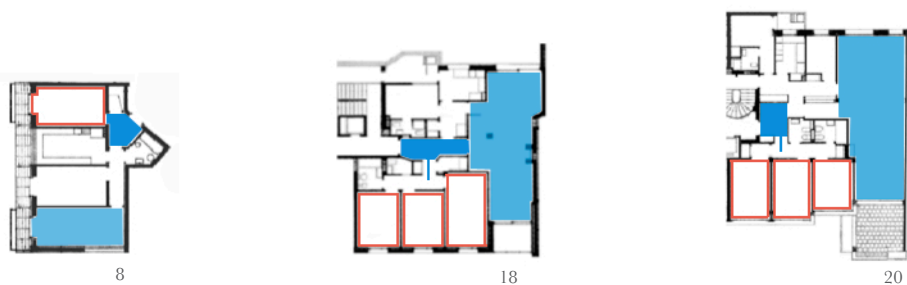
- Mais de duas etapas: átrio de entrada, portas ou vestíbulos sucessivos., como nos casos da rua A. Vidal (14) e da Av. M. Bombarda (15). Um sucessão de elementos espaciais limitam e resguardam o acesso aos quartos. Átrios, corredores e portas no caso 14 e vestíbulos, portas e átrio no caso 15. Deste modo, é garantida a máxima privacidade dos quartos em relação ao exterior, aos espaços colectivos logo, aos eventuais visitas.

- Espaços não claramente definidos.

No caso dos T2 do edifício Parnaso (10, 11), a passagem para os quartos faz-se através da sala, existindo num deles (10) a possibilidade de criação de um percurso alternativo para os quartos que no entanto se inicia pela sala. No caso do fogo da rua Senhora da luz (21), a entrada para o átrio dos quartos também é feita pelo



Entrada equidistante dos espaços colectivos e dos quartos.



Quartos antecedem os espaços colectivos.

espaço de estar, embora seja no seu limite, já pertence efectivamente à sala. Quanto mais longe e resguardado da entrada (e dos espaços colectivos) mais os quartos e os espaços privados em geral, são preservados. Quanto mais próximos desta, quanto mais directa for a relação entre a entrada e o quarto, mais autonomia é atribuída ao espaço íntimo, logo ao seu ocupante (ver tema *Percursos-Mobilidade p.97*).

Cada um tem vantagens a nível pessoal, o primeiro afasta o indivíduo da cena pública e permite-lhe sossego para a sua construção identitária. O segundo afasta os indivíduos do núcleo familiar entre si, dotando-os individualmente de mais autonomia, pré-requisito para uma emancipação futura.

A escolha da localização dos compartimentos tem um impacto no uso do espaço e na relação entre as pessoas, sendo esta também importante para a construção do indivíduo do ponto de vista pessoal mas também para a interacção com quem o rodeia.

## **2. Posição do quarto relativamente à entrada.**

A sucessão de ideias abordadas no tema anterior reflecte um pensamento que parte de fora para dentro ou seja, desde o público visto como um eventual “agressor” ao mais interior, o quarto, que desempenha um papel “protector”. No entanto pode ser estabelecido o raciocínio inverso.

Se considerarmos o exterior como a expressão de um desejo de emancipação para com o grupo doméstico, e se tivermos em conta a procura de uma relação livre do indivíduo como exterior, então a colocação dos quartos pode ser preferível noutro sítio. Para a emancipação e libertação do indivíduo (neste preciso aspecto) é mais vantajosa outra localização do quarto relativamente à entrada (do a que foi vista no ponto exterior), o indivíduo desfaz-se assim mais facilmente das imposições e da repressão dos que o rodeiam.

No entanto, a característica decisiva não é tanto a questão da proximidade mas antes de posição, ou seja se o quarto (ou núcleo de quartos) aparece antes ou depois dos espaços colectivos.

Distinguem-se 3 colocações diferentes dos compartimentos privados e colectivos, relativamente à entrada. A primeira cria uma distribuição intermédia (equidistante), acontece quando a entrada se situa entre as duas zonas (diurna e nocturna). Na segunda, os quartos antecedem os espaços colectivos enquanto na terceira, é a sala que precede os quartos, podendo até ser necessário o seu atravessamento para chegar aos compartimentos mais íntimos.

Casos pertencentes ao primeiro tipo (equidistante): Carvalhosa (1), Av.



Quartos no seguimentos dos espaços colectivos.

Brasil (3), rua Soc. Farmacêutica (5), rua Marquês da Fronteira (6), Av. Infante Santo (8), Parnaso (9), Av. G. Roçadas (17), Pasteleira (19, 23).

Casos que se referem ao segundo tipo (quarto precede): rua A. Vidal (14), Av. M. Bombarda (15), Luso-Lima (18), rua do Molhe (20), rua Senhora Luz (22).

No terceiro grupo (quarto sucede sala) encontram-se os casos: rua da Constituição (2), rua da Esc. Politécnica (12), rua A. Vidal (14), Av. M. Bombarda (15), Av. G. Roçadas (16), rua Senhora Luz (21).

Pode acontecer o mesmo fogo estar presente em duas categorias diferentes, deve-se à existência de dois núcleos de quartos com posições diferentes relativamente à entrada.

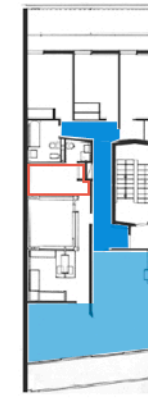
No primeiro tipo evidencia-se um equilíbrio entre colectivo e privado na sua relação com o exterior. O segundo, defendido neste ponto, retrata a independência do privado perante os espaços colectivos. Por fim, o último vê os compartimentos pessoais sujeitados “ao olhar” público dos espaços colectivos. No entanto esta exposição varia de intensidade, dependendo da existência de um espaço de circulação expressamente criado para o acesso aos quartos.

### **3. Alteração das características originais**

Duas variáveis entram em conta na trilogia “entrada - espaços diurnos - quarto” que se refere, de uma forma simplificada, à relação entre espaços de carácter colectivo (tanto sala de estar como cozinha por exemplo) com o espaço privado por excelência, o quarto, durante o trajecto quarto - exterior da habitação (e vice-versa). Estas duas são a entrada escolhida (principal ou de serviço) e o quarto (compartimento original ou nova afectação desta função a outro espaço). A alteração de um destes, possibilitando várias combinações, influi sobre o carácter mais ou menos autónomo do quarto.

Três novas combinações são possíveis. Primeiro, a entrada principal com “novo” quarto, segundo, a entrada de serviço com quarto original ou, terceira, a entrada de serviço com quarto “novo”.

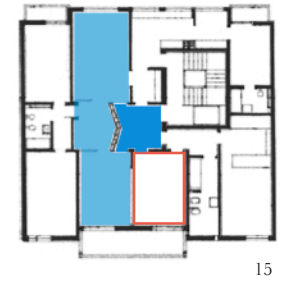
A mudança de localização de um compartimento (a entrada será aqui referida como um compartimento), cria distância, neste caso entre o acesso ao espaço da habitação e o quarto, dissocia funcionalmente e ao dissociarem-se e distanciarem-se provocam a criação de percursos. Consoante a sua extensão ou redução, os percursos podem relacionar mais directamente dois espaços ou ao contrário, acentuar uma separação. Trata-se concretamente da separação do quarto relativamente ao resto dos compartimentos da habitação, nomeadamente os que



3



13



15



19



23

Primeira combinação  
Entrada original - Quarto “novo”: Quartos antecedem os espaços colectivos



18



8

Primeira combinação  
Entrada original - Quarto “novo”: Colocação equidistante da entrada



1



2



13



18



20

Terceira combinação  
Entrada secundária - Quarto “novo”: Entrada justaposta ao quarto



1



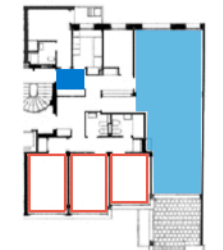
8



18



19



20

Segunda combinação:  
Entrada secundária - Quarto original: Afastamento dos quartos, espaços resguardados.



possuem um carácter colectivo, mas também ao exterior (domínio público).

A questão do quarto da empregada já foi abordada, tanto do ponto de vista da dissociação funcional como da distância entre quartos, mas a distinção deste quarto é aqui reforçada pela sua posição. A sua colocação junto da entrada pode atribuir-lhe duas qualidades inversas: mais isolamento aquando da sua colocação perto da entrada secundária, se a entrada principal for o acesso privilegiado ou mais independência ao estar disposto contiguamente à entrada de serviço.

Assim, como vimos no ponto *zona independente* (p.103) a associação destes compartimentos desmultiplica o potencial de emancipação na relação do indivíduo com o exterior. No entanto, o que pretendemos salientar neste ponto, é que, este não é o único efeito possível ou pretendido. A modificação da função de um compartimento (transformação em quarto) ou a escolha de um acesso particular à habitação tanto pode independentizar um espaço, como isolar outro(s), simultaneamente.

Trata-se, uma vez mais, da versatilidade dos espaços e dos acessos que permite e sugere diversos usos, relativos aos hábitos e às necessidades, factores determinantes que variam ao longo da vida, do dia e da noite, consoante os indivíduos.

Em primeiro lugar mantém-se a entrada principal e altera-se a função do quarto da empregada (3) ou do escritório (13 e 15), transformando-o num quarto clássico. Nos exemplos da Av. Brasil (3) e Av. Duque de Ávila (13), como já era o caso na configuração original da habitação, o acesso aos quartos não interfere nos espaços colectivos. No entanto, os quartos criados ficam aqui mais próximos da entrada (comparando com os restantes). Nos exemplos dos edifícios da Pasteleira (19 e 23), o novo quarto encontra-se no lado oposto aos quartos originais e dispõe de um percurso mais directo e próximo da entrada, antecipando a viragem para o quarto em relação à sala. Mas esta mudança é sobretudo positiva em situações como a exemplificada na habitação da Av. M. Bombarda (15), em que, a criação deste novo quarto permite uma relação clara com a entrada e, facto mais relevante ainda, o atravessamento da sala é evitado, ganhando assim uma maior independência.

A independência em questão neste ponto é enfatizada, na terceira combinação que associa a entrada secundária ao quarto da empregada, dito “novo” quarto.

Esta solução e a segunda, “entrada secundária - quarto original”, tem efeitos opostos e/ou complementares. Estas permitem duas utilizações diferentes do espaço da habitação, uma muito livre na sua relação com o exterior (terceira combinação), fazendo alusão à zona independente já referida, outra com um efeito protector (segunda combinação), tema que abordamos no ponto *Successivas*

*etapas de acesso ao quarto* p. 117.

Nos exemplos expostos na terceira combinação, para além da relação frontal do quarto com a entrada, evita-se o contacto com os espaços colectivos durante o trajecto entrada-quarto que podia anterior existir, como nos casos da rua da Constituição (2), Av. Duque de Ávila (13) e na rua do Molhe (20). Como se vê na habitação 2, em que a configuração original obriga à passagem em frente à sala no trajecto até chegar ao núcleo de quartos. Nos casos em que já existia originalmente um certo grau de privacidade no percurso entrada-quarto, foi atribuído outro acesso mais próximo do “novo” quarto que permite igualmente um distanciamento maior desta entrada em relação aos restantes quartos (que se encontravam anteriormente ou equidistantes ou antes da sala. Ex.: 1 e 18 e 20), como evidencia a segunda solução nos casos da Carvalhosa (1), Av. Infante Santo (8), Luso-Lima (18), Pasteleria (19) e na rua do Molhe (20).

Nestes casos pode, por exemplo, ser privilegiado o uso da entrada secundária quando se pretende, aceder em primeiro lugar aos espaços colectivos, ou um uso nocturno com o objectivo de não perturbar a tranquilidade dos espaços privados.

Este ponto, em que todos os conceitos espaciais analisados ao longo do desenvolvimento se conectam e, de certa forma, se unem, em torno desta unidade espacial que é o quarto, demonstra como múltiplos elementos do espaço são capazes de servir um único propósito, como as peças de um mecanismo que trabalham juntas para o mesmo resultado.

A ideia aqui retratada é a de dinamismo, quando tudo se “move” para valorizar uma ou várias propriedades do espaço, com o objectivo de obter a habitação desejada pelo indivíduo, graças à ambiguidade do espaço que obra nesse sentido. A complexidade da habitação revela-se através do dinamismo das suas componentes obrigatoriamente estáticas e concretas e os dispositivos espaciais analisados ao longo do estudo são o ponto de partida para a obtenção da habitação imaginada, um imaginário implícito, que estes dispositivos vão tornar possível através da interacção entre o habitante e o seu espaço.



Tal como foi enunciado na introdução, ao longo deste estudo foi importante entender as razões que levaram a habitação a ocupar a posição que tem actualmente, e assim ver de uma forma global e abrangente o papel indispensável do espaço doméstico em várias fases e em vários níveis, da construção identitária dos seus habitantes.

Perceber toda a capacidade e o potencial do espaço físico na afirmação da identidade, foi o ponto de partida. Pelo método utilizado nesta investigação tomou-se consciência de toda a complexidade deste conceito, mais do que uma simples causa ou um simples efeito, a identidade é uma noção vasta que engloba diversos campos e que permite a ligação dos mesmos de uma forma dinâmica, por se encontrar no cruzamento de uma multiplicidade de dimensões.

Tentámos perceber ao longo deste desenvolvimento a acção efectiva da arquitectura na construção de uma identidade. Neste preciso aspecto a palavra arquitectura refere-se ao espaço nas suas três dimensões com a adição de uma quarta, o tempo, que engloba as práticas desenvolvidas na habitação. Esta concentra o curto e o longo prazo, e a sua presença forte é marcante na vida do indivíduo.

É por se tratar de um lugar “totalizante” (Barbey, 1990:122) que a sua relevância se tem vindo a desmultiplicar, já não sendo considerada como um mero suporte físico. A habitação condensa e concentra episódios de vida que lhe conferem uma importância não negligenciável na construção individual.

Como vimos na introdução, *A habitação, um espaço de liberdades?* (p.11), é principalmente na habitação, um lugar que confere estabilidade mas onde, no entanto, estão subjacentes ideias de dinamismo, que o habitante tem um papel efectivo e um real poder de acção sobre si mesmo e sobre o ambiente que o rodeia. Controlo e domínio do espaço (temas abordados no ponto *O habitar: Correspondências entre o espaço e o indivíduo*, p.29), são indispensáveis à sensação de sintonia com o que nos rodeia, sentimento que é parte integrante do processo identitário. Os conceitos acima referidos trabalham para a elaboração de uma transição entre um antes e um depois, em que o habitante ganha força por construir o seu ambiente e se aceita, por conseguinte, como indivíduo. É o “sentimento de ser” (Kaufmann, 2004:41) que o torna consciente da sua identidade única durante esta construção necessária e voluntária (porque escolhida), mas ao mesmo tempo natural e inconsciente.

Se a nível pessoal esta transição expressa uma evolução ou transformação identitária, este processo evolutivo tem como consequência, no espaço doméstico, uma outra transição: a passagem de um lugar anónimo, para o *home* ou *chez-soi* que por sua vez vai servir essa mesma construção, a de um projecto particular, tanto familiar como individual, com a função de suporte do quotidiano, um

suporte atento às aspirações e necessidades dos seus habitantes.

Como vimos, as práticas domésticas (individuais e familiares) são cada vez mais ecléticas e difundem-se pelas diversas classes sociais (*O indivíduo plural*, p.48), o tal habitante imprevisível é um indivíduo plural sujeito a influências múltiplas e com desejos diversos. Como sabemos, os comportamentos domésticos decorrem da sociedade e da cultura na qual se inserem os indivíduos, mas a assimilação destes factores, tendo em conta as sucessivas alterações socioculturais, a globalização, e logo a abertura do leque individual de influências, provocou uma tomada de consciência relativamente à diversificação dos modos de habitar. Uma vez esta noção compreendida, constatamos a responsabilidade da habitação, por se encontrar na charneira entre estas vastas problemáticas.

O espaço desempenha, uma vez mais, um papel fulcral como instrumento na assimilação da diversidade, um elemento receptivo, em primeiro lugar e, posteriormente, instigador de diferenças, de subjectividade - resumindo, de identidade.

A forma como o trabalho foi estruturado revelou-se decisiva para chegar ao resultado que nos propúnhamos alcançar: identificar dispositivos capazes de estimular a construção identitária dos indivíduos através do espaço.

As questões levantadas na fase inicial do estudo exigiam um conhecimento amplo e aprofundado das transformações sociais e da evolução do conceito de identidade. Só assim poderíamos entender qual o lugar do indivíduo na sociedade para poder, a seguir, perceber a alteração da sua posição igualmente no espaço doméstico, e saber como responder às suas necessidades através deste.

O estudo teórico, foi um auxílio precioso para tratar questões directamente relacionadas com o espaço doméstico. A complementaridade da teoria e da prática só foi possível pela consideração de ambas em pé de igualdade, estabelecendo constantemente pontos de ligação entre as duas, sem omitir as suas reciprocidades.

No entanto, a produtividade deste método não foi imediata, tornando-se mais clara à medida que se adiantava a investigação. A assimilação de elementos físicos do espaço, com os quais o estudante de Arquitectura está já familiarizado, juntamente com o conhecimento da matéria teórica do campo da sociologia e da psicologia, ajudou a criar bases sólidas para o questionamento e a análise do espaço doméstico. Assim, o espaço é visto não só através das suas qualidades físicas concretas, mas é também apreendido com um olhar transversal, o das ciências sociais e humanas. Foi a reciprocidade entre as duas disciplinas que estruturou a integralidade desta análise.

Importou-nos decifrar o papel aberto e transigente da espacialidade como suporte para a diversidade, mas existe um factor neste estudo do qual não nos podemos esquecer, sempre que nos referimos a estas questões sociais.

Estivemos perante habitação standardizada, condicionada por diversas normas e regulamentos (nomeadamente de dimensões, atribuição e disposição de compartimentos) e foi através desta, que tentámos perceber a forma como a padronização obrigatória não é necessariamente um entrave à adequação aos novos modelos sociais e às diversas formas de apropriação do espaço: ao habitar, no pleno sentido da palavra. Este verbo reflecte a relação entre um lugar e uma pessoa em que existe uma correspondência entre o ideal e o real. A questão do ideal não se refere ao extraordinário mas sim a um ideal modesto, que saiba simplesmente condizer com um estilo de vida, um lugar para o banal do quotidiano (*O espaço doméstico, lugar do banal*, p.14).

A habitação corrente analisada reflecte e comprova a intuição inicial que se prendia com a possibilidade de encontrar respostas arquitectónicas múltiplas para as necessidades dos indivíduos e das famílias contemporâneas. Reconheceu-se esta aptidão através dos dispositivos que um olhar focado apenas nas questões meramente físicas do espaço não poderia decifrar. É aqui que entra a interpretação do estudante em arquitectura, previamente sensibilizado com as questões sociais. As respostas arquitectónicas subentendidas nas premissas deste trabalho foram ganhando forma até se tornarem claras. Tratam-se de dispositivos aparentemente anódinos, cujo potencial se foi revelando à medida que o estudo se compunha.

O conceito de dispositivo enunciado por Monique Eleb e Anne Debarre (1984:12) como sendo a “organização de elementos associados de uma forma particular com o objectivo de produzir um efeito”, refere-se a questões de dimensão, de localização, de justaposição de compartimentos e de elementos espaciais, tal como noções de estrutura e organização da habitação.

Ora, a finalidade desejada, o “efeito” varia (cada vez mais) de indivíduo para indivíduo, logo de família para família, e a combinação destes dispositivos é que permite alcançar uma interpretação pessoal dos espaços.

Os dispositivos analisados tiveram como propósito criar, ou acentuar, um carácter do espaço de acordo com as necessidades singulares de cada indivíduo do núcleo familiar na habitação. Consoante a agregação dos elementos em causa será possível atribuir mais **privacidade**, **autonomia** ou **independência** aos indivíduos, conceitos decisivos para a sua emancipação e liberdade de afirmação como pessoa única e com necessidades próprias.

Os dispositivos em questão, para alcançar os conceitos anteriormente referidos, foram a dupla entrada, a dissociação dos compartimentos destinados a usos da mesma ordem ou nos mesmos horários, mas também a interposição de outro compartimento entre estes, a existência de zonas ou compartimentos autónomos tal como de zonas independentes, uma rede diversa de percursos e de acessos ao mesmo espaço.

Mas outro tipo de dispositivos revelou-se igualmente proveitoso no que toca à apropriação do espaço que o indivíduo recebe ao instalar-se na habitação, um espaço comum que, através da sua acção indispensável, o habitante vai transformar num espaço correspondente às suas aspirações iniciais, e assim, fazer deste espaço, o seu **chez-soi**.

É neste aspecto que entra em conta a complementaridade do trabalho do arquitecto com o do habitante. Se os primeiros dispositivos referenciados têm como objectivo lidar com a crescente necessidade de autonomia dos indivíduos (também dentro da esfera familiar), dado o contexto de sociedade individualizada, o segundo tipo de dispositivos oferece a possibilidade ao habitante de pôr em prática a sua subjectividade.

Estes são elementos que lhe permitem conformar o espaço segundo um desejo pessoal de habitação ideal. A existência de outras possibilidades, de alternativas confere liberdade ao indivíduo, um campo de acção onde é soberano. Estas possibilidades são criadas através de espaços com propósitos indiferenciados, que admitem a permutação de usos ou de funções e que criam, desta forma, uma multiplicidade de opções. São compartimentos com características semelhantes, isotrópicos, que, pelas suas propriedades físicas neutras, deixam livre a escolha do seu uso. Ou ainda, compartimentos “extra” que acrescentam mais uma possibilidade de criação, em adição aos compartimentos com uma função subjacente. Mas a liberdade de opção pode ser constituída também pela capacidade de alteração imediata ou por períodos breves de certos compartimentos, assim os elementos de flexibilidade revelaram-se igualmente importantes para a **individualização** do espaço.

O diálogo entre o projecto e as necessidades dos habitantes baseia-se nestes dispositivos e permite uma correspondência entre indivíduo e espaço ao longo do tempo. Assegurar uma habitação preparada para o longo prazo é muito importante. Através da interpretação das plantas das habitações projectadas nas décadas de 50 e 60, quisemos evidenciar todo o potencial envolvido em componentes *a priori* simples.

Dispositivos como o quarto de empregada, compartimentos “extra”, o vazio, a

presença forte de áreas de serviço, ou ainda a dupla entrada permitem a adaptação da habitação às necessidades de uma sociedade contemporânea em que famílias e indivíduos aspiram a uma habitação em adequação com o seu estilo de vida. É neste aspecto que o espaço doméstico, como lugar do quotidiano, tem um papel determinante na construção identitária, ao propor uma multiplicidade de combinações espaciais, contribui para a diversidade dos indivíduos.

Todos estes dispositivos espaciais decorrem de uma arquitectura rica e plural. Uma arquitectura que inclui o indivíduo como interlocutor de projecto. Através destes, a ambivalência inerente aos diferentes espaços da habitação é realçada, criando a complexidade indispensável à realização das consecutivas adaptações do espaço ao longo do tempo. Essa complexidade fomenta também uma vida em conjunto dinâmica, que respeita todos os membros do grupo, por oferecer uma grande versatilidade na resolução das suas diversas problemáticas.

A possibilidade de (re)interpretação das propriedades originais das habitações revela a riqueza dos projectos ambivalentes aqui apresentados, cuja eficácia perdura e cuja qualidade como suporte de projectos de vida (cada vez mais) diversos ao longo do tempo se perpetua.

Estes projectos, em particular, não sofrem das inevitáveis condicionantes inerentes à repetição dos modelos de apartamento nos edifícios urbanos de habitação plurifamiliar. Esta repetição é um suporte imprescindível do projecto de arquitectura mas também pode ser um suporte passível de reformulações pelos indivíduos, consoantes as suas particularidades e a singularidade do projecto de vida ao qual se dedicam. A complexidade permite que, no mesmo espaço, sejam possíveis diferentes interpretações porque cada família é em si mesmo uma realidade única. Trata-se da aproximação à habitação idealizada, do ponto de vista das vivências no espaço e da sua organização, de acordo com modos de habitar próprios, possibilitada por um certo grau de independência relativamente à habitação originalmente projectada.

O estudo permitiu concluir que esta complexidade não depende de conceitos espaciais inovadores, como se poderia supor inicialmente, mas sim de dispositivos simples que podem ser integrados em todo o tipo de habitação.

O processo de trabalho que estruturou a análise, permitiu salientar a qualidade da habitação pela complexidade dos seus espaços e assim estabelecer ligações com as necessidades dos indivíduos, de acordo com características vistas como positivas para a construção de um quotidiano mais rico e dinâmico, onde a identidade do indivíduo tem um papel motor.



Entre espaço e identidade individual, quisemos perceber tanto a complexidade como o potencial de cada um na produção de uma relação mútua enriquecedora. Pois, acreditamos que a Architectura está no limiar entre o concreto do domínio do físico e a vastidão dos sentimentos e das exigências relativas às questões humanas, por vezes imperceptíveis ou implícitas. A Architectura pretende encontrar uma ligação entre estes dois aspectos, um estritamente necessário - o material – porque é de construção que se trata, e outro - o impalpável e variável - que representa o domínio das emoções, do humano em geral. É neste ponto que reside toda a sua riqueza e complexidade, dimensões que quisemos aprofundar com a realização deste trabalho.

## **ANEXOS**

Corpus de fichas e Tabela



0 500

Vistas aéreas das cidades do Porto e de Lisboa. Localização e número dos casos de estudo



Fig. 1. Vista aérea

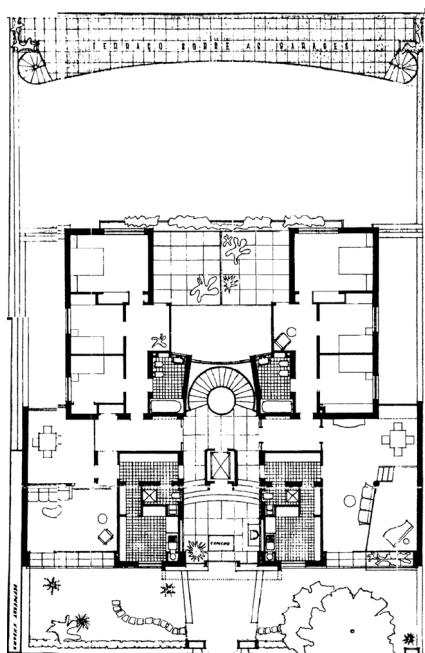


Fig. 2. Planta do piso de entrada

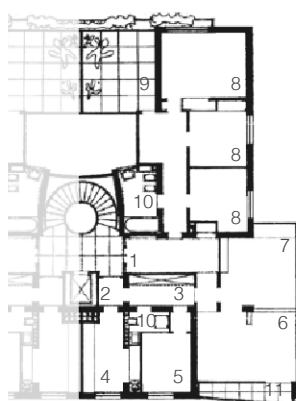
# 1

DATA  
1945-1950

LOCALIZAÇÃO  
Rua da Boavista, 571-583. Porto

ARQUITECTOS  
Arménio Losa - Cassiano Barbosa

ÁREA  
150 m<sup>2</sup>



- 1- Átrio de entrada
- 2- Entrada serviço
- 3- Copa
- 4- Cozinha
- 5- Quarto empregada
- 6- Sala de jantar
- 7- Sala de estar
- 8- Quarto
- 9- Terraço
- 10- Casa de banho

Fig. 3. Planta do fogo. Esc. 1:400



Fig. 4. Fachada Rua da Boavista

## EDIFÍCIO

- 5 pisos e uma cave.
- Acesso central, distribuição esquerdo-direito
- 2 fogos T3+1 por piso-tipo, idênticos e simétricos e 2 fogos T3 no piso térreo.

Trata-se de um dos primeiros prédios de rendimento no Porto. Denota-se a preocupação modernista de recuo do edifício de 5 metros com pequeno jardim a fazer a transição com a rua, resguardando o primeiro piso, elevado em relação à cota do passeio.

A linguagem da fachada destaca duas áreas distintas, a de serviços com pequenos vãos, e dos espaços colectivos com grandes panos de vidro.



## 2



Fig. 5. Vista aérea

DATA  
1950

LOCALIZAÇÃO  
Rua da Constituição, 27-63. Porto

ARQUITECTOS  
Arménio Losa - Cassiano Barbosa

ÁREA  
150 m<sup>2</sup>



Fig. 6. Planta do fogo. Esc. 1:400

- |                     |                |
|---------------------|----------------|
| 1. Hall de entrada  | 10. Lavandaria |
| 2. Entrada serviço  | 11. Varanda    |
| 3. Sala de jantar   |                |
| 4. Sala de estar    |                |
| 5. Quarto           |                |
| 6. Casa de banho    |                |
| 7. Cozinha          |                |
| 8. Copa             |                |
| 9. Quarto empregada |                |

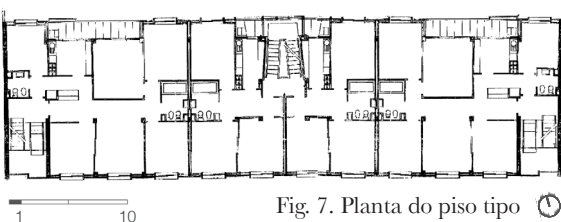


Fig. 7. Planta do piso tipo

### EDIFÍCIO

- 4 pisos
- 4 fogos por piso tipo, dois T2 e dois T3+1
- 2 T3+1 e 2 T1 no piso térreo
- 3 entradas. Acesso esquerdo-direito para os T2 e caixa de escadas própria os cada T3+1.



Fig. 8. Fachada da Rua da Constituição

Edifício extenso que se destaca pela regularidade do seu alçado. Na sua implantação resulta da junção de três lotes portuenses, trata-se de um projecto exclusivamente habitacional. Rés-do-chão elevado em relação à cota da rua. Edifício com diversas tipologias, do T1 ao T3+1. Os seus interiores destacam-se pela sua flexibilidade nomeadamente na configuração dos espaços comuns.



Fig. 9. Vista aérea

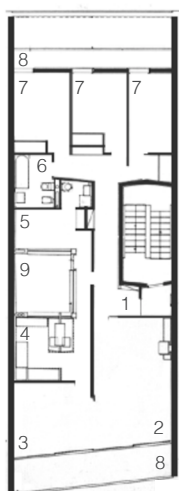
# 3

DATA  
1952-1954

LOCALIZAÇÃO  
Avenida Brasil, 136. Porto

ARQUITECTO  
Fernando Távora

ÁREA  
150 m<sup>2</sup>



1. Hall de entrada
2. Sala de estar
3. Sala de jantar
- 4- Cozinha
5. Quarto e casa de banho empregada
6. Casa de banho
7. Quarto
8. Varanda
9. Pátio de ventilação

Fig. 10. Planta do fogo - Esc. 1/400  
Planta do piso tipo



Fig. 11. Fachada da Avenida Brasil

## EDIFÍCIO

- 5 pisos. 3 pisos-tipo com 1 fogo T3+1 por piso
- Restantes pisos: rés-do-chão com garagens e terraço no último piso.
- Caixa de escadas interior.

Edifício de habitação implantado num lote típico do Porto: estreito e comprido. Forma à qual se deve a abertura de uma “caixa de ar” no seu interior para permitir a iluminação dos espaços interiores.

A linguagem da fachada, muito clara, afirma a sua horizontalidade, com uma varanda em todo o comprimento do edifício.

A sua forma, juntamente com a presença da caixa de ventilação e de uma caixa de escadas central, permite uma repartição distinta dos espaços principais, em cada extremidade do volume.

# 4

DATA  
1953

LOCALIZAÇÃO  
Rua da Sociedade Farmacêutica, 40. Lisboa

ARQUITECTO  
Sérigo Gomes

ÁREA  
87 m<sup>2</sup>

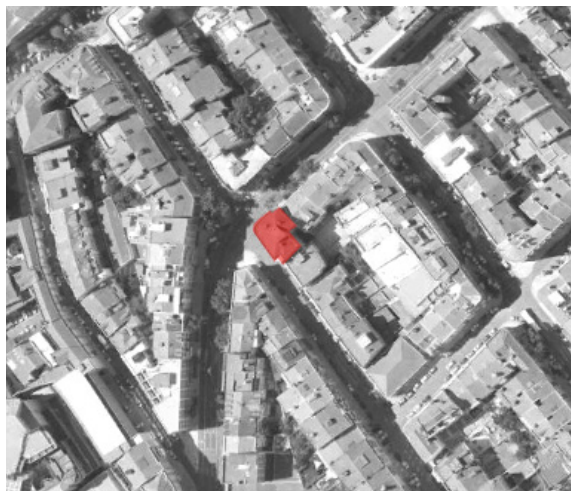


Fig. 12. Vista aérea



Fig. 13. Planta do fogo. Esc. 1:400



Fig. 14. Planta do piso tipo



1. Hall de entrada
2. Entrada de serviço  
Lavandaria
3. Cozinha
4. Sala comum
5. Quarto
6. Casa de banho
7. Dispensa
8. Varanda

## EDIFÍCIO

- 7 pisos
- Acesso central, distribuição esquerdo-direito
- 3 fogos diferentes por piso
- Rés-do-chão com comércio



Fig. 15. Fachada da Rua da Sociedade Farmacêutica

Edifício de habitação em gaveto. Possui uma linguagem de fachada sóbria, um pano de parede pontuado por vãos e rematado em cada extremidade por um envidraçado. Cada piso é marcado no alçado pela saliência da laje. Existe uma diversidade na resolução dos vários fogos, estes com áreas relativamente pequenas.



# 5

DATA  
1953

LOCALIZAÇÃO  
Rua da Sociedade Farmacêutica, 40. Lisboa

ARQUITECTO  
Sérigo Gomes

ÁREA  
82 m<sup>2</sup>

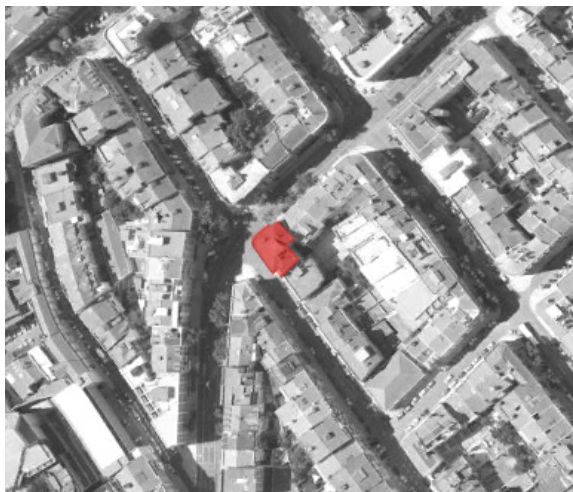


Fig. 16. Vista aérea



Fig. 17. Planta do fogo. Esc. 1:400

1. Hall de entrada
2. Dispensa
3. Cozinha
4. Sala de jantar
5. Sala de estar
6. Casa de banho
7. Quarto



Fig. 18. Planta do piso tipo



## EDIFÍCIO

- 7 pisos
- Acesso central, distribuição esquerdo-direito
- 3 fogos diferentes por piso
- Rés-do-chão com comércio



Fig. 19. Fachada da Rua da Sociedade Farmacêutica

Edifício de habitação em gaveto. Possui uma linguagem de fachada sóbria, um pano de parede pontuado por vãos e rematado em cada extremidade por um envidraçado. Cada piso é marcado no alçado pela saliência da laje. Existe uma diversidade na resolução dos vários fogos, estes com áreas relativamente pequenas.



# 6



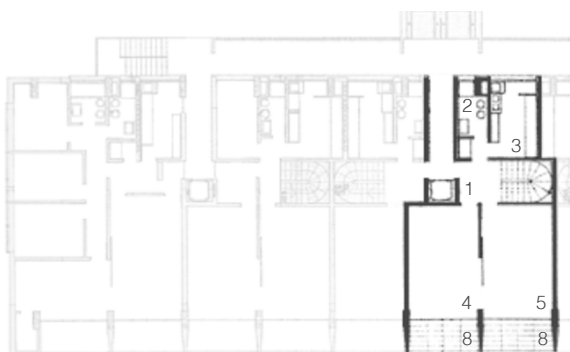
Fig. 20. Vista aérea

DATA  
1954

LOCALIZAÇÃO  
Rua Marquês da Fronteira, 4. Lisboa

ARQUITECTO  
Jorge Albuquerque

ÁREA  
135 m<sup>2</sup>



1. Átrio de Entrada  
Piso inferior
2. Casa de banho
3. Cozinha
4. Sala de estar
5. Sala de jantar
6. Quarto
7. Entrada  
Piso superior
8. Varanda



Fig. 21. Planta dos pisos tipo, inferior e superior. Esc. 1:400



Fig. 22. Vista do edifício

## EDIFÍCIO

- 10 pisos
- Acesso por galeria exterior. Elevadores centrais e caixa de escadas nas extremidades
- 6 fogos por piso  
4 duplex: 2 T4, 1 T3, 1 T2. 2 simplex T4.

Este edifício, fazia parte de um plano mais abrangente que pretendia integrar na cidade consolidada edificios modernos (Agarez, 2008:118).

Previam-se inicialmente 14 pisos para este bloco mas ficaram apenas 10, assentes em pilotis com a altura de dois pisos. As influências modernas estão omnipresentes, tanto no exterior, com pilotis, varandas “alveolares” e a estrutura a definir a expressão do volume, como no interior, com fogos duplex e espaços comuns flexíveis.

# 7

DATA  
1954

LOCALIZAÇÃO  
Rua Marquês da Fronteira, 4. Lisboa

ARQUITECTO  
Jorge Albuquerque

ÁREA  
120 m<sup>2</sup>



Fig. 23. Vista aérea

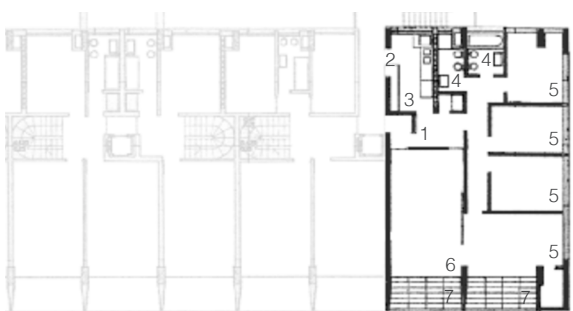


Fig. 24. Planta do fogo. Esc. 1:400

1. Átrio de Entrada
2. Entrada de serviço
3. Cozinha
4. Casa de banho
5. Quarto
6. Sala comum
7. Varanda

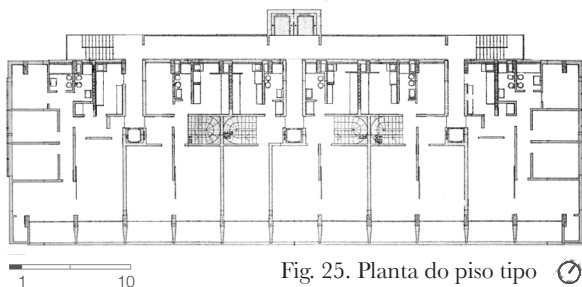


Fig. 25. Planta do piso tipo

## EDIFÍCIO

- 10 pisos
- Acesso por galeria exterior. Elevadores centrais e caixa de escadas nas extremidades
- 6 fogos por piso
- 4 duplex: 2 T4, 1 T3, 1 T2. 2 simplex T4.



Fig. 22. Vista do edifício

Este edifício, fazia parte de um plano mais abrangente que pretendia integrar na cidade consolidada edifícios modernos (Agarez, 2008:118).

Previam-se inicialmente 14 pisos para este bloco mas ficaram apenas 10, assentes em pilotis com a altura de dois pisos. As influências modernas estão omnipresentes, tanto no exterior, com pilotis, varandas “alveolares” e a estrutura a definir a expressão do volume, como no interior, com fogos duplex e espaços comuns flexíveis.

# 8

DATA  
1955

LOCALIZAÇÃO  
Avenida Infante Santo, 63. Lisboa

ARQUITECTOS  
Hernâni Gandra e João Manta

ÁREA  
158 m<sup>2</sup>



Fig. 27. Vista aérea



Fig. 28. Planta do fogo. Esc. 1:400

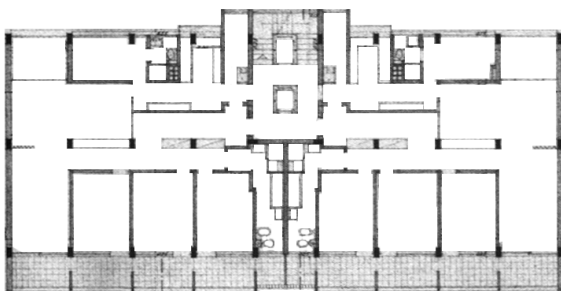


Fig. 29. Planta do piso tipo



Fig. 30. Fachada do conjunto da Av. Infante Santo

- |  |                   |
|--|-------------------|
| 1. Hall de entrada                     | 9. Quarto         |
| 2. Entrada serviço                     | 10. Casa de banho |
| 3. Lavandaria                          | 11. Varanda       |
| 4. Cozinha                             |                   |
| 5. Copa                                |                   |
| 6. Quarto e casa de<br>banho empregada |                   |
| 7. Sala de jantar                      |                   |
| 8. Sala de estar                       |                   |

## EDIFÍCIO

- 7 pisos
- Acesso central, distribuição esquerdo-direito
- 2 fogs T3+1 por piso, idênticos e simétricos

Edifício de habitação inserido num vasto plano habitacional e de comércio (Agarez, 2009:202).

Neste foram elaboradas várias soluções tanto a nível exterior, nos materiais e na linguagem como interior, na tipologia dos fogs e no tipo de acessos.

Trata-se, neste caso, de nove blocos idênticos justapostos em banda.

As influências modernas estão bem marcadas na linguagem da fachada através de uma horizontalidade omnipresente mas também com o aproveitamento da estrutura para fins estéticos.



# 9

DATA  
1955

LOCALIZAÇÃO  
Rua Nossa Senhora de Fátima, 231. Porto

ARQUITECTO  
José Carlos Loureiro

ÁREA  
70 m<sup>2</sup>



Fig. 31. Vista aérea

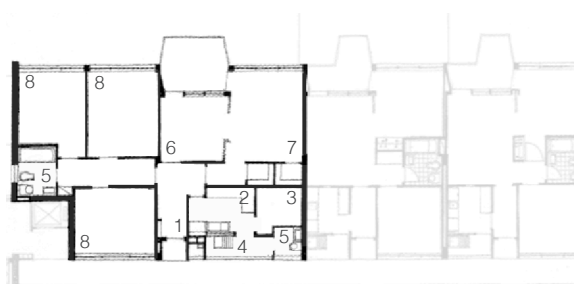


Fig. 32. Planta do fogo. Esc. 1:400

1. Hall de entrada
2. Cozinha
3. Serviço
4. Lavandaria
5. Casa de banho
6. Sala de jantar
7. Sala de estar
8. Quarto

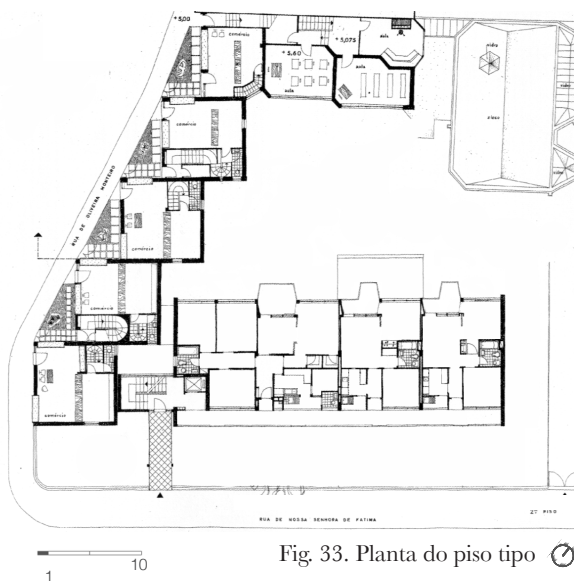


Fig. 33. Planta do piso tipo

## EDIFÍCIO

- 6 pisos - 5 pisos tipo
- Distribuição em galeria, acessos verticais numa extremidade
- 3 fogos por piso. 1 T3, 2 T2.



Fig. 34. Fachada da Rua Nossa Senhora de Fátima

Este edifício de habitação e de comércio tem a particularidade de englobar também uma escola de música.

Este projecto soube destacar-se pela sua ousadia, numa época em que o estilo do Regime ainda predominava (Loureiro, 2012:56), tanto no seu aspecto exterior como na organização dos seus fogos.

Prima a sua expressão moderna, quer interior com a flexibilidade dos espaços, quer exterior pela linguagem da fachada e acesso aos fogos por uma galeria voltada para a rua.

# 10

DATA  
1955

LOCALIZAÇÃO  
Rua Nossa Senhora de Fátima, 231. Porto

ARQUITECTO  
José Carlos Loureiro

ÁREA  
70 m<sup>2</sup>



Fig. 35. Vista aérea



Fig. 36. Planta do fogo. Esc. 1:400



Fig. 37. Planta do piso tipo



Fig. 38. Fachada da Rua Nossa Senhora de Fátima

1. Hall de entrada
2. Cozinha
3. Lavandaria
4. Quarto
5. Casa de banho
6. Sala de jantar
7. Varanda

## EDIFÍCIO

- 6 pisos - 5 pisos tipo
- Distribuição em galeria, acessos verticais numa extremidade
- 3 fogos por piso. 1 T3, 2 T2.

Este edifício de habitação e de comércio tem a particularidade de englobar também uma escola de música.

Este projecto soube destacar-se pela sua ousadia, numa época em que o estilo do Regime ainda predominava (Loureiro, 2012:56), tanto no seu aspecto exterior como na organização dos seus fogos.

Prima a sua expressão moderna, quer interior com a flexibilidade dos espaços, quer exterior pela linguagem da fachada e acesso aos fogos por uma galeria voltada para a rua.

# 11

DATA  
1955

LOCALIZAÇÃO  
Rua Nossa Senhora de Fátima, 231. Porto

ARQUITECTO  
José Carlos Loureiro

ÁREA  
70 m<sup>2</sup>



Fig. 39. Vista aérea

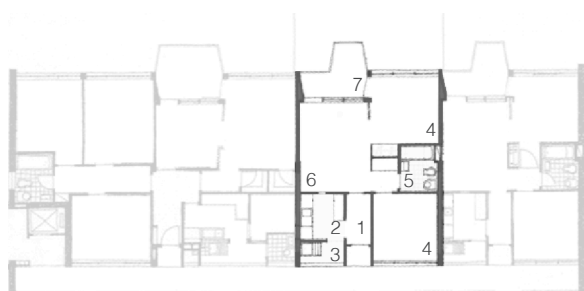


Fig. 40. Planta do fogo. Esc. 1:500

1. Hall de entrada
2. Cozinha
3. Lavandaria
4. Quarto
5. Casa de banho
6. Sala de jantar
7. Varanda

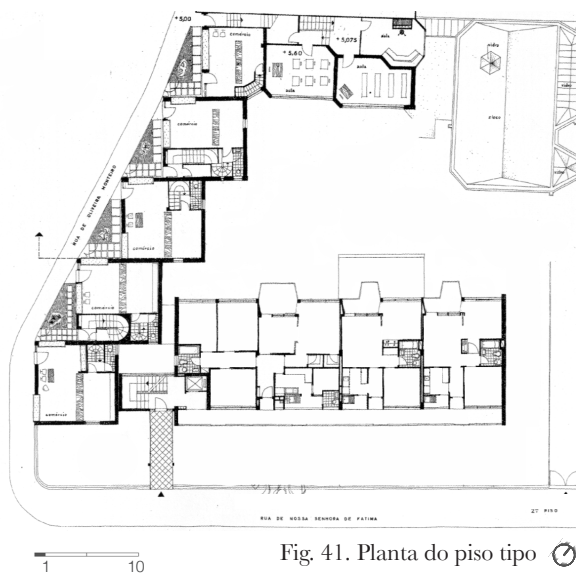


Fig. 41. Planta do piso tipo

## EDIFÍCIO

- 6 pisos - 5 pisos tipo
- Distribuição em galeria, acessos verticais numa extremidade
- 3 fogos por piso. 1 T3, 2 T2.



Fig. 42. Fachada da Rua Nossa Senhora de Fátima

Este edifício de habitação e de comércio tem a particularidade de englobar também uma escola de música.

Este projecto soube destacar-se pela sua ousadia, numa época em que o estilo do Regime ainda predominava (Loureiro, 2012:56), tanto no seu aspecto exterior como na organização dos seus fogos.

Prima a sua expressão moderna, quer interior com a flexibilidade dos espaços, quer exterior pela linguagem da fachada e acesso aos fogos por uma galeria voltada para a rua.





Fig. 43. Vista aérea

# 12

DATA  
1956

LOCALIZAÇÃO  
Rua da Escola Politécnica, 80. Lisboa

ARQUITECTO  
Manuel Laginha

ÁREA  
110 m<sup>2</sup>



Fig. 44. Planta do fogo. Esc. 1:400

1. Hall de entrada
2. Cozinha
3. Lavandaria
4. Sala comum
5. Quarto e casa de banho empregada
6. Casa de banho
7. Quarto
8. Escritório
9. Varanda

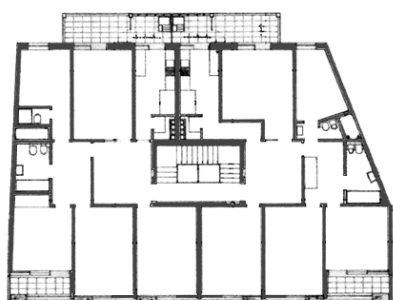


Fig. 45. Planta do piso tipo

## EDIFÍCIO

- 6 pisos (incluindo 1 recuado)
- Acesso central, distribuição esquerdo-direito
- 2 fogos diferentes por piso



Fig. 46. Fachada da Rua da Escola Politécnica

Este edifício cujo desenho de fachada é muito cuidado, afirma o seu carácter moderno pela sua forte tensão horizontal mas também pelos panos de vidros apenas interrompidos por pilares, as varandas recuadas e a demarcação evidente dos pisos. Trata-se de um edifício implantado num lote um pouco irregular, daí a necessidade de um desenho do espaço menos comum (Agarez, 2009:172).



Fig. 47. Vista aérea

# 13

DATA  
1956

LOCALIZAÇÃO  
Avenida Duque de Ávila, 61. Lisboa

ARQUITECTO  
Sérgio Gomes

ÁREA  
175 m<sup>2</sup>

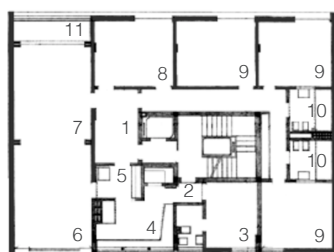


Fig. 48. Planta do fogo. Esc. 1:400

Planta do piso tipo

- |  |                   |
|--|-------------------|
| 1. Hall de entrada                     | 7. Sala de estar  |
| 2. Entrada serviço                     | 8. Escritório     |
| 3. Quarto e casa de<br>banho empregada | 9. Quarto         |
| 4. Cozinha                             | 10. Casa de banho |
| 5. Copa                                | 11. Varanda       |
| 6. Sala de jantar                      |                   |



Fig. 49. Fachada da Av. Duque de Ávila

## EDIFÍCIO

- 8 pisos
- Acesso central, um fogo T4+1 por piso

Este edifício fazia parte de um conjunto maior não realizado que previa, nomeadamente, blocos em pilotis (Agarez, 2009:121).

A fachada decorre da organização interior do fogo e participa na sua definição.

Esta é composta por elementos tipicamente modernos, como a sobreposição assumida dos pisos com a marcação da lajes e os elementos horizontais, ou com uma varanda em “negativo”, por exemplo.



# 14

DATA  
1956

LOCALIZAÇÃO  
Rua Angelina Vidal, 31. Lisboa

ARQUITECTO  
Bento d'Almeida

ÁREA  
107 m<sup>2</sup>



Fig. 50. Vista aérea



Fig. 51. Planta do fogo. Esc. 1:400

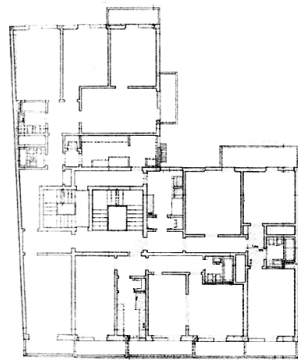


Fig. 52. Planta do piso tipo

1. Hall de entrada
2. Entrada serviço
3. Marquise
4. Cozinha
5. Dispensa
6. Sala de estar/jantar
7. Quarto
8. Casa de banho
9. Varanda

## EDIFÍCIO

- 4 pisos
- Acesso central, hall de distribuição
- 3 fogos diferentes por piso.



Fig. 53. Fachada da Rua Angelina Vidal

Edifício de habitação situado numa zona mais periférica da cidade.

A irregularidade do lote leva à complexidade dos interiores. A tensão horizontal das linhas directrizes do alçado e a clareza da linguagem simples da fachada expressam o seu carácter moderno.



Fig. 54. Vista aérea

# 15

DATA  
1959

LOCALIZAÇÃO  
Avenida Miguel Bombarda, 93. Lisboa

ARQUITECTOS  
Maurício Trindade Chagas - João Maria de Braúla Reis

ÁREA  
200 m<sup>2</sup>



Fig. 55. Planta do fogo. Esc. 1:400  
Planta do piso tipo

1. Hall de entrada
2. Entrada serviço
3. Cozinha
4. Lavandaria
5. Quarto e casa de banho empregada
6. Sala de jantar
7. Sala de estar
8. Quarto
9. Casa de banho



Fig. 56. Fachada da Av. Miguel Bombarda

## EDIFÍCIO

- 7 pisos
- Acesso central
- 1 fogo T3+1 por piso

Trata-se de um edifício que se distingue dos outros exemplos das avenidas novas da cidade pela organização atípica dos seus interiores (Agarez, 2009:127).

O alçado, embora muito cuidado, prima pela sua sobriedade, com as varandas e os seus envidraçados como elemento central e janelas médias em cada extremidade. Contrapondo a sua verticalidade assumida aos elementos horizontais do alçado. No que toca aos interiores, prima a flexibilidade do espaço, facilitada pela suas dimensões generosas.



Fig. 57. Vista aérea

# 16

DATA  
1960

LOCALIZAÇÃO  
Avenida General Roçadas, 36. Lisboa

ARQUITECTOS  
Manuel Martins Garrido e Jorge Costa Maia

ÁREA  
66 m<sup>2</sup>

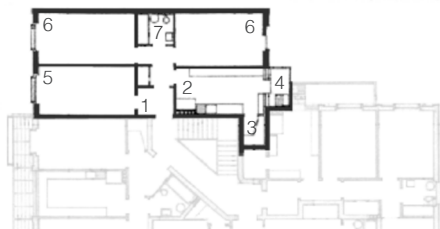


Fig. 58. Planta do fogo. Esc. 1:400

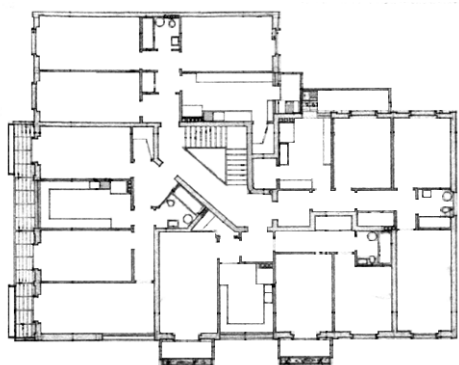


Fig. 59. Planta do piso tipo



1. Átrio de entrada
2. Cozinha
3. Dispensa
4. Lavandaria
5. Sala comum
6. Quarto
7. Casa de banho

## EDIFÍCIO

- 4 pisos
- Acesso central, apenas com caixa de escada.
- Distribuição por um pequeno corredor interior
- 4 fogos T2 diferentes por piso tipo



Fig. 60. Fachada da Av. General Roçadas

Este edifício faz frente a um pequeno largo no cruzamento de duas ruas, numa zona menos nobre da cidade. Esta condicionante económica, embora presente na elaboração do edifício, não impediu a inserção de elementos modernos na linguagem da sua sóbria fachada.

Os projectistas tiveram especial atenção na inserção urbana do edifício mas também na valorização de cada divisão dos fogos, preocupados com as práticas domésticas.

Fogos com dimensões relativamente reduzidas em que a localização e superfícies dos espaços foram especialmente cuidadas (Agarez, 2009:168).



# 17



Fig. 61. Vista aérea

DATA  
1960

LOCALIZAÇÃO  
Avenida General Roçadas, 36. Lisboa

ARQUITECTOS  
Manuel Martins Garrido e Jorge Costa Maia

ÁREA  
76 m<sup>2</sup>



Fig. 62. Planta do fogo. Esc. 1:400

1. Átrio de entrada
2. Dispensa
3. Quarto
4. Cozinha
5. Sala comum
6. Casa de banho

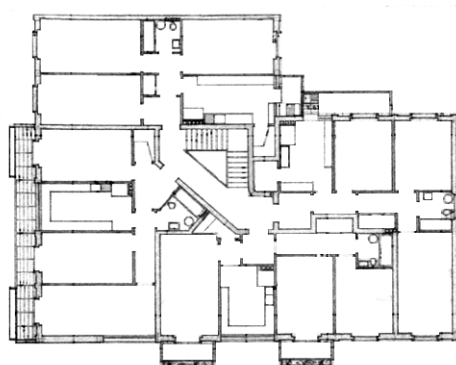


Fig. 63. Planta do piso tipo

1 10

## EDIFÍCIO

- 4 pisos
- Acesso central, apenas com caixa de escada.  
Distribuição por um pequeno corredor interior
- 4 fogos T2 diferentes por piso tipo



Fig. 64. Fachada da Av. General Roçadas

Este edifício faz frente a um pequeno largo no cruzamento de duas ruas, numa zona menos nobre da cidade. Esta condicionante económica, embora presente na elaboração do edifício, não impediu a inserção de elementos modernos na linguagem da sua sóbria fachada.

Os projectistas tiveram especial atenção na inserção urbana do edifício mas também na valorização de cada divisão dos fogos, preocupados com as práticas domésticas.

Fogos com dimensões relativamente reduzidas em que a localização e superfícies dos espaços foram especialmente cuidadas (Agarez, 2009:168).



Fig. 65. Vista aérea

# 18

DATA  
1962

LOCALIZAÇÃO  
Rua da Alegria, Porto

ARQUITECTOS  
José Carlos Loureiro - Luis Pádua Ramos

ÁREA  
120 m<sup>2</sup>

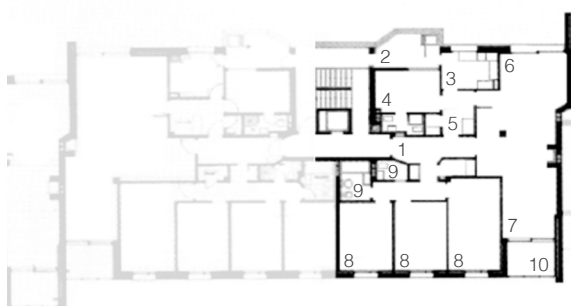


Fig. 66. Planta do fogo. Esc. 1:400

- |                    |                  |
|--------------------|------------------|
| 1. Hall de entrada | 8. Quarto        |
| 2. Entrada serviço | 9. Casa de banho |
| 3. Cozinha         | 10. Varanda      |
| 4. Quarto casa de  |                  |
| banho empregada    |                  |
| 5. Copa            |                  |
| 6. Sala de jantar  |                  |
| 7. Sala de estar   |                  |

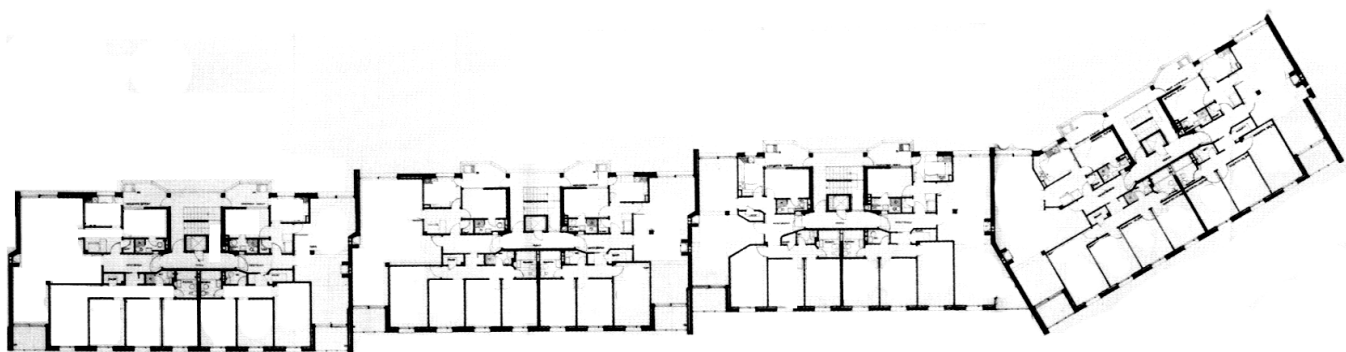


Fig. 67. Planta do piso tipo



Fig. 68. Fachada da Rua da Alegria

## EDIFÍCIO

- 6 pisos
- Divisão em 4 blocos justapostos com acesso central esquerdo-direito
- 2 fogos por piso, praticamente idênticos e com uma simetria parcial.

Este edifício pertence a um complexo maior implantado no Campo do Luso e serve de remate do lado Nascente. Insere-se num arborizado, um espaço tranquilo onde o volume de mais de 100 metros de extensão (Loureiro, 2012:80), está protegido da envolvente.

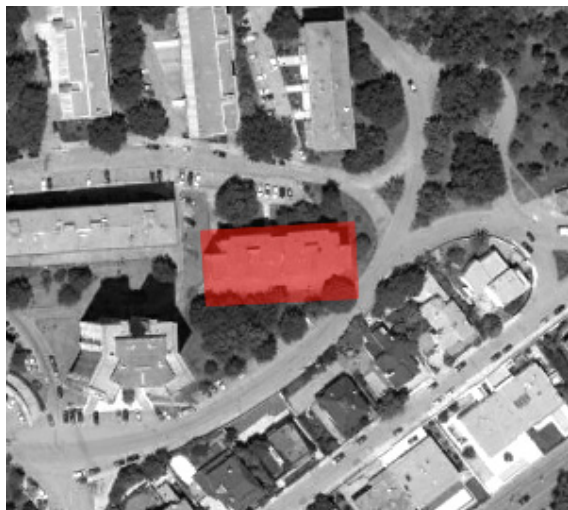


Fig. 69. Vista aérea

# 19

DATA  
1964-1967

LOCALIZAÇÃO  
Rua João Baptista Lavanha, Porto

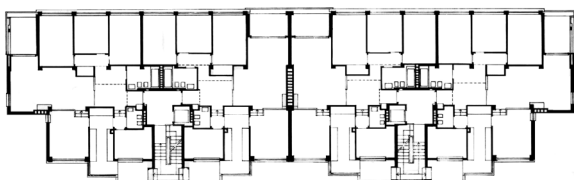
ARQUITECTOS  
Pedro Ramalho - Sérgio Fernandez

ÁREA  
130 m<sup>2</sup>



Fig. 70. Planta do fogo. Esc. 1:400

1. Átrio de entrada
2. Entrada de serviço  
Lavandaria
3. Quarto empregada
4. Cozinha
5. Casa de banho
6. Sala de jantar
7. Sala de estar
8. Quarto
9. Varanda



1 10

Fig. 71. Planta do piso tipo

## EDIFÍCIO

- 6 pisos
- 2 acessos verticais situados na fachada, distribuição esquerdo-direito
- 4 fogos T3+1 por piso tipo



Fig. 72. Fachada traseira

À semelhança do edifício do fogo 18, este encontra-se implantado de forma livre e independente em relação aos arruamentos principais, fazendo desta forma relembrar alguns princípios da cidade jardim, visto estes estarem também rodeados de vegetação. No entanto, o edifício está aqui mais directamente relacionado com a rua, embora se distancie desta com uma superfície ajardinada.

Praticamente a totalidade dos edifícios da envolvente reproduzem este esquema de blocos independentes.





Fig. 73. Vista aérea



Fig. 74. Planta do fogo. Esc. 1:400

# 20

DATA  
1966

LOCALIZAÇÃO  
Rua do Molhe, .Porto

ARQUITECTOS  
José Carlos Loureiro - Luis Pádua Ramos  
Maria Noémia Coutinho

ÁREA  
130 m<sup>2</sup>

- |                                   |                   |
|-----------------------------------|-------------------|
| 1. Átrio de entrada               | 9. Quarto         |
| 2. Entrada serviço                | 10. Casa de banho |
| 3. Quarto-casa de banho empregada | 11. Varanda       |
| 4. Lavandaria                     |                   |
| 5. Cozinha                        |                   |
| 6. Escritório                     |                   |
| 7. Sala de jantar                 |                   |
| 8. Sala de estar                  |                   |

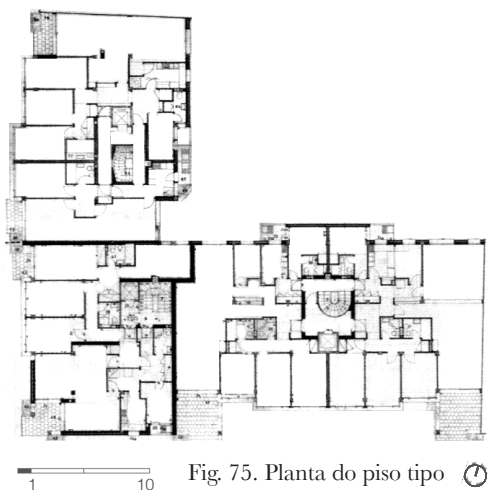


Fig. 75. Planta do piso tipo

## EDIFÍCIO

- 4 pisos-3 blocos justapostos
- 3 acessos, distribuição esquerdo-direito
- 5 fogos por piso tipo



Fig. 76. Fachada da Rua de Gondarém

Este edifício, que desenha o cruzamento de duas ruas, reparte-se em três blocos justapostos, um deles recuado em relação à rua, cujas amplas varandas fazem a transição com os blocos vizinhos.

Trata-se de uma fachada com um jogo de negativos e positivos realçado pela profundidade das varandas, mas sempre com a constante horizontal que marca cada piso, alusão ao moderno.

# 21

DATA  
1967-1970

LOCALIZAÇÃO  
Rua Senhora da Luz, 440. Porto

ARQUITECTO  
Fernando Távora

ÁREA  
90 m<sup>2</sup>



Fig. 76. Vista aérea

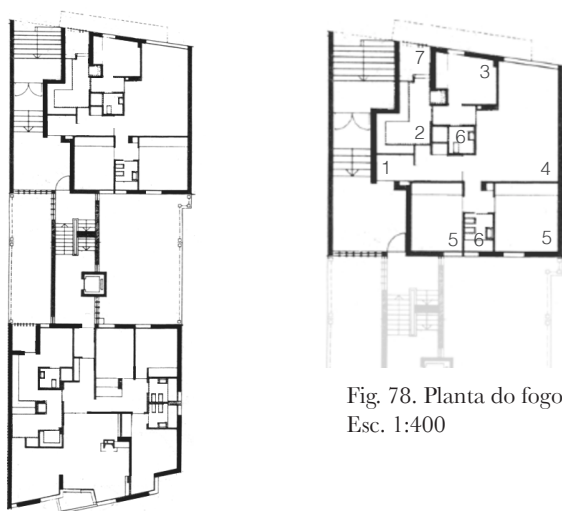


Fig. 78. Planta do fogo  
Esc. 1:400

Fig. 77. Planta do piso tipo



Fig. 79. Fachada da Rua do Farol

1. Hall de entrada
2. Cozinha
3. Quarto, escritório?
4. Sala comum
5. Quarto
6. Casa de banho
7. Lavandaria

## EDIFÍCIO

- 4 pisos
- Acesso central, exterior aos dois volumes
- 2 fogos diferentes por piso. Um T2+1 e um T3+1.

Edifício de habitação implantado num lote típico do Porto, com duas fachadas em ruas paralelas.

Trata-se de um edifício com duas frentes, dois entradas distintas, que se desenvolve em dois blocos independentes unidos pelos acessos verticais, permitindo a penetração da luz para o interior do lote e respectiva iluminação dos quartos já que as zonas comuns estão voltadas para a rua. Esta organização ajuda também a resolver o desnível existente de uma frente em relação à outra.



# 22

DATA  
1967-1970

LOCALIZAÇÃO  
Rua Senhora da Luz, 440. Porto

ARQUITECTO  
Fernando Távora

ÁREA  
90 m<sup>2</sup>



Fig. 80. Vista aérea

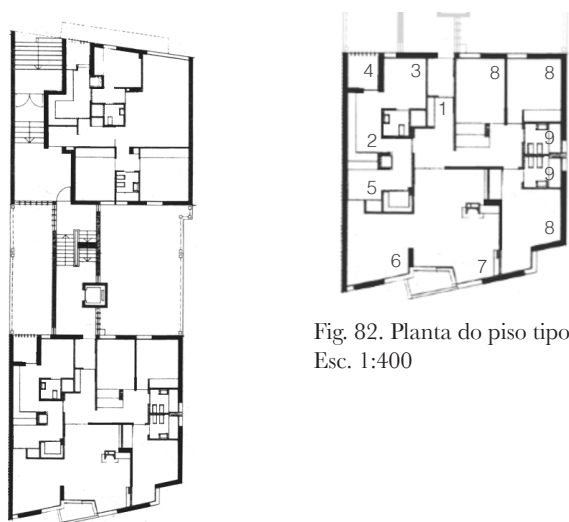


Fig. 82. Planta do piso tipo  
Esc. 1:400

Fig. 81. Planta do piso tipo



- 1- Hall de entrada
- 2- Cozinha
- 3- Quarto e casa de  
banho empregada
- 4- Lavandaria
- 5- Copa
- 6- Sala de jantar
- 7- Sala de estar
- 8- Quarto
- 9- Casa de banho

## EDIFÍCIO

- 4 pisos
- Acesso central, exterior aos dois volumes
- 2 fogos diferentes por piso. Um T2+1 e um T3+1.



Fig. 83. Fachada da Av. Brasil

Edifício de habitação implantado num lote típico do Porto, com duas fachadas em ruas paralelas.

Trata-se de um edifício com duas frentes, dois entradas distintas, que se desenvolve em dois blocos independentes unidos pelos acessos verticais, permitindo a penetração da luz para o interior do lote e respectiva iluminação dos quartos já que as zonas comuns estão voltadas para a rua. Esta organização ajuda também a resolver o desnível existente de uma frente em relação à outra.

# 23

DATA  
1968-1973

LOCALIZAÇÃO  
Rua Pedro Escobar, Porto

ARQUITECTOS  
Pedro Ramalho - Sérgio Fernandez

ÁREA  
107 m<sup>2</sup>



Fig. 84. Vista aérea



Fig. 84. Planta do fogo. Esc. 1:400

1. Átrio de entrada
2. Dispensa
3. Quarto empregada
4. Cozinha
5. Sala de jantar
6. Sala de estar
7. Casa de banho
8. Quarto
9. Varanda

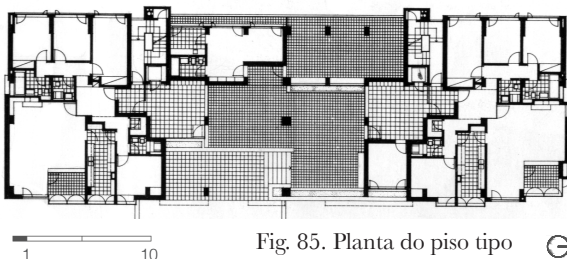


Fig. 85. Planta do piso tipo

## EDIFÍCIO

- 5 pisos
- 2 acessos verticais, distribuição esquerdo-direito
- 4 fogos T3+1 por piso tipo




Fig. 86. Fachada traseira

Este edifício faz parte de um conjunto de três blocos, dois idênticos e este, cuja fachada e organização interior diferem.

Estes blocos estão implantados de forma livre, independentes dos arruamentos principais (como nos casos 18 e 19), fazem lembrar alguns princípios da cidade jardim, visto estarem também rodeados de vegetação.

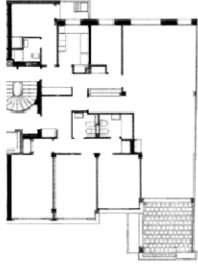
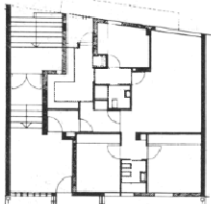
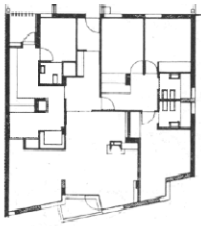

Praticamente a totalidade dos edifícios da envolvente reproduzem este esquema de blocos independente.



|  | DUPLA<br>ENTRADA | ELEMENTO/ZONA<br>AUTÓNOMA | PERCursos<br>ABERTOS | PERCursos<br>FECHADOS | SEPARAÇÃO<br>DIA/NOITE | ISOTROPIA | MUTABILIDADE |
|--|------------------|---------------------------|----------------------|-----------------------|------------------------|-----------|--------------|
| <br>1   | ●                | ●                         |                      | ●                     | ●                      |           |              |
| <br>2   | ●                | ●                         | ●                    |                       |                        | ●         | ●            |
| <br>3  |                  | ●                         |                      | ●                     | ●                      |           | ●            |
| <br>4 | ●                |                           |                      | ●                     |                        | ●         |              |
| <br>5 |                  |                           |                      | ●                     |                        |           | ●            |
| <br>6 | ●                |                           |                      | ●                     |                        | ●         | ●            |

|   | DUPLA<br>ENTRADA | ELEMENTO/ZONA<br>AUTÓNOMA | PERCursos<br>ABERTOS | PERCursos<br>FECHADOS | SEPARAÇÃO<br>DIA/NOITE | ISOTROPIA | MUTABILIDADE |
|---|------------------|---------------------------|----------------------|-----------------------|------------------------|-----------|--------------|
| <br>7    | ●                |                           |                      | ●                     | ●                      |           | ●            |
| <br>8    | ●                | ●                         | ●                    |                       | ●                      |           | ●            |
| <br>9  |                  |                           |                      | ●                     | ●                      |           | ●            |
| <br>10 |                  |                           | ●                    |                       |                        | ●         | ●            |
| <br>11 |                  |                           |                      | ●                     |                        | ●         | ●            |
| <br>12 |                  |                           |                      | ●                     |                        | ●         |              |

|  | DUPLA<br>ENTRADA | ELEMENTO/ZONA<br>AUTÓNOMA | PERCursos<br>ABERTOS | PERCursos<br>FECHADOS | SEPARAÇÃO<br>DIA/NOITE | ISOTROPIA | MUTABILIDADE |
|--|------------------|---------------------------|----------------------|-----------------------|------------------------|-----------|--------------|
|  13   | ●                | ●                         |                      | ●                     | ●                      |           |              |
|  14  | ●                |                           |                      | ●                     |                        |           |              |
|  15 | ●                | ●                         | ●                    |                       | ●                      |           | ●            |
|  16 |                  |                           |                      |                       | ●                      | ●         | ●            |
|  17 |                  |                           |                      |                       | ●                      |           | ●            |
|  18 | ●                | ●                         | ●                    |                       | ●                      |           |              |

|   | DUPLA<br>ENTRADA | ELEMENTO/ZONA<br>AUTÓNOMA | PERCursos<br>ABERTOS | PERCursos<br>FECHADOS | SEPARAÇÃO<br>DIA/NOITE | ISOTROPIA | MUTABILIDADE |
|---|------------------|---------------------------|----------------------|-----------------------|------------------------|-----------|--------------|
| <br>19   | ●                | ●                         | ●                    |                       | ●                      |           |              |
| <br>20   | ●                | ●                         | ●                    |                       | ●                      |           |              |
| <br>21 |                  | ●                         | ●                    |                       | ●                      |           |              |
| <br>22 |                  | ●                         |                      | ●                     | ●                      |           |              |
| <br>23 |                  | ●                         |                      | ●                     | ●                      |           |              |

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAREZ, Ricardo (2009) O moderno revisitado: habitação multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950. Lisboa, C. M.

BACHELARD, Gaston (1957) La poétique de l'espace. Paris, PUF.

BARBEY, Gilles (1990) L'évasion domestique. Essai sur les liens d'affectivité au logis. Paris, Presses Polytechniques et Universitaires Romandes.

BERNARD, Yvonne (1995), "Ménage et modes de vie" in François Ascher (coord.), Le Logement en Questions. L'habitat dans les années quatre-vingt-dix: continuité et ruptures, Paris, Aube.

CHOMBART DE LAUWE, Paul-Henri (1967) Famille et habitation I. Sciences humaines et Conception de l'habitation. Paris, CNRS

COLLIGNON, Béatrice, STASZAC, Jean-François (2003) Espaces domestiques. Construire, habiter, représenter. Paris, Bréal.

CRUZ, Marta (2009) Les non dits de l'espace domestique, valeur d'usage de l'ambiguïté pour les familles contemporaines, Prova de doutoramento em arquitectura, Porto.

ELEB, Monique et DEBARRE, Anne (1984) Architectures domestiques et mentalités. Les traités et les pratiques au XIX<sup>e</sup> siècle. Paris, Presses de l'Ecole d'Architecture de Paris Villemin

ELEB, Monique, DEBARRE, Anne (1989) Architecture de la vie privée. Maisons et mentalités: XVII<sup>e</sup>- XIX<sup>e</sup> siècles., Bruxelles, Archives d'Architectures Modernes.

ELEB, Monique, DEBARRE, Anne (1995) L'invention de l'habitation moderne Paris 1880-1914, Paris? Editions Hazan,

ELEB, Monique, BENDIMÉRAD, Sabri (2011) Vu de l'intérieur. Habiter un immeuble en île de France, 1945-2010. Paris, Archibooks.

GAUSA, Manuel, SALAZAR, Jaime (2002) Housing + Singular Housing, Barcelona, Actar.

HABRAKEN, John (1970) Three R's for housing. Amsterdam, Scheltema & Holkema.

KAUFMANN, Jean-Claude (1992) La trame conjugale. L'analyse du couple par son linge. Paris, Nathan.



- KAUFMANN, Jean-Claude (2004) *L'invention de soi, une théorie de l'identité*, Paris, Hachette, Pluriel Sociologie,
- LEGER, Jean-Michel (1990) *Derniers domiciles connus: enquête sur les nouveaux logements 1970-1990*, Paris, Creaphis.
- LIMA, Ana (2012) *Habitação mínima e apropriação do espaço: O bairro da Rainha D. Leonor*, Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado.
- LOUREIRO, Carlos (2012) José Carlos Loureiro – Arquitecto/Architect. Casal de Cambra, Caleidoscópio
- MARQUES PEREIRA, Sandra (2010) *Casa e mudança social: uma leitura das transformações da sociedade portuguesa a partir das casas*. Lisboa, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, departamento de sociologia, tese de Doutoramento.
- MOLÉNAT, Xavier (2006) *L'individu contemporain. Regards sociologiques*. Auxerre, Sciences humaines.
- MORAIS, Christophe (2010) *Arménio Losa e a habitação colectiva na década de 50, no Porto*. Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado.
- PINSON, Daniel (1993) *Usage et architecture*, Paris, L'Harmattan.
- PORTAS, Nuno (2004) *A habitação social. Proposta para a metodologia da sua arquitectura*. Porto, FAUP publicações.
- RAMALHO, Pedro (1995) *Pedro Ramalho: projectos e obras de 1963 a 1995*. Porto A.A.P.
- RAYMOND, Henri et al. (1966) *L'habitat pavillonnaire*. Paris, CRU.
- SANTOS PEDROSA, Patrícia (2010) *Habitar em Portugal nos anos 1960 : ruptura e antecedentes. Um caminho pelo interior do discurso*. Barcelona, Universitat Politècnica de Catalunya, Escola Tècnica Superior d'Arquitectura, Tese de douturamento.
- SEGAUD Marion, PAUL-LÉVY, Françoise (1983) *Anthropologie de l'espace*, Paris, Centre Georges Pompidou CCI.
- SEGAUD, Marion, BONVALET, Catherine et BRUN, Jacques, (1998). *Logement et habitat, l'état des savoirs*, Paris, La Découverte.

SINGLY de, François (2003) Les uns avec les autres. Quand l'individualisme crée du lien, Paris, Armand Colin.

SINGLY de, François (2005) L'individualisme est un humanisme, Paris, Editions de l'aube.

TORRES, Anália (2002) Casamento em Portugal. Uma análise Sociológica, Oeiras, Celta

TRIGUEIRO, Luiz (1993) Fernando Távora. Lisboa, Blau.

## PERIÓDICOS

COELHO, António Baptista (1998) Apropriação e satisfação residencial. *Sociedade e Território*, nº 25, Fevereiro, Porto, Afrontamento.

DANA, Karine (2011) A propósito de Lacaton & Vassal, una tentativa de voz en off. *Revista 2G*, nº60, Barcelona, Gustavo Gili

DELGADO, Manuel (2002) Límite y construcción, *Revista 2G*, nº25, Barcelona, Gustavo Gili.

GUERRA, Isabel (1998) Grupos sociais, formas de habitat e estrutura do modo de vida. *Sociedade e Território*, nº 25, Fevereiro, Porto, Afrontamento.

LÉGER, Jean-Michel (1996) L'architecture de l'habitation sociale peut-elle être moderne? *Cadernos do Noroeste "Habitar: modos e modelos. Arquitectura e Habitação Social"*. Actas do colóquio, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

LEITE, Carolina (1998) Femenino e singular. Espaço domestico de inserção urbana: o exemplo das porteiras portuguesas em Paris. *Sociedade e Território*, nº 25, Fevereiro, Porto, Afrontamento.

PINSON, Daniel (1998) Cultura de trabalho e autopromoção do habitat nos operários do oeste francês. *Sociedade e Território*, nº 25, Fevereiro, Porto, Afrontamento.

PINTO, Teresa (1998) Modelos de habitat, modos de habitar: o caso da construção clandestina do habitat. *Sociedade e Território*, nº 25, Fevereiro, Porto, Afrontamento.

VILLANOVA, Roselyne de (1996) Espaces de transition et production de l'urbanité. *Cadernos do Noroeste "Habitar: modos e modelos. Arquitectura e Habitação Social"*. Actas do colóquio, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

## CRÉDITOS DE IMAGENS.

Fig. 1. GOOGLE EARTH.

Fig. 2. MORAIS, Christophe (2010) Arménio Losa e a habitação colectiva na década de 50, no Porto. Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado. p. 168

Fig. 3. MORAIS, Christophe (2010) Arménio Losa e a habitação colectiva na década de 50, no Porto. Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado. p. 169.

Fig. 4. Fotografia do autor, 2013.

Fig. 5. Google earth.

Fig. 6. MORAIS, Christophe (2010) Arménio Losa e a habitação colectiva na década de 50, no Porto. Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado. p. 191.

Fig. 7. MORAIS, Christophe (2010) Arménio Losa e a habitação colectiva na década de 50, no Porto. Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado. p. 191.

Fig. 8. Fotografia do autor, 2013.

Fig. 9. Google earth.

Fig. 10. TRIGUEIRO, Luiz (1993) Fernando Távora. Lisboa, Blau. p. 51

Fig. 11. Fotografia do autor, 2013.

Fig. 12. Google earth.

Fig. 13. AGAREZ, Ricardo (2009) O moderno revisitado: habitação multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950. Lisboa, C. M. p. 148

Fig. 14. AGAREZ, Ricardo (2009) O moderno revisitado: habitação multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950. Lisboa, C. M. p. 148

Fig. 15. AGAREZ, Ricardo (2009) O moderno revisitado: habitação multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950. Lisboa, C. M. p. 147

Fig. 16. Google earth.

Fig. 17. AGAREZ, Ricardo (2009) O moderno revisitado: habitação multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950. Lisboa, C. M. p. 148

Fig. 18. AGAREZ, Ricardo (2009) O moderno revisitado: habitação multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950. Lisboa, C. M. p. 148

Fig. 19. AGAREZ, Ricardo (2009) O moderno revisitado: habitação multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950. Lisboa, C. M. p. 147.

Fig. 20. Google earth.

Fig. 21. AGAREZ, Ricardo (2009) O moderno revisitado: habitação multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950. Lisboa, C. M. p. 119.

Fig. 22. AGAREZ, Ricardo (2009) O moderno revisitado: habitação multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950. Lisboa, C. M. p. 117

Fig. 23. Google earth.

Fig. 24. AGAREZ, Ricardo (2009) O moderno revisitado: habitação multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950. Lisboa, C. M. p. 119.

Fig. 25. AGAREZ, Ricardo (2009) O moderno revisitado: habitação multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950. Lisboa, C. M. p. 119.

Fig. 26. AGAREZ, Ricardo (2009) O moderno revisitado: habitação multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950. Lisboa, C. M. p. 117

Fig. 27. Google earth.

Fig. 28. AGAREZ, Ricardo (2009) O moderno revisitado: habitação multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950. Lisboa, C. M. p. 203.

Fig. 29. AGAREZ, Ricardo (2009) O moderno revisitado: habitação multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950. Lisboa, C. M. p. 203.

Fig. 30. AGAREZ, Ricardo (2009) O moderno revisitado: habitação multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950. Lisboa, C. M. p. 202.

Fig. 31. Google earth.

Fig. 32. LOUREIRO, Carlos (2012) José Carlos Loureiro – Arquitecto/Architect. Casal de Cambra, Caleidoscópio. p. 61.

Fig. 33. LOUREIRO, Carlos (2012) José Carlos Loureiro – Arquitecto/Architect. Casal de Cambra, Caleidoscópio. p. 61.

Fig. 34. Fotografia do autor, 2013.

Fig. 35. Google earth.

Fig. 36. LOUREIRO, Carlos (2012) José Carlos Loureiro – Arquitecto/Architect. Casal de Cambra, Caleidoscópio. p. 61.

Fig. 37. LOUREIRO, Carlos (2012) José Carlos Loureiro – Arquitecto/Architect. Casal de Cambra, Caleidoscópio. p. 61.

Fig. 38. Fotografia do autor, 2013.

Fig. 39. Google earth.

Fig. 40. LOUREIRO, Carlos (2012) José Carlos Loureiro – Arquitecto/Architect. Casal de Cambra, Caleidoscópio. p. 61.

Fig. 41. LOUREIRO, Carlos (2012) José Carlos Loureiro – Arquitecto/Architect. Casal de Cambra, Caleidoscópio. p. 61.

Fig. 42. Fotografia do autor, 2013.

Fig. 43. Google earth.

Fig. 44. AGAREZ, Ricardo (2009) O moderno revisitado: habitação multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950. Lisboa, C. M. p. 173.

Fig. 45. AGAREZ, Ricardo (2009) O moderno revisitado: habitação multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950. Lisboa, C. M. p. 173.

Fig. 46. AGAREZ, Ricardo (2009) O moderno revisitado: habitação multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950. Lisboa, C. M. p. 172.

Fig. 47. Google earth

Fig. 48. AGAREZ, Ricardo (2009) O moderno revisitado: habitação multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950. Lisboa, C. M. p. 122.

Fig. 49. AGAREZ, Ricardo (2009) O moderno revisitado: habitação multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950. Lisboa, C. M. p. 121.

Fig. 50. Google earth.

Fig. 51. AGAREZ, Ricardo (2009) O moderno revisitado: habitação multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950. Lisboa, C. M. p. 165.

Fig. 52. AGAREZ, Ricardo (2009) O moderno revisitado: habitação multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950. Lisboa, C. M. p. 165.

Fig. 53. AGAREZ, Ricardo (2009) O moderno revisitado: habitação multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950. Lisboa, C. M. p. 165.

Fig. 54. Google earth

Fig. 55. AGAREZ, Ricardo (2009) O moderno revisitado: habitação multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950. Lisboa, C. M. p. 127.

Fig. 56. AGAREZ, Ricardo (2009) O moderno revisitado: habitação multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950. Lisboa, C. M. p. 127.

Fig. 57. Google earth.

Fig. 58. AGAREZ, Ricardo (2009) O moderno revisitado: habitação multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950. Lisboa, C. M. p. 169.

Fig. 59. AGAREZ, Ricardo (2009) O moderno revisitado: habitação multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950. Lisboa, C. M. p. 169.

Fig. 60. AGAREZ, Ricardo (2009) O moderno revisitado: habitação multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950. Lisboa, C. M. p. 169.

Fig. 61. Google earth.

Fig. 62. AGAREZ, Ricardo (2009) O moderno revisitado: habitação multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950. Lisboa, C. M. p. 169.

Fig. 63. AGAREZ, Ricardo (2009) O moderno revisitado: habitação multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950. Lisboa, C. M. p. 169.

Fig. 64. AGAREZ, Ricardo (2009) O moderno revisitado: habitação multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950. Lisboa, C. M. p. 169.

Fig. 65. Google earth.

Fig. 66. LOUREIRO, Carlos (2012) José Carlos Loureiro – Arquitecto/Architect. Casal de Cambra, Caleidoscópio. p. 82.

Fig. 67. LOUREIRO, Carlos (2012) José Carlos Loureiro – Arquitecto/Architect. Casal de Cambra, Caleidoscópio. p. 82.

Fig. 68. Fotografia do autor, 2013.

Fig. 69. Google earth

Fig. 70. RAMALHO, Pedro (1995) Pedro Ramalho: projectos e obras de 1963 a 1995. Porto A.A.P. p. 10.

Fig. 71. RAMALHO, Pedro (1995) Pedro Ramalho: projectos e obras de 1963 a 1995. Porto A.A.P. p. 10.

Fig. 72. Fotografia do autor, 2013.

Fig. 73. Google earth.

Fig. 74. RAMALHO, Pedro (1995) Pedro Ramalho: projectos e obras de 1963 a 1995. Porto A.A.P. p. 97.

Fig. 75. RAMALHO, Pedro (1995) Pedro Ramalho: projectos e obras de 1963 a 1995. Porto A.A.P. p. 97.

Fig. 76. Google earth.

Fig. 77. TRIGUEIRO, Luiz (1993) Fernando Távora. Lisboa, Blau. p. 198

Fig. 78. TRIGUEIRO, Luiz (1993) Fernando Távora. Lisboa, Blau. p. 198

Fig. 79. Fotografia do autor, 2013.

Fig. 80. Google earth

Fig. 81. TRIGUEIRO, Luiz (1993) Fernando Távora. Lisboa, Blau. p. 198

Fig. 82. TRIGUEIRO, Luiz (1993) Fernando Távora. Lisboa, Blau. p. 198

Fig. 83. Fotografia do autor, 2013.

Fig. 84. Google earth

Fig. 85. RAMALHO, Pedro (1995) Pedro Ramalho: projectos e obras de 1963 a 1995. Porto A.A.P. p. 10.

Fig. 86. RAMALHO, Pedro (1995) Pedro Ramalho: projectos e obras de 1963 a 1995. Porto A.A.P. p. 10.

